



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Relatório de Execução do Programa Rumos

2009



Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 05 2 PO 001

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano
e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2009

Data de aprovação pela Comissão de Acompanhamento: 07.06.2010

Índice

4	Glossário de Siglas
5	Nota Introdutória
6	Sumário Executivo
11	1. Identificação
12	1.1. Estrutura do Programa
12	1.2. Alteração da Decisão de Aprovação
13	2. Aspectos gerais da execução do Programa Operacional
13	2.1. Realização e análise dos progressos
13	2.1.1. Informação sobre os progressos físicos do Programa
14	2.1.2. Informação financeira
16	2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos
17	2.1.4. Assistência por grupos-alvo
17	2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado
17	2.1.6. Análise qualitativa
24	2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário
25	2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
26	2.4. Mudanças no contexto de implementação do Programa
38	2.5. Complementaridade com outros instrumentos
41	2.6. Acompanhamento e Avaliação
41	2.6.1. Actividades de Gestão
46	2.6.2. Avaliação
50	2.6.3. Sistema de informação
51	3. Execução por eixo prioritário
51	3.1. Eixo prioritário I - Educação e Formação
51	3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
51	3.1.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
63	3.2. Eixo prioritário II - Emprego e Coesão Social
64	3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
69	3.2.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
71	4. Coerência e concentração
71	4.1. Descrição da coerência e da sinergia do Programa com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego
72	4.2. Descrições de como as acções do FSE contribuem para concretizar as recomendações referentes ao emprego
72	5. Assistência técnica
73	6. Informação e publicidade
87	7. Conclusão e perspectivas futuras
91	Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1 Eixos Prioritários do Programa	93
Anexo 2 Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)	94
Anexo 3 Acções de informação e publicidade 2009	126

Índice de Figuras

Figura 1 Fluxograma do Modelo de Gestão do Programa Rumos	44
--	----

Índice de Quadros

Quadro 1 Estrutura do Programa	12
Quadro 2 Resumo Implementação Física	13
Quadro 3 Eixos prioritários por fonte de financiamento	15
Quadro 4 Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria	16
Quadro 5 Dados sobre os participantes em operações do FSE, por eixo prioritário	17
Quadro 6 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2009	17
Quadro 7 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2007-2009	18
Quadro 8 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário 2007-2009	19
Quadro 9 Montantes Aprovados no Programa 2009	20
Quadro 10 Montantes Aprovados no Programa 2007-2009	20
Quadro 11 Montantes Executados no Programa 2009	21
Quadro 12 Montantes Executados no Programa 2007-2009	21
Quadro 13 Repartição do FSE por temas prioritários 2007-2009	23
Quadro 14 Evolução recente dos Indicadores do Mercado de Emprego	34
Quadro 15 Complementaridade com outros instrumentos	40
Quadro 16 Comissão Governamental de Orientação	41
Quadro 17 Unidade de Gestão	42
Quadro 18 Comissões de Acompanhamento	43
Quadro 19 Manuais de Procedimentos do Programa	45
Quadro 20 Verificações no local 2009 AG	46
Quadro 21 Supervisões efectuados em 2009	46
Quadro 22 Calendário de actividades do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos em 2009	49
Quadro 23 Resumo da Implementação Física - Eixo I	51
Quadro 24 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo I 2009	52
Quadro 25 Principais áreas de formação abrangidas	53
Quadro 26 Distribuição de formandos e das acções de formação por Concelho	53
Quadro 27 Distribuição por volume de formação	54
Quadro 28 Indicadores da Tipologia de Operação 1.2.5 - Formação de Adultos	54
Quadro 29 Distribuição da formação modular, Acção - Tipo 1.2.5.2, por área de formação	54
Quadro 30 Distribuição da formação modular, Acção - Tipo 1.2.5.2, por concelho	54
Quadro 31 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por concelho	55
Quadro 32 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por dimensão	55
Quadro 33 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por nº de formandos	55
Quadro 34 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por volume de horas	55
Quadro 35 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.6, por fase do processo	56
Quadro 36 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.6, por tipo de certificado	56
Quadro 37 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.6, por área científica	56
Quadro 38 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por concursos 2009	57

Quadro 39	Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por Tipologia 2009	58
Quadro 40	Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por Tipologia 2007-2009	59
Quadro 41	Distribuição dos projectos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo I 2007-2009	60
Quadro 42	Montantes Aprovados no Eixo I 2009	61
Quadro 43	Montantes Aprovados no Eixo I 2007-2009	61
Quadro 44	Montantes Executados no Eixo I 2009	62
Quadro 45	Montantes Executados no Eixo I 2007-2009	62
Quadro 46	Resumo Implementação Física - Eixo II	64
Quadro 47	Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II 2009	65
Quadro 48	Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção 2009	66
Quadro 49	Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção 2007-2009	66
Quadro 50	Distribuição dos projectos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo II	67
Quadro 51	Montantes Aprovados no Eixo II 2009	68
Quadro 52	Montantes Aprovados no Eixo II 2007-2009	68
Quadro 53	Montantes Executados no Eixo II 2009	68
Quadro 54	Montantes Executados no Eixo II 2007-2009	69
Quadro 55	Balanço dos resultados das Medidas Activas de Emprego - 2009	72
Quadro 56	Visitas ao sítio web - Página Rumos	74
Quadro 57	Órgãos de Comunicação Social 2009	78
Quadro 58	Evolução Mensal 2009	79
Quadro 59	Mural Digital - Escolas abrangidas Outubro a Novembro de 2009	80
Quadro 60	Mensagens Inseridas no Mural Digital	81
Quadro 61	Mergulhar LÁ e Plantar CÁ - Ensino Profissional	81
Quadro 62	Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade	83
Quadro 63	Adaptações SIIFSE/QREN 2010	88
Quadro 64	Previsão de pedidos de pagamentos intermédios para 2010	89

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Distribuição Financeira por Eixo	12
Gráfico 2	Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário	19
Gráfico 3	Taxa de compromisso por Eixo	20
Gráfico 4	Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário	21
Gráfico 5	Evolução recente e previsões de crescimento para a economia mundial	26
Gráfico 6	Evolução recente e previsões de crescimento para a Área Euro, EUA e Japão	27
Gráfico 7	Variação real do PIB dos Estados-Membros da EU em 2009 e expectativas de evolução económica para 2010 e 2011	27
Gráfico 8	Evolução recente e previsões de crescimento para Portugal e UE27	28
Gráfico 9	Variação do PIB regional em 2008	28
Gráfico 10	Índice de disparidade do PIB per capita (PT=100)	28
Gráfico 11	Índice de disparidade do PIB per capita (UE27=100)	30
Gráfico 12	Evolução recente e previsões da taxa de desemprego para os EUA, Japão e Área Euro	30
Gráfico 13	Taxa de desemprego nos Estados-Membros da UE27 em 2009*	31
Gráfico 14	Taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na Área Euro	31
Gráfico 15	Índice de preços no consumidor na RAM, em Portugal e na Área Euro	32
Gráfico 16	Evolução da taxa de refinanciamento do BCE	33
Gráfico 17	Evolução da taxa Euribor a 3 e a 6 meses	33
Gráfico 18	Distribuição financeira por Vertente de Intervenção Eixo I	63
Gráfico 19	Distribuição financeira por Vertente de Intervenção Eixo II	69

Glossário de Siglas

AG	Autoridade de Gestão
AC	Autoridade de Certificação
BCE	Banco Central Europeu
BREPP	Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas
CA	Comissão de Acompanhamento
CCP	Código dos Contratos Públicos
CE	Comissão Europeia
CGO	Comissão Governamental de Orientação
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
CTC	Comissão Técnica de Coordenação
DRQP	Direcção Regional de Qualificação Profissional
EAT	Estrutura de Apoio Técnico
EUA	Estado Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu para as Pescas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional
I&P	Informação e Publicidade
IEM	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
IFDR, IP	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP
IGFSE, IP	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP
INE	Instituto Nacional Estatística
JORAM	Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira
MAC	Madeira, Açores e Canárias
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas
OI	Organismo Intermédio
OREPP	Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas
PADE	Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores
PCD	Pedido de Certificação de Despesa
PDES	Programa de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Plano Estratégico de Comunicação
PGA	Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Programa de Incentivos à Contratação
PO	Programa Operacional
POS	Programa Ocupacional para Seniores
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PRAI	Plano Regional de Acção para a Inclusão
PRE	Plano Regional de Emprego
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SADG	Sistema de Apoio à Decisão e à Gestão
SFC	Sistema Informação da Comissão
SGC	Sistema de Gestão e Controlo
SIIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
SO	Sistema Operacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UG	Unidade de Gestão

Nota Introdutória

A Autoridade de Gestão (AG) apresenta à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, um relatório anual sobre a execução do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Rumos, após o que o mesmo deverá ser apresentado à Comissão Europeia (CE), nos termos do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

O Relatório agora apresentado segue o disposto no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009 da Comissão, de 1 de Setembro que altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro. As observações transmitidas pela Comissão Europeia aquando da apreciação do Relatório de Execução de 2008 foram igualmente tomadas em consideração. Pretendeu-se dar uma visão global da implementação do Programa, nas suas diferentes perspectivas - estratégica, operacional, financeira e de auditoria - por forma a possibilitar a análise anual do Programa de acordo com o estipulado no artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

A coordenação global do Relatório Anual de Execução coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Rumos, em articulação com os contributos de cada organismo associado à gestão, nomeadamente a Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP) e o Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM). É também de realçar o papel do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), enquanto Autoridade de Certificação, pela colaboração e pela disponibilização de informação indispensável à elaboração do presente relatório.

Sumário Executivo

O ano 2009 marca o zénite duma crise económica e financeira sem precedentes históricos. A instabilidade dos mercados financeiros, a contracção da actividade económica nas principais economias mundiais e o aumento significativo do desemprego determinaram a conjuntura económica internacional que marca a implementação do Programa na actualidade e, em particular, no ano em análise.

A implementação do Programa Rumos foi por conseguinte marcada pela conjugação de um conjunto de vectores de mudança que influenciaram sobremaneira as condições e o ritmo de desenvolvimento do Programa. Com efeito, as dinâmicas registadas nesta fase reflectem, por um lado, alterações introduzidas no novo período de programação e, por outro lado, os problemas de natureza económica e orçamental que têm afectado a economia regional.

Importa registar que as alterações da situação económica mundial originaram um conjunto variado de iniciativas, a nível comunitário, nacional e regional, que visaram mitigar as dificuldades com que os Estados-Membros e respectivas Regiões se deparavam na aplicação dos Fundos Estruturais, das quais se destacam: o alargamento do prazo de elegibilidade das despesas dos PO do QCA III para 30.06.2009; a Comunicação da Comissão no âmbito da política comunitária de concorrência, que permitiu a Portugal a possibilidade de criar as condições para conceder, entre 2009 e 2010, auxílios de minimis até 500.000 euros (em alternativa aos 200.000 euros previstos no Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro), durante um período de três exercícios financeiros; a alteração do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, que abriu a possibilidade de, em 2009, ser disponibilizado novo pré-financiamento; a alteração do Regulamento (CE) n.º 1081/2006 para alargar os tipos de custos; o conjunto de iniciativas regionais com efeitos directos sobre a aplicação dos Eixos I e II (Portarias que regulam o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida Estágios Profissionais; os programas de apoio a desempregados empreendedores, de formação-emprego, de ocupação de trabalhadores subsidiados, de ocupação para seniores, de incentivos à contratação; a concessão de prémios de auto-colocação a desempregados de longa duração).

Ao longo de 2009 verificou-se uma recuperação acentuada do desempenho financeiro do Programa, traduzida na melhoria notória dos níveis de compromisso globais e dos principais Eixos, na ampliação das áreas de intervenção com projectos aprovados e no aumento dos ritmos de realização e despesa.

Neste ano, foram apresentadas a co-financiamento do Programa 370 candidaturas, tendo sido aprovadas 183, o que traduz um nível de aprovações de 49% em termos globais do Programa (o ano de 2008 havia terminado com 246 projectos aprovados). O Eixo II - Emprego e Coesão Social foi o que alcançou a taxa de aprovação mais elevada, 54%. Os restantes dois Eixos apresentaram taxas de aprovação similares, 50% (Eixo III - Assistência Técnica) e 49% (Eixo I - Educação e Formação).

A dinâmica que o Programa já apresenta, passados dois anos de efectiva execução, revela a grande adesão por parte dos beneficiários ao mesmo (do total das candidaturas apresentadas desde o início do Programa (855), 414 foram aprovadas por parte da Autoridade de Gestão). O Eixo I foi o que registou maior adesão, 792 candidaturas, seguido do Eixo II, com 60 candidaturas.

Ao analisarmos a situação financeira, até final do ano 2009, do Eixo I, este apresentava um nível de compromisso elevado, i.e., 60% da dotação FSE disponível. A Vertente de Intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” foi a que mais contribuiu para esta taxa, com 83,3% do montante programado.

Os projectos aprovados neste Eixo reforçaram a importância do volume de investimento fundo destinado às modalidades da Qualificação Inicial, que absorvem 50% dos montantes aprovados, enquanto que a Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo de Vida está nos 43%. A Formação Avançada situa-se nos 8%, patamar semelhante ao atingido até 31.12.2008.

Salienta-se um conjunto de apostas alinhadas com as prioridades do PDES 2007-2013 e com os objectivos estratégicos do Programa Rumos, no âmbito da Qualificação Inicial, da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo de Vida e da Formação Avançada.

Relativamente à situação financeira do Eixo II - Emprego e Coesão Social, este apresenta igualmente um nível de aprovações elevado, 52%, face ao Programado, sendo a Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Activa” a que abarca a maior parcela de aprovações, contribuindo assim para a dinâmica deste Eixo. O padrão de distribuição dos projectos replica as opções das políticas activas de emprego enquadradas pelo Plano Regional de Emprego, sendo de destacar as prioridades referentes ao apoio aos “Estágios Profissionais” (38%), à “Ocupação de Desempregados” (25%) e por fim, “Formação/Emprego” com 12%.

Esta última Tipologia tem merecido um esforço especial na intervenção do IEM, o qual tem procurado desenvolver uma abordagem de necessidades de formação e de sensibilização dos operadores de formação no sentido de adequarem as respectivas ofertas de cursos ao perfil de qualificações dos desempregados, com atenção também aos padrões de procura revelados, pelas entidades empregadoras, nas suas ofertas de emprego.

O ano 2009 foi determinante para o alcance de níveis mais consentâneos com o esperado para esta fase de implementação do Programa, tendo apresentado uma taxa de execução de 20%, o que traduz um acréscimo significativo comparativamente ao ano 2008, que registava uma taxa de execução de 3,7%. Este nível de execução é fruto do Programa estar numa fase de consolidação de compromissos, o que se reflecte na execução dos mesmos.

Neste contexto, a taxa de execução do Programa é expressiva, rondando os 23%. O desfasamento entre o nível de compromisso e o nível de execução reflecte, no essencial, as dificuldades por parte dos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheia a actual conjuntura económica. O Eixo I - Educação e Formação apresenta, em 31.12.2009, uma taxa de execução de 19%. Relativamente ao Eixo II - Emprego e Coesão Social, a taxa de execução situa-se nos 38%.

Até à data, o Programa Rumos não considerou despesas específicas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no âmbito do Eixo III - Assistência Técnica.

Com base nas categorias de despesas “amigas” da Estratégia de Lisboa (earmarking), o Programa apresenta taxas elevadas, i.e., 99% das despesas aprovadas foram classificadas nos temas prioritários considerados relevantes para a Agenda de Lisboa, sendo que, deste total, 50% das aprovações foram afectas ao tema 73 e 18% ao tema 66. Estes temas apresentam igualmente uma elevada percentagem no que se refere aos montantes executados (38% e 37%, respectivamente).

Relativamente à aferição da meta, e considerando que a execução verificada no mesmo período para o Programa Intervir+ se situa nos 57%, o montante total de fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking, até ao final de 2009, corresponde a 73%.

No que diz respeito às dinâmicas de realização, o ritmo imprimido alimentou substancialmente os indicadores de realização do Programa, na respectiva consecução dos objectivos e metas delineados.

Com efeito, em relação aos indicadores de realização do Eixo I, na sua globalidade, a execução registada até ao momento perspectiva que os mesmos não deverão ter dificuldades em atingir os valores inicialmente programados. No que respeita aos valores anuais, todos eles superam as metas definidas. Em alguns indicadores, esta superação foi muito significativa, como no caso da formação de activos, do apoio a bolsas e programas de formação avançada e na formação de professores e formadores, pelo que se pode concluir que o Eixo I atingiu, durante o ano de 2009, um ritmo de execução bastante significativo, o que vem em linha com a programação financeira prevista.

Ao nível dos indicadores de realização do Eixo II, foram, para a maioria dos indicadores, atingidas e ultrapassadas de forma significativa as metas estabelecidas. Tal revela uma grande dinâmica de realização de acções de apoio ao emprego que são fundamentais para fazer face à situação de crescimento generalizado do número de desempregados, fruto de uma conjuntura económica e financeira altamente desfavorável e que tem tido impactos negativos na manutenção dos postos de trabalho. Com base na informação apresentada, é assim possível aferir que os valores alcançados em 2009 concorrem, na sua generalidade, para o cumprimento dos objectivos operacionais propostos.

O ano 2009 foi ainda determinante para a consolidação do modelo de gestão e controlo, inclusive para o modelo de parceria com a DRQP e com o IEM. Na sequência do envio da descrição do Sistema de Gestão e Controlo à Comissão Europeia, em finais de 2008, e por ter sido considerado que os sistemas de gestão e controlo criados para o Programa não cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, a AG procedeu à reorganização do modelo de gestão criado, com a introdução de uma nova figura, o Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP).

Este processo culminou a 20 de Fevereiro de 2009, com o envio do documento à Comissão Europeia, via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), tendo sido considerado, em 18 de Março de 2009, que os Sistemas de Gestão e Controlo criados para o Programa Operacional cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, condicionando a sua plena implementação à formalização da criação do OREPP.

Refira-se que o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), ao deter responsabilidades ao nível da gestão dos PO co-financiados pelo FEDER e pelo FSE, enquanto Autoridade de Gestão (AG), do Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias, co-financiado (PCT-MAC) pelo FEDER, enquanto Interlocutor Regional, bem como ao nível da coordenação global dos fundos comunitários aplicáveis à Região [nomeadamente, Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu das Pescas (FEP)], tem vindo, no âmbito da complementaridade

do Programa com outros instrumentos, a promover a troca de informações e fomentando articulações várias entre os mesmos. A troca de informação concretizada permitiu esclarecer eventuais situações de sobreposição de operações e financiamentos, bem como recolher informação sobre a existência de complementaridades entre operações co-financiadas e a co-financiar pelas intervenções em causa.

Em 2009 foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), do Programa Intervir+, do Programa Rumos, o Gestor dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos Sobrecustos e os Gestores de Eixo do Programa Rumos, dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias entre os Fundos Estruturais e as actuações a serem concretizadas no quadro do Programa Operacional co-financiado pelo FEADER. Este protocolo estabeleceu os procedimentos de articulação e demarcação, com a clarificação das competências e âmbitos de intervenção, para cada Fundo e Organismo.

O protocolo similar previsto estabelecer entre as Autoridades de Gestão do Programa Rumos e do Programa Operacional co-financiado pelo FEP não foi concretizado em 2009, por motivo de atraso das disposições em matéria de governação do Programa Operacional Pescas (PROMAR), mas as respectivas AG promoveram, ainda assim, trocas de informação que permitiram criar as condições necessárias à boa prossecução das suas intervenções, no respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis.

Com a articulação estabelecida, o Programa em 2009 viu as suas acções complementarem as acções desenvolvidas ao abrigo do Programa Operacional para a Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial (Programa Intervir+), PRODERAM e PCT-MAC. Relativamente ao PROMAR, não foram registadas quaisquer sinergias ou complementaridade entre projectos co-financiados por estes Programas.

O Programa Rumos, enquanto Programa enquadrado no QREN, é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização interno do Programa. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base na informação residente no Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE). O reporte desta informação é efectuado mensalmente, conjuntamente com o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (IGFSE), que por sua vez a envia ao Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Este trabalho dá lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, bem como a reportes internos que permitem à Autoridade de Gestão, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção, eventuais ajustamentos no contexto de articulação da função monitorização (inclusive estratégica) e avaliação que o actual quadro de programação preconiza.

Em termos das actividades de monitorização, destaque-se em particular a importância que foi dada à monitorização estratégica no Programa. O IDR contratou serviços de consultoria que têm vindo a desenvolver actividades técnicas com vista a apoiar a gestão do Programa.

Este exercício é, de certo modo, complementar aos exercícios de avaliação impostos por normativos comunitários e visa apoiar a operacionalização das condições de suporte indispensáveis a uma gestão mais estratégica e eficaz das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais. Semestralmente é processada informação quantitativa resultante da evolução das dinâmicas de aprovação e realização/execução das ajudas veiculadas através das diferentes tipologias de intervenção aos respectivos destinatários-alvo, mas também de informação qualitativa que reflecta as tendências de evolução que caracterizam a envolvente contextual das Intervenções. A monitorização efectuada ao longo do ano 2009 permitiu efectuar um balanço de dimensões-problema e factores críticos de desenvolvimento do Programa Rumos.

No decorrer de 2009, ao abrigo do contrato de prestação de serviços com a entidade responsável pela manutenção do sistema, conclui-se a adaptação do SIIFSE a este Programa Operacional, tendo este projecto sido dividido em quatro grandes etapas, de acordo com o ciclo de vida dos projectos (Fase I - Candidaturas, Fase II - Circuito de Análise, Fase III - Gestão da Execução e Fase IV - Saldo), no que diz respeito aos 10 formulários definidos para o Programa.

Do ponto de vista de recuperação de informação para o SIIFSE, à data de encerramento do ano em análise, encontravam-se recuperados para o sistema os dados referentes ao ciclo de vida de todas as Vertentes de Intervenção.

No sentido de colmatar algumas dificuldades em matéria de apuramento da informação pertinente para efeitos de monitorização dos PO, encontra-se a ser desenvolvida pelo IGFSE uma solução de Business Intelligence Data Mart, a qual será um instrumento de produção de dados e para o conhecimento sobre a acção realizada pelo FSE.

No âmbito da função Avaliação, no primeiro semestre de 2009 desencadeou-se os procedimentos relativos à elaboração do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos. O Estudo foi adjudicado à empresa QUATERNAIRE PORTUGAL - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. No terceiro trimestre, foi entregue o Relatório Inicial, tendo sido definida a metodologia de avaliação da operacionalização do Programa, conforme a proposta de prestação de serviços.

Perspectiva-se para o primeiro semestre de 2010 a conclusão desse exercício de avaliação. As recomendações serão objecto de resposta obrigatória, sendo que, a Autoridade de Gestão pronunciar-se-á sobre as mesmas, com vista à sua viabilidade e operacionalização. As recomendações que vierem a ser aceites serão objecto de procedimento de follow-up. A Autoridade de Gestão irá igualmente apresentar as conclusões à Comissão de Acompanhamento (CA) no sentido da sua análise, em especial as de carácter estratégico.

Ainda no âmbito da Avaliação, registe-se que em 2009 a Autoridade de Gestão procedeu à actualização do Plano de Avaliação do Programa, uma vez que este constituía um compromisso preliminar que teve de ser (re)ajustado em calendário face às incidências do 1.º ciclo de execução do Programa Rumos. A actualização do Plano, além das pontuais reformulações no corpo do respectivo texto, deixou de prever a avaliação temática no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades Estratégicas do Programa - Quadro de Referência, a lançar ao longo de 2009, 2010 e 2011, deixando a sua referência de figurar no texto do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013 (PGA). Foram ainda revistos os exercícios projectados de avaliação intercalar, com actualizações nos correspondentes objectivos, questões e utilização específica dos resultados da Avaliação.

Em matéria de Informação e Publicidade (I&P), pretendeu-se assegurar a ampla divulgação das intervenções deste Programa, visando uma cobertura mediática através do uso das mais diversas formas e métodos de comunicação. Foi dado devido seguimento ao Plano Estratégico de Comunicação (PEC) dos Programas Operacionais da RAM, sendo que o ano 2009 se caracterizou pelo desenvolvimento de um conjunto de actividades integradas na segunda fase operacional deste Plano, designada por “Consolidação e Relançamento”, i.e., consolidação quanto à notoriedade da marca e relançamento no que toca ao refreshment dessa notoriedade. Salienta-se as grandes acções de informação anual desenvolvidas em 2009 pela Autoridade de Gestão - as acções Street Show, Mural Digital e Suplemento Anual do Espaço Global.

Relativamente ao Estudo de Impacto das Acções de Informação e Publicidade do PEC, somente foi possível efectuar a apresentação do primeiro balanço da fase qualitativa do estudo, da qual se destacam três aspectos importantes: as acções de I&P desenvolvidas em 2009 tiveram em consideração as recomendações do Estudo realizado sobre as acções do PEC desenvolvidas em 2008; foi manifesta a necessidade de mais divulgação junto do tecido empresarial sobre os apoios, com o envolvimento das Associações Empresariais/Profissionais, Gabinetes de Contabilidade e a própria Banca; a linha de comunicação de 2009 foi avaliada muito positivamente, já que, mais do que despertar atenção/conquistar notoriedade, supriu também um défice sentido de informação através da “descodificação” dos eixos de intervenção e clarificação dos destinatários do Programa Rumos.

Pretende-se, para 2010, dar continuidade ao Plano Estratégico de Comunicação e seguir a linha implementada em 2009, apostando cada vez mais numa linguagem mais acessível e com registos mais apelativos, através da aproximação de um modelo de escrita jornalística, e na qualidade da imagem gráfica. Será feito um esforço na divulgação de casos de sucesso, dando preferência a relatos pessoais.

I. Identificação

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 05 2 PO 001

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2009

Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 07.06.2010

I.1. Estrutura do Programa

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira (RAM) para o período 2007-2013 assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prosseguindo, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento, cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE).

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objectivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, o de manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Anexo I Eixos Prioritários do Programa apresenta de forma sistemática, para cada um dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

O Programa Rumos está estruturado em três eixos prioritários, mobilizando 125 milhões de euros de financiamento comunitário propiciados pelo FSE, que permitirão assegurar um financiamento total de 156 milhões de Euros. O quadro seguinte - Quadro I - sintetiza os eixos do Programa e os montantes programados envolvidos.

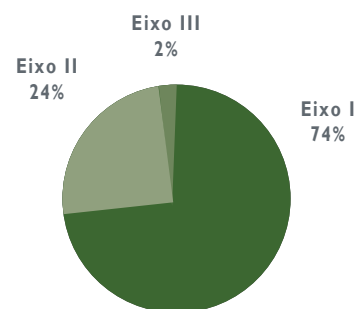
A distribuição da despesa pública programada por Eixo encontra-se representada no **Gráfico I**.

Quadro I - Estrutura do Programa

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Designação	Financiamento Total	Despesa Pública	Financiamento Comunitário
Eixo I	Educação e Formação	114.625.000	114.625.000	91.700.000
Eixo II	Emprego e Coesão Social	38.250.000	38.250.000	30.600.000
Eixo III	Assistência Técnica	3.176.471	3.176.471	2.700.000
TOTAL		156.051.471	156.051.471	125.000.000

Gráfico I - Distribuição Financeira por Eixo



I.2. Alteração da Decisão de Aprovação

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM foi aprovado por Decisão da Comissão Europeia C (2007), de 26 de Outubro, com o código CCI 2007 PT 05 2 PO 001.

No ano 2009 a AG procedeu a elaboração de uma proposta de reprogramação ao texto da Decisão do Programa, decorrente da necessidade de clarificar a demarcação dos apoios no âmbito de outras intervenções operacionais complementares, a saber, o Programa Operacional co-financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira - PRODERAM 2007-2013) e o Programa Operacional co-financiado pelo Fundo Europeu para as Pescas (FEP) (Programa Operacional Pesca - PROMAR 2007-2013).

Na oportunidade aproveitou-se para proceder a pequenas alterações ao texto do Programa (PO), não estruturantes, com o objectivo de suprimir algumas incorrecções, inclusive lapsos de digitação, e incoerências entretanto identificadas.

Dada a urgência em regularizar esta matéria, de acordo com o previsto na alínea d) do ponto I do artigo 33º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, a Autoridade de Gestão mediante submissão em reunião ordinária da Comissão de Acompanhamento, iniciou o respectivo procedimento, tendo as alterações propostas sido aprovadas por aquela Comissão.

Esta reprogramação deu origem a uma nova Decisão: C (2009) 8688, de 11 de Novembro.

2. Aspectos gerais da execução do Programa Operacional

2.1. Realização e análise dos progressos

Informação sobre os progressos físicos do Programa

Este ponto descreve o estado de avanço dos Eixos Prioritários e das respectivas Vertentes e Tipologias de Intervenção, e, em resultado, do próprio desempenho físico do Programa, decorrente da análise das realizações físicas até ao ano 2009.

A informação respeitante aos indicadores de realização é apresentada no Quadro 2 Resumo Implementação Física e no Quadro 5 Dados sobre os participantes em operações do FSE, por eixo prioritário.

A análise específica ao desempenho dos Eixos I e II é apresentada no Capítulo 3, o qual inclui igualmente o Quadro 24 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo I 2009 e o Quadro 47 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II 2009.

Quadro 2 - Resumo Implementação Física

Eixo Prioritário	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo I - Educação e Formação	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	Realização Efectiva (execução)	0	1.901	1.669							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	2.914	2.114							
		Metas	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de activos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	982	5.538							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	7.425	4.389							
		Metas	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	1.308	5.436							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	7.428	5.452							
		Metas	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de PME's abrangidas	Realização Efectiva (execução)	0	0	55							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	510	510							
		Metas	50	50	50	50	50	50	50	50	50	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	1.073	5.145							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	6.219	5.926							
		Metas	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	Realização Efectiva (execução)	0	416	1.893							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	4.986	7.913							
		Metas	550	550	550	550	550	550	550	550	550	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	Realização Efectiva (execução)	0	348	565							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	465	165							
		Metas	200	200	200	200	200	200	200	200	200	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.

Eixo Prioritário	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Nº de estagiários apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0	1.439							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	852	835							
		Metas	230	230	230	230	230	230	230	230	230	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	0	0							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	0	0							
		Metas	350	350	350	350	350	350	350	350	350	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº de postos de trabalho apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	17	97							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	174	212							
		Metas	144	144	144	144	144	144	144	144	144	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	133	417							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	545	314							
		Metas	119	119	119	119	119	119	119	119	119	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº de clubes de emprego apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	35	20							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	35	21							
		Metas	17	17	17	17	17	17	17	17	17	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	760 ^{c)}	2.074 ^{b)}							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	1.714	952 ^{c)}							
		Metas	432	432	432	432	432	432	432	432	432	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.

Fonte: SIIFSE

n.a. - não aplicável

NOTAS:

(I) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

a) O valor executado de 2008 correcto deveria ser 739 (soma da execução dos 4 projectos registados no siifse até 2008: 000452/2007/231, 000453/2007/233, 000454/2007/234 e 000455/2007/234, sendo o total correcto, 2813.

b) inclui 1 projecto de 2007 que não foi considerado nos relatórios de execução anteriores: 000443/2007/232 (15 participantes)

c) inclui 1 projecto de 2007 que não foi considerado nos relatórios de execução anteriores: 000443/2007/232 (28 participantes)

2.1.2. Informação financeira

Pretende-se neste ponto reportar a despesa validada e certificada, os fluxos financeiros com a Comissão Europeia e com a Autoridade de Pagamento e os pagamentos aos beneficiários.

Em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 82º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 31 de Julho, o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, Autoridade de Certificação (AC) do Programa Rumos, recebeu da Comissão Europeia (CE), os dois pré-financiamentos FSE, um de 2% (2.500.000 euros) e um de 3% (3.750.000 euros). O IGFSE, IP transferiu estes pré-financiamentos para a Autoridade de Gestão no decorrer de 2008.

Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 284/2009 do Conselho, de 7 de Abril, o Programa recebeu, da Comissão Europeia, um 3º pré-financiamento de 2,5% no valor de 3.125.000 euros que foi transferido para a AG em 18.05.2009.

Com a aprovação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo pela CE em 18.03.2009, ficaram reunidas as condições para a Autoridade de Gestão apresentar o primeiro Pedido de Certificação de Despesa (PCD), nos termos do artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006. Este PCD englobou despesas dos três Eixos, com excepção das apresentadas pelo Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP) (ver ponto 2.6.1).

Em termos de certificação de despesa, esta AG formalizou em 2009 junto da AC, duas certificações no montante total de 16.124.656 euros (12.906.807 euros FSE), ficando muito aquém do previsto para este ano (21.140.131 euros FSE), o que consubstancia um arranque algo conturbado na execução do Programa, pelas razões conhecidas (vd. Quadro 3).

No entanto, o 1.º PCD de 2010 será constituído apenas por despesas validadas em 2009 (“cut off” em 31.12.2009), com excepção das despesas do Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas, ascendendo a um montante acumulado de despesa certificada de 23.349.255 euros (19.492.135 euros FSE).

Até 31.12.2009 foram efectuados, no âmbito de operações aprovadas nos três eixos prioritários, pagamentos aos beneficiários finais e organismos associados à gestão no montante de 21.516.618 euros, atingindo uma taxa de 97% dos pagamentos totais da CE, transferidos para a Autoridade de Gestão pela AC, no montante de 22.268.319 euros. O total de pagamentos transferidos pela CE à AC ascendeu a 31.12.2009 a 22.281.807 euros (vd. **Quadro 3**).

Quadro n.º 3 - Eixos prioritários por fonte de financiamento

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à autoridade de gestão	Contribuição pública correspondente	Despesas pagas pelo organismo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo I	22.071.428	21.347.267	12.914.916	6.108.762
Eixo II	14.478.393	14.478.393	8.106.628	6.677.645
Eixo III	481.737	481.737	495.074	120.400
Despesas correspondentes à intervenção do FEDER	0	0	0	0
Sub-Total	37.031.558	36.307.398	21.516.618	12.906.807
Adiantamentos	0	0	0	9.375.000
Total	37.031.558	36.307.398	21.516.618	22.281.807

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

No Quadro 4 é apresentada a repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por categoria, de acordo com o previsto na parte C do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 11 de Julho.

Quadro n.º 4 - Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria

Unidade: Euros

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5						
Objectivo	Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Montante**
RCE	62	I	07	3	PT300	104.444
RCE	62	I	07	5	PT300	7.447
RCE	62	I	07	10	PT300	21.201
RCE	62	I	07	11	PT300	68.551
RCE	62	I	07	13	PT300	27.911
RCE	62	I	07	14	PT300	244.635
RCE	62	I	07	16	PT300	38.763
RCE	62	I	07	17	PT300	427.531
RCE	62	I	07	18	PT300	152.277
RCE	62	I	07	19	PT300	10.769
RCE	62	I	07	20	PT300	874.553
RCE	66	I	07	17	PT300	10.211.580
RCE	68	I	07	17	PT300	696.476
RCE	71	I	07	13	PT300	25.362
RCE	71	I	07	16	PT300	131.685
RCE	71	I	07	17	PT300	671.715
RCE	71	I	07	18	PT300	1.372.599
RCE	71	I	07	19	PT300	61.166
RCE	71	I	07	20	PT300	127.276
RCE	72	I	07	13	PT300	20.027
RCE	72	I	07	16	PT300	109.120
RCE	72	I	07	17	PT300	41.183
RCE	72	I	07	18	PT300	295.788
RCE	72	I	07	20	PT300	384.538
RCE	73	I	07	16	PT300	181.701
RCE	73	I	07	18	PT300	10.735.852
RCE	73	I	07	20	PT300	178.902
RCE	74	I	07	12	PT300	285
RCE	74	I	07	16	PT300	1.443.618
RCE	74	I	07	18	PT300	-6.426
RCE	85	I	07	17	PT300	409.476
Total						29.070.005

* As categorias de cada dimensão foram codificadas utilizando a classificação-tipo.

** Montante da contribuição comunitária afectado a cada combinação de categorias.

2.1.4. Assistência por grupos-alvo

Relativamente à análise dos dados sobre os participantes em operações do FSE por prioridade, patentes no Quadro 5 são de assinalar as seguintes constatações:

- Foram abrangidos por intervenção do FSE - nos domínios da Educação e Formação, por um lado, e do Emprego e Coesão Social, por outro - um total de 28.383 pessoas/ano, 86% das quais ao abrigo da intervenção do Eixo I - Educação e Formação;
- A maioria deste universo de participantes é representada pelo sexo feminino (66%), sendo tal realidade comum tanto ao Eixo I como ao Eixo II (66% e 67%, respectivamente).

Quadro n.º 5 - Dados sobre os participantes em operações do FSE, por prioridade

Eixo Prioritário	Nº Participantes	H	M	Situação no Mercado de Trabalho						Idade		Grupos Vulneráveis				Nível Habilitações			
				Emp.	TCP	Desemp	DLD's	Inactivos	Inac. E/F	15 - 24	55 - 64	Minorias	Migrantes	C/ deficiência	Desva.	Nível 1 / 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Eixo I	24.336	8.287	16.049	17.819	191	5.254	1.220	1.263	407	4.053	684	0	0	321	0	10.768	4.480	8.649	204
Eixo II	4.047	1.342	2.705	0	0	3.088	959	0	0	1.126	110	0	0	15	30	1.884	838	22	1.303
Total	28.383	9.629	18.754	17.819	191	8.342	2.179	1.263	407	5.179	794	0	0	336	30	12.652	5.318	8.671	1.507

Fonte: SIIFSE

Nota: Nas tipologias "Bolsas para professores", "Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento" e "projectos de investigação" não é recolhida informação sobre a Situação no Mercado de Trabalho

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Não se registaram situações previstas no n.º 2 do artigo 57º e no n.º 2 do artigo 98º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

2.1.6. Análise qualitativa

No ano 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Programa 370 candidaturas, tendo sido objecto de aprovação 183 o que traduz um nível de compromisso de 49%.

Efectuando uma análise por Eixo Prioritário foi o Eixo II que apresentou uma taxa de aprovação mais elevada 54%, seguido do Eixo III e Eixo I com 50% e 49%, respectivamente.

Quadro 6 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2009

Eixo Prioritário	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Contratadas	Nº de Candidaturas Concluídas
Eixo I	335	310	164	121	178	42
Eixo II	33	33	18	0	18	37
Eixo III	2	2	1	0	1	0
TOTAL	370	345	183	121	197	79

Os dados apresentados no Quadro 7 traduzem a dinâmica do Programa e a grande adesão por parte dos beneficiários ao mesmo, pois foram apresentadas a co-financiamento 855 candidaturas. O Eixo I foi o que registou maior adesão, 792 candidaturas, seguido do Eixo II com 60 candidaturas.

Quadro 7 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2007-2009

Eixo Prioritário	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Contratadas	Nº de Candidaturas Concluídas
Eixo I	792	754	367	342	364	134
Eixo II	60	60	45	0	45	37
Eixo III	3	3	2	0	2	0
TOTAL	855	817	414	342	411	171

Do total das candidaturas apresentadas ao Programa, 414 foram aprovadas por parte da Autoridade de Gestão, que traduz um nível de aprovação de 48,4%, em termos globais do Programa. Em termos de Eixo Prioritário o grau de aprovação varia entre os 46,3% no Eixo I, 75% no Eixo II e 100% no Eixo III. No Anexo 2 é apresentada a lista de operações aprovadas até finais de 2009.

Relativamente a modalidades de apresentação de candidaturas, o Programa Rumos apresenta duas realidades distintas: candidaturas em período aberto e em período fechado, conforme a Tipologia de Operação.

No âmbito do Eixo I, a apresentação de candidaturas funciona em períodos fechados, através de concursos, para a generalidade das Tipologias de Operação, com excepção das candidaturas apresentadas nas Tipologias de Operação I.3.1 - Bolsas para Professores/Investigadores, I.3.2 - Programas e Bolsas de Pós - Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós - Doutoramento e I.3.4 - Projectos de Investigação, que funcionam em regime de candidatura aberta, sendo que o respectivo início do período se reporta a 18 de Dezembro de 2007. Este processo inicia-se com a publicação de um aviso de abertura do qual consta os prazos para a apresentação, admissão e selecção de candidaturas.

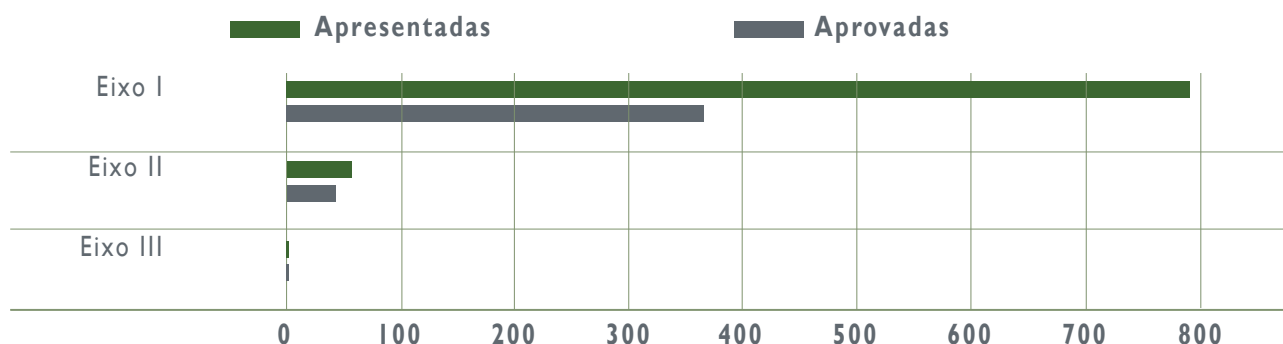
As candidaturas no âmbito dos Eixos II e III são apresentadas ao longo do período de programação, i.e., funcionam igualmente em regime de candidatura aberta (início a 18 de Dezembro de 2007).

A solução adoptada constitui uma solução equilibrada, sobretudo por duas ordens de razões de operacionalização de prioridades:

- perante as expectativas de um volume apreciável de pedidos de co-financiamento nas Tipologias de Operação enquadradas pelo Eixo Prioritário Educação e Formação, nomeadamente da iniciativa de entidades associativas e privadas, para a qual importava assegurar um dispositivo de análise/selecção periódico que permitisse uma aplicação ponderada dos critérios de selecção fixados; e
- perante o crescimento das necessidades de intervenção sobre as dimensões-problema do mercado de trabalho (p. e., via programa de desempregados subsidiados, formação acção e ajudas à empregabilidade) - a existência de instrumentos que possibilitam a agilização do acesso às ajudas, constitui uma solução de gestão positiva e que reforça, em abstracto, as atribuições e competências do IEM (Organismo Intermédio e Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP)) na coordenação do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social.

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre admitidas e o universo das apresentadas é elevado, atingindo em Dezembro de 2009 95%, o que demonstra que as entidades beneficiárias não tiveram particular dificuldade em se adaptar aos procedimentos em vigor no novo período de programação.

Gráfico 2 Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário



Até ao final de 2009, encontravam-se já contratadas e com termo de aceitação já assinado, um total de 411 operações envolvendo um montante de fundo de 71.001.069 euros. Os Eixos Prioritários II e III já contrataram 100%, e o Eixo I apresenta 99%.

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 8), verifica-se que são as “Empresas ou associações de empresas” o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguido de “Outras entidades não especificadas”, cerca de 34% e 27% respectivamente. No que respeita a projectos aprovados regista-se a mesma tendência das candidaturas apresentadas, o tipo “Empresas ou associações de empresas” representa 34% das candidaturas e “Outras entidades não especificadas” com 27%.

Quadro 8 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário 2007-2009

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Associação de Desenvolvimento Local	10	1,2%	2	0,5%
Associação de Municípios	1	0,1%	1	0,2%
Associações de Dinamização e Desenvolvimento Social	2	0,2%	0	0,0%
Autarquias Locais	11	1,3%	5	1,2%
Centro de Formação (não inclui CGP e CGD do IEFP)	13	1,5%	7	1,7%
Empresa ou associação de empresas	286	33,5%	56	13,5%
Empresas ou outras entidades da Administração Local	2	0,2%	2	0,5%
Fundação	6	0,7%	3	0,7%
Instituição do Ensino Superior Politécnico	1	0,1%	0	0,0%
Instituição do Ensino Superior Universitário	4	0,5%	1	0,2%
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social	15	1,8%	11	2,7%
ME/Serviços Regionais do Ministério da Educação	4	0,5%	4	1,0%
Organização Patronal ou Empresarial	28	3,3%	12	2,9%
Organização Profissional	2	0,2%	0	0,0%
Organização Sindical	19	2,2%	15	3,6%
Outras Entidades não especificadas	233	27,3%	119	28,7%
Serviços da Administração Central	1	0,1%	1	0,2%
Serviços da Administração Regional (Regiões Autónomas)	107	12,5%	82	19,8%
Tipo Escola	110	12,9%	93	22,5%
Total	855	100,0%	414	100,0%

Fonte: SIIFSE

Em termos de aprovações, no ano 2009 o Programa aprovou o montante de 36.426.706 de despesa pública e 29.155.613 de fundo, conforme demonstra o **Quadro 9**.

Quadro n.º 9 Montantes Aprovados no Programa

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2009 (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	27.504.658	22.003.727	24%	24%
Eixo II	38.250.000	30.600.000	8.637.114	6.909.692	23%	23%
Eixo III	3.176.471	2.700.000	284.934	242.194	9%	9%
Total	156.051.471	125.000.000	36.426.706	29.155.613	23%	23%

Em termos acumulados até final do ano 2009, o Programa apresentava um volume de despesa pública de 89.829.334 euros a que corresponde uma comparticipação de FSE de 71.915.213 euros, o que corresponde a uma taxa de compromisso (relação entre o aprovado e o programado) de 58% da dotação FSE programada para o período 2007-2013.

Quadro 10 Montantes Aprovados no Programa 2007-2009

Unidade: Euros

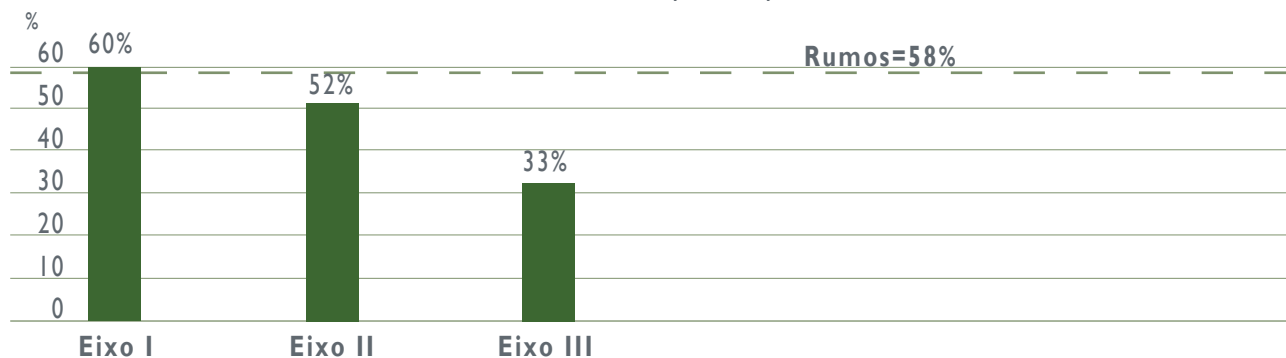
Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	68.773.934	55.019.147	60%	60%
Eixo II	38.250.000	30.600.000	20.020.466	16.016.372	52%	52%
Eixo III	3.176.471	2.700.000	1.034.934	879.694	33%	33%
Total	156.051.471	125.000.000	89.829.334	71.915.213	58%	58%

Fazendo uma análise global por Eixo Prioritário, verificamos que os Eixos I e II já comprometeram mais de 50% do montante programado.

Em particular, o Eixo I - Educação e Formação já comprometeu 60% em relação ao programado. As aprovações neste Eixo atingiram o montante de despesa pública de 68.773.934 euros e 55.019.147 euros de FSE.

O Eixo II - Emprego e Coesão Social também já apresenta um nível de aprovações elevado, 52,3% e o Eixo III - Assistência Técnica 32,6%, face ao Programado.

Gráfico 3 Taxa de compromisso por Eixo



No ano 2009 o Programa apresentou uma taxa de execução (rácio entre o fundo executado o programado) de 20%, que traduz um acréscimo significativo comparativamente com o ano 2008 que representava 3,7%. Este nível de execução é fruto do Programa estar numa fase de consolidação de compromissos o que se reflecte na execução dos mesmos.

Quadro 11 Montantes Executados no Programa 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2009 (EX)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	17.356.605	13.885.284	15%	15%
Eixo II	38.250.000	30.600.000	12.813.826	10.251.061	34%	34%
Eixo III	3.176.471	2.700.000	340.090	289.076	11%	11%
Total	156.051.471	125.000.000	30.510.521	24.425.421	20%	20%

Apesar de ser o Eixo I que apresenta uma taxa de compromisso mais elevada, é o Eixo II que regista maior índice de execução, 34% contra 15% do Eixo I.

A execução associada aos financiamentos do PO até final de 2009 foi de 36.307.398 euros de despesa pública suportada por 29.070.005 euros de fundo.

Neste contexto, a taxa de execução do Programa é expressiva, rondando os 23%. O desfasamento entre o nível de compromisso e o nível de execução reflecte, no essencial as dificuldades por parte dos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheio a actual conjuntura económica.

Quadro 12 Montantes Executados no Programa 2007-2009

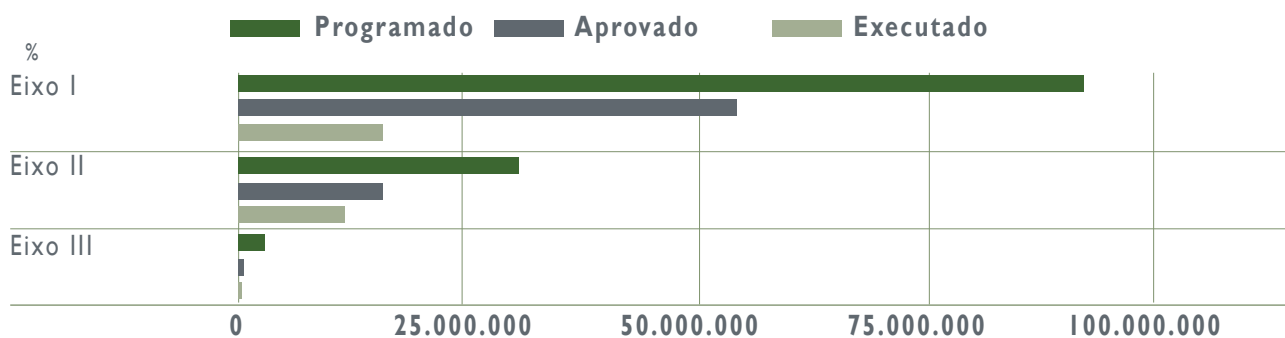
Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2007-2009 (EX)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	21.347.267	17.077.814	19%	19%
Eixo II	38.250.000	30.600.000	14.478.393	11.582.715	38%	38%
Eixo III	3.176.471	2.700.000	481.737	409.476	15%	15%
Total	156.051.471	125.000.000	36.307.397	29.070.005	23%	23%

O Eixo I - Educação e Formação apresenta, em 31.12.2009, uma execução de 21.347.267 euros, relativamente à despesa pública, e de 17.077.814 euros, em termos de fundo, o que corresponde a uma taxa de 19% em relação ao programado e de 31% em relação ao aprovado.

Relativamente ao Eixo II - Emprego e Coesão Social, a taxa de execução situa-se nos 38%, tendo já atingido um montante de despesa pública de 14.582.715 euros e 11.582.715 euros de FSE.

No que concerne ao Eixo III, a taxa de execução situa-se nos 15%.

Gráfico 4 Distribuição financeira (Programado / Aprovado / Executado) por Eixo Prioritário


Em termos de balanço, as questões da articulação activa das intervenções da formação e do emprego (e de ambos os domínios) com a promoção da iniciativa empresarial e o desenvolvimento económico, constituem, na actual conjuntura, uma variável crítica de actuação das políticas públicas regionais.

Ao nível das áreas de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa, a monitorização estratégica destaca um conjunto de actuações recomendáveis, a curto e médio prazo, nomeadamente:

- Prioridade à formação de activos em tipologias mais directamente relacionadas com a adaptação e reconversão de competências aos desempregados, o que pressupõe o desenvolvimento de ofertas formativas destinadas a estimular/suportar a reconversão profissional, em resposta quer às necessidades de (re)integração no mercado de trabalho, quer às necessidades das empresas;
- Reforço das modalidades qualificantes da formação inicial de dupla certificação, nomeadamente através da concepção e desenvolvimento de ofertas formativas em áreas técnicas sectorialmente especializadas, tendo em vista reforçar os contributos para atenuar/corrigir défices de competências tecnológicas;
- (Na esfera de articulação com a tipologia de operação do Programa Intervir+ referente à Modernização Administrativa) Estímulo à concepção de iniciativas de formação de agentes do Estado, articuladas com o desenvolvimento de projectos de modernização e qualificação dos serviços públicos;
- Monitorização das Acções de Formação-Consultoria na óptica dos recursos, das metodologias de consultoria e de intervenção nas empresas, da detecção de necessidades, da concepção/ programação de formação, em vista da especial relevância que estas Acções assumem na inovação das abordagens de modernização das empresas e de qualificação dos seus recursos humanos (empresários, quadros e trabalhadores). Os projectos aprovados do beneficiário ACIF/CCIM (+Comércio e +Turismo) podem constituir exemplos adequados para o referido exercício de monitorização pela dimensão e quadro institucional e de operacionalização que decorre da metodologia aprovada em sede de candidatura.

Repartição do FSE por temas prioritários relevantes para a Estratégia de Lisboa

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, no seu n.º 3 do artigo 9º determina que os Estados-Membros devem cumprir metas mínimas de despesa, com base em categorias de despesas estabelecidas face a prioridades definidas a nível europeu, como forma de garantir a concretização dos objectivos da Agenda de Lisboa.

As metas mínimas indicativas respeitam às categorias de despesas estabelecidas no Anexo IV do referido Regulamento (revisto pela Rectificação de 31 de Julho de 2006), correspondem a 75% da despesa do conjunto do Programa enquadrado no Competitividade Regional e Emprego (Regime Transitório *Phasing in*).

Em sede de programação, os valores previstos (a título indicativo) para investimentos em despesas “amigas” da Estratégia de Lisboa - *earmarking* - atingem o limiar regulamentar de 75%. Esta meta será aferida com base na execução média do período 2007-2013 por objectivo.

Efectuando a análise relativamente ao fundo comunitário aprovado e executado no Programa Rumos até 2009 (vd. Quadro 13) verificamos que 99% da despesa executada foi classificada nos temas prioritários considerados relevantes para a Agenda de Lisboa.

Analisando os resultados obtidos até final de 2009, verifica-se que 99% do fundo comunitário aprovado correspondem a projectos classificados em temas prioritários de *earmarking*, e deste total, 50% das aprovações foram afectas ao tema 73 e 18% ao tema 66. Estes temas apresentam igualmente uma elevada percentagem no que se refere aos montantes executados (38% e 37%, respectivamente).

Embora, em termos de programação, tenham inicialmente sido previstos investimentos relevantes nos temas com os códigos 63, 64 e 69, à data do presente reporte, esses temas ainda não apresentavam quaisquer montantes aprovados, pelo facto das prioridades de investimento terem sido canalizadas para despesas classificadas com os códigos 66, 68 e 71, dada a situação actual de desemprego na Região.

Por não ser possível afectar mais do que um tema prioritário por projecto, as despesas relativas aos projectos aprovados no âmbito do Eixo III - Assistência Técnica foram classificadas integralmente com o código 85, o que implica valores nulos para o código 86.

Dos temas prioritários apresentados, apenas os temas com os códigos 81, 85 e 86 não correspondem a despesas *earmarking*.

Considerando a execução do Programa Intervir+, esse valor situa-se nos 57%, conduzindo a que o montante total de fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking seja de 73%.

Quadro 13 Repartição do FSE por temas prioritários 2007-2009

Unidade: Euros

Código do tema Prioritário	Programação	Aprovação	%	Execução	%
62 Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	8.800.000	10.487.222	15%	1.978.084	7%
63 Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	2.100.000	0	0%	0	0%
64 Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	2.300.000	0	0%	0	0%
65 Modernização e reforço das instituições de trabalho	400.000	0	0%	0	0%
66 Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	20.200.000	12.927.642	18%	10.211.580	35%
67 Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa	200.000	0	0%	0	0%
68 Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	3.700.000	1.553.422	2%	696.476	2%
69 Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral e segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	1.200.000	0	0%	0	0%
70 Acções específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	100.000	0	0%	0	0%
71 Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	9.700.000	3.965.445	6%	2.389.801	8%
72 Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e actualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento	3.000.000	2.257.752	3%	850.656	3%
73 Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	66.400.000	35.607.144	50%	11.096.455	38%
74 Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	4.000.000	4.236.892	6%	1.437.477	5%
80 Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através de redes dos stakeholders relevantes	100.000	0	0%	0	0%
81 Mecanismos para melhorar a concepção, monitorização e avaliação de boas políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	100.000	0	0%	0	0%
85 Preparação, implementação, monitorização e controlo	2.200.000	879.694	1%	409.476	1%
86 Avaliação e estudos, informação e comunicação	500.000	0	0%	0	0%
Total	125.000.000	71.915.213	100%	29.070.005	100%
Earmarking	122.100.000	71.035.520	99%	28.660.529	99%

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A Autoridade de Gestão assegura que as operações financiadas pelo Programa cumprem com a legislação comunitária em termos de direito comunitário.

Neste sentido, foi incluída na regulamentação do Programa a referência à obrigatoriedade de cumprimento do normativo nacional e comunitário em matéria de contratação pública, acesso e utilização de fundos comunitários, regras ambientais e igualdade de oportunidades.

De acordo com o regulamento específico, o apoio às operações encontra-se abrangido pelo Regulamento (CE) n.º 68/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro com as respectivas alterações e, no caso de algumas acções específicas, pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo a aplicação dos artigos 87º e 88º do Tratado aos auxílios de minimis.

O controlo é efectuado, no primeiro caso de forma automática pelo Sistema de Informação Integrado do Fundo Social Europeu (SIIFSE), que, de acordo com a informação constante nos projectos, calcula a taxa máxima respectiva de financiamento público. No caso de um auxílio de minimis, o controlo é feito a nível nacional pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), havendo a Autoridade de Gestão que efectuar a comunicação destes apoios previamente à aprovação das respectivas operações.

No que respeita ao cumprimento das normas sobre a contratação pública, no ano 2009, a Autoridade de Gestão emanou junto do Organismo Intermédio orientações relativas ao cumprimento das normas sobre contratação pública e para as alterações aos limiares das Directivas sobre contratação pública. Refere-se também que o Código dos Contratos Públicos (CCP) e o Decreto Legislativo Regional que procedeu à adaptação do CCP à RAM, sofreram alterações no decurso do ano 2009.

A Autoridade de Gestão procedeu, igualmente, à divulgação junto dos potenciais beneficiários e do Organismo Intermédio (OI), de orientações relativas aos procedimentos de contratação pública a adoptar nas contratações abaixo dos limiares das Directivas.

O OI procede à verificação do cumprimento das normas da contratação pública com a utilização da check-list de análise disponibilizada pela AG, constante no Manual de Procedimentos do Eixo I, sendo verificada a totalidade da despesa apresentada pelos beneficiários, no âmbito da amostra seleccionada, que seja passível de ser abrangida pelas normas da contratação pública.

Ao abrigo do contrato de delegação de competências celebrado entre o IDR e a DRQP, esta, relativamente a cada procedimento de contratação levado a cabo por beneficiários que dê origem a despesas sujeitas a contratação, procede à análise com recurso a check-list e orientações fornecidas pela Autoridade de Gestão.

Em relação à promoção da igualdade de oportunidades, é efectuada em cada projecto a respectiva verificação através do preenchimento de uma check-list de análise, que identifica, em relação a um conjunto de parâmetros, em que medida é que estes se encontram presentes nos projectos.

Na actuação do IEM tem presente, na implementação e execução de medidas activas de emprego, abranger os grupos mais desfavorecidos face ao mercado de emprego: jovens, desempregados de longa duração, maiores de 45 anos, pessoas portadoras de deficiência.

O IEM dá atenção ao tema da Igualdade e Oportunidades no acesso ao Emprego por parte dos grupos com dificuldades acrescidas nomeadamente os portadores de deficiência considerando algumas medidas apoios mais vantajosos.

No que se refere à igualdade de género as diferentes medidas activas de emprego não contemplam nenhuma majoração (contrariamente ao ocorrido há alguns anos atrás) em virtude da participação das mulheres nas diferentes medidas de emprego terem uma participação em regra superior a 60%.

Acresce ainda referir que a AG procedeu em 2009 à publicação da lista de beneficiários, quer na página do Programa, quer no JORAM, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do número 2 do artigo 7º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

Analisando o Programa no período de execução, o mesmo não registou situações de não cumprimento da legislação comunitária.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

A implementação do Programa Operacional Rumos foi marcada pela conjugação de um conjunto de vectores de mudança que influenciaram sobremaneira as condições e o ritmo de desenvolvimento do Programa. Com efeito, as dinâmicas registadas nesta fase reflectem as alterações introduzidas no novo período de programação.

Assim, podemos identificar alguns constrangimentos que, embora não constituindo problemas significativos, assumiram em vários momentos do início do Programa, limitações ao desenvolvimento esperado no volume de execução:

- Os efeitos da sobreposição de períodos de programação foram particularmente acentuados na transição do QCA III para o QREN, uma vez que, foram, em regra, as mesmas estruturas a assegurar os dois períodos de programação;
- A adaptação a uma nova moldura regulamentar comunitária de gestão, acompanhamento e controlo dos fundos, mais prescritiva ao nível dos mecanismos de controlo, comportou um elevado esforço de ajustamento. O processo de descrição do sistema de gestão e controlo do PO e subsequente parecer de conformidade (compliance assessment) é um exemplo eloquente desta situação. Neste processo, todos os aspectos relativos à organização e aos procedimentos da Autoridade de Gestão, bem como do organismo intermédio com funções delegadas, são objecto de descrição exhaustiva;
- Alteração da situação da Região relativamente aos condicionalismos específicos decorrentes do novo estatuto de 'phasing-in' do Objectivo Competitividade Regional e Emprego;

Contudo, estes constrangimentos não impediram o desenvolvimento do Programa, estando em condições de em 2010, dar cumprimento à meta da regra "n+3".

Apesar dos constrangimentos que se verificaram no arranque do Programa, verificaram-se alguns problemas significativos, tendo sido tomadas as seguintes medidas para os resolver:

- A constatação que o OREPP não utiliza o SIIFSE enquanto OI mas, sim enquanto beneficiário veio a demonstrar uma limitação muito importante, uma vez que não era assegurada a pista de auditoria em relação à despesa. O OREPP sentiu a necessidade de desenvolver um Sistema de Informação próprio (SIGPE), estando prevista a entrada em funcionamento no primeiro semestre de 2010;
- As verificações administrativas no Eixo I foram efectuadas a uma taxa elevada, implicando a apresentação de volumes de execução mais reduzidos dos que os esperados pelo Programa, atendendo a que os montantes de despesas não elegíveis apresentavam valores pouco expressivos. Mantendo os mesmos critérios de amostragem e tendo em conta todos os pedidos de reembolso, procedeu-se a uma redução da taxa de amostragem das referidas verificações, permitindo desta forma, alcançar níveis mais elevados de execução;
- Algumas funcionalidades do SIIFSE ainda não se encontram concluídas ou em produção, o que está a atrasar a implementação do Business Intelligence Data Mart, designado por "Conhecer FSE", estando prevista a sua concretização em 2010.

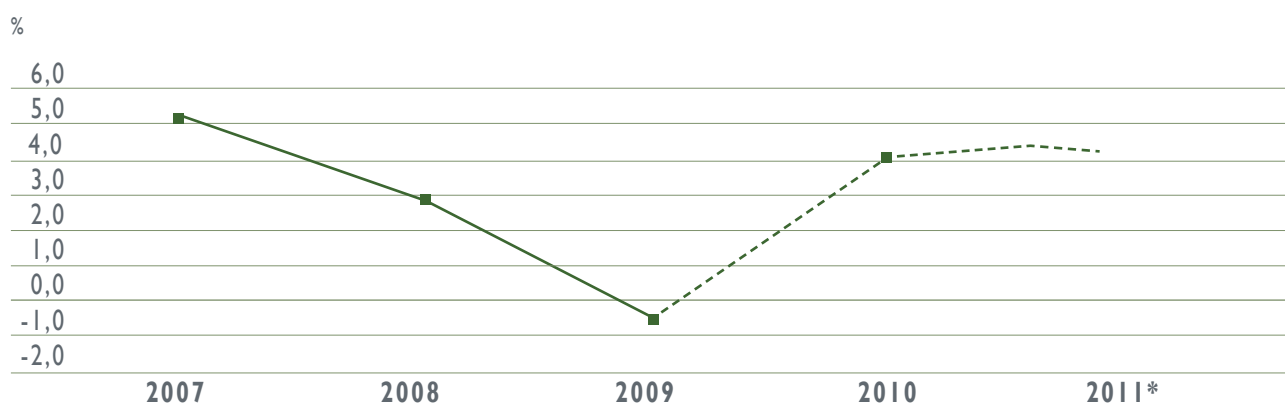
2.4. Mudanças no contexto de implementação do Programa

O contexto socioeconómico em 2009

O ano 2009 marca o zénite duma crise económica e financeira sem precedentes históricos. A instabilidade dos mercados financeiros, a contracção da actividade económica nas principais economias mundiais e o aumento significativo do desemprego determinaram a conjuntura económica internacional que marca a implementação do Programa na actualidade e, em particular, no ano em análise.

Os efeitos adversos da conjuntura internacional materializaram-se numa recessão de 0,6% da economia mundial em 2009, concretizando o pior desempenho económico da história recente, que sucede a um crescimento de 3% no ano anterior. Não obstante, a celeridade de resposta das principais economias - através de actuações concertadas no sentido de minimizar os impactos negativos da crise global e de estabilizar os mercados financeiros - permitiu dar início à recuperação económica ainda no final de 2009, superando inclusivamente as expectativas de evolução tecidas ao longo do ano, o que motivou a revisão em alta das previsões de crescimento económico para os dois anos seguintes. Decorre, por conseguinte, que as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento da economia mundial de 4,2% em 2010 e de 4,3% no ano seguinte, alavancados essencialmente pela recuperação da robustez do crescimento das economias emergentes, em particular no mercado asiático. O Gráfico 5 revela o desempenho económico da economia mundial no triénio 2007-2009 e as projecções do FMI para o horizonte 2011.

Gráfico 5 Evolução recente e previsões de crescimento para a economia mundial



* - valores provisórios

Fonte: FMI

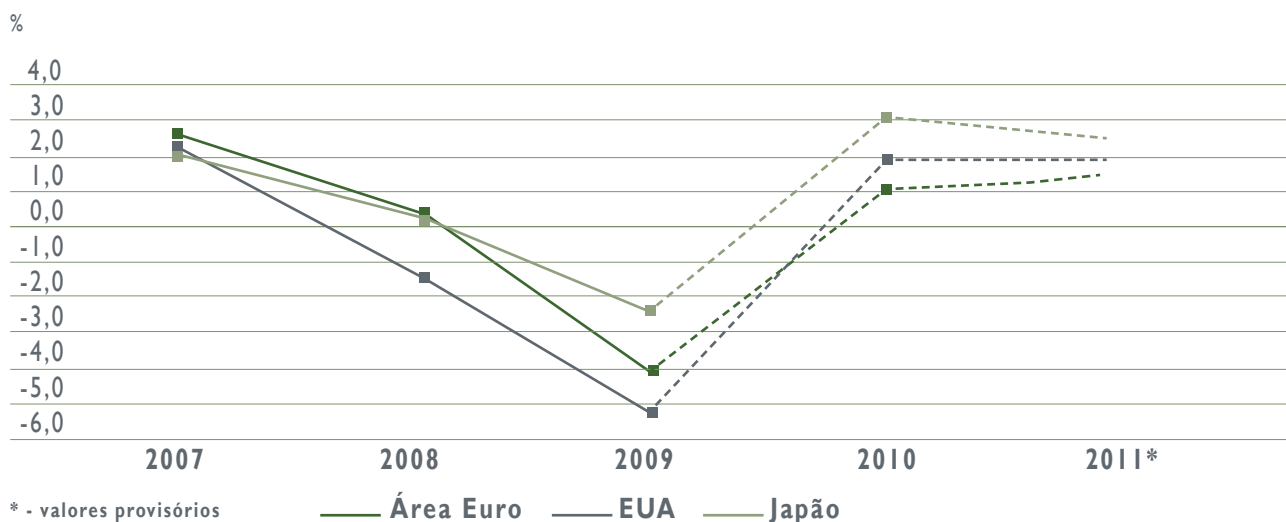
O cenário de recuperação económica apresenta-se, contudo, manifestamente desigual entre as principais economias mundiais, em razão do grau de exposição à turbulência dos mercados financeiros e em particular entre as economias avançadas e emergentes. Com efeito, depois de um débil crescimento em 2008 (0,5%), o conjunto das economias avançadas registou uma quebra de 3,2% em 2009. A recuperação deverá manifestar-se, para estas economias, de forma menos acentuada, atendendo às previsões de crescimento de 2,3% e de 2,4% em 2010 e 2011, respectivamente. Por seu turno, a apreciação da dinâmica das economias emergentes em 2009, apesar de reflectir os efeitos penalizadores da conjuntura internacional, não assumiu proporções tão significativas quanto as verificadas nas economias avançadas. Efectivamente, o forte abrandamento económico - cristalizado na quebra de 3,7 pontos percentuais (p.p.) face ao crescimento evidenciado em 2008 - resultou numa variação de 2,1% do produto em 2009. Em 2010 e 2011, as perspectivas vão no sentido de recuperar para ritmos de crescimento robustos, que deverão superar os 6%.

Nos Estados Unidos da América, a economia sofreu uma quebra de 2,4% face a 2008. As previsões económicas indicam a inflexão do comportamento negativo da economia em 2010 e 2011, que deverá crescer 3,1% e 2,6%, respectivamente. O ano 2009 representa pois o epílogo de sucessivos arrefecimentos desta economia norte-americana, que tem vindo a registar abrandamentos desde o ano 2005.

Os efeitos da conjuntura internacional fizeram-se sentir de forma particularmente intensa na Área Euro e no Japão. A economia nipónica registou, em 2009, um decréscimo de 5,2%, agravando o cenário recessivo evidenciado no ano anterior (-1,2%). Nos dois anos seguintes o cenário deverá inverter-se, uma vez que as expectativas apontam para uma variação positiva do PIB japonês de 1,9% em 2010 e de 2,0% no fim do horizonte da projecção. Apesar de ligeiramente menos intensa, a quebra evidenciada na Área Euro atingiu os 3,9% em 2009, constituindo-se como a depressão mais ampla,

profunda e duradoura da sua história, que havia já registado, no conjunto do ano anterior, um crescimento económico pouco pronunciado (0,6%). As expectativas relativas ao desempenho do bloco dos países da Moeda Única para os anos 2010 e 2011 assumem uma evolução pouco significativa do produto, que deverá registar variações de 1,0% e de 1,5%, respectivamente. O **Gráfico 6** ilustra a evolução recente das economias referenciadas e expõe as respectivas expectativas de evolução para o horizonte 2011.

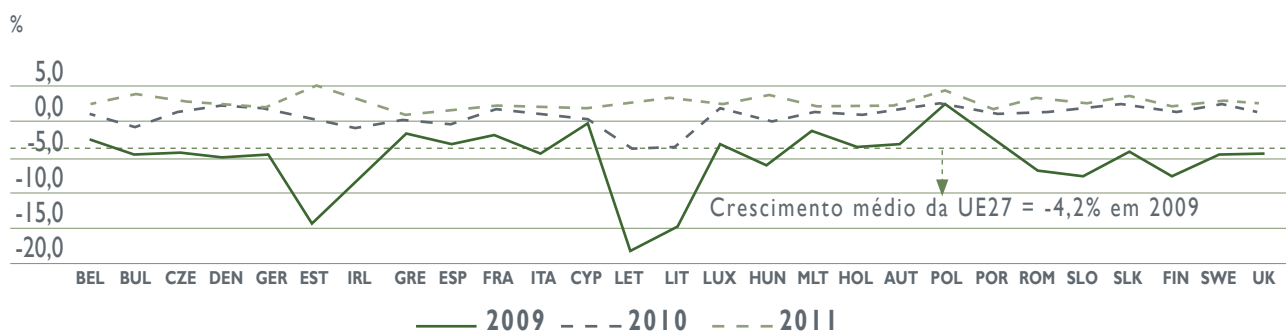
Gráfico 6 Evolução recente e previsões de crescimento para a Área Euro, EUA e Japão



A apreciação mais detalhada do desempenho económico ao nível comunitário permite constatar que, apesar da profunda recessão que se abateu sobre a União Europeia, a intensidade dos choques motivados pela crise financeira revelou-se amplamente diferenciada entre os Estados-Membros. Apesar do cenário recessivo ter sido extensivo a todos os Estados-Membros, à excepção da Polónia, que progrediu 1,7%, alguns países do Leste Europeu registaram quebras manifestamente acima da média comunitária (-4,2%), designadamente a Letónia (-18%), a Lituânia (-15%), a Estónia (-14,1%), a Roménia (-7,1%) e a Hungria (-6,3%). Na Área Euro, a Eslovénia e a Finlândia, com quebras de 7,8%, a Irlanda, com uma recessão de 7,5%, e a Itália, o Reino Unido e a Alemanha, com variações negativas que atingem os 5%, constituem o grupo de países que sofreram de forma mais expressiva os impactos da conjuntura internacional adversa.

À semelhança do antecipado para a Área Euro, a União Europeia (EU) deverá recuperar nos anos 2010 e 2011, ainda que abaixo dos níveis de crescimento evidenciados antes da crise. As projecções apontam para variações de, respectivamente, 0,7% e de 1,6% no conjunto dos 27 países da UE. A actividade, de acordo com o Banco Central Europeu (BCE), deverá progredir ancorada na recuperação das exportações e na evolução positiva, embora lenta, da procura interna. As perspectivas de melhoria da situação económica estendem-se a todos os Estados-Membros no horizonte 2011. O **Gráfico 7** sintetiza o panorama económico evidenciado em 2009 pelos Estados-Membros da UE e revela as previsões de crescimento para o horizonte 2011.

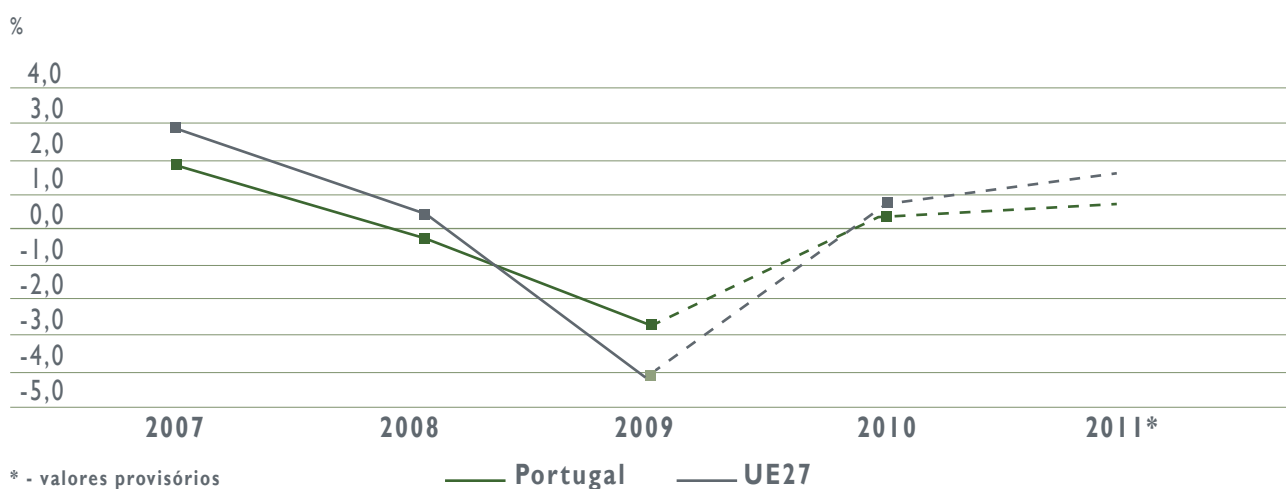
Gráfico 7 Variação real do PIB dos Estados-Membros da EU em 2009 e expectativas de evolução económica para 2010 e 2011



Apesar de não ter verificado uma quebra tão acentuada quanto a registada ao nível da média comunitária, a economia portuguesa regrediu de forma significativa em 2009. O elevado grau de abertura do mercado nacional, aliado à reduzida dimensão e ao nível de integração em termos financeiros e económicos, determina, em larga medida, o seguimento em linha com o enquadramento externo à economia do país. Em 2009, o produto entrou num ciclo recessivo, materializado pela variação de -2,7% face ao ano anterior.

A projecção mais recente do Banco de Portugal aponta para um fraco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010 (0,4%), seguido de um ligeiro aumento para 0,8% em 2011. As expectativas assentam na convicção de melhorias do contributo das exportações para o crescimento do PIB, suportadas pela recuperação da procura externa. A procura interna deverá apresentar um contributo negativo em 2010 e marginalmente positivo em 2011. O Gráfico 8 revela a evolução recente do PIB nacional e da UE27, assim como as previsões mais recentes para aquele indicador para os anos 2010 e 2011, evidenciando que, no ano 2009, efectivou-se um movimento de convergência de Portugal face à média comunitária. Contudo, as projecções vão no sentido da economia nacional voltar a perder terreno no decurso de 2010 e 2011, conforme se constata pelo diferencial do ritmo de crescimento esperado para estes dois mercados.

Gráfico 8 Evolução recente e previsões de crescimento para Portugal e UE27



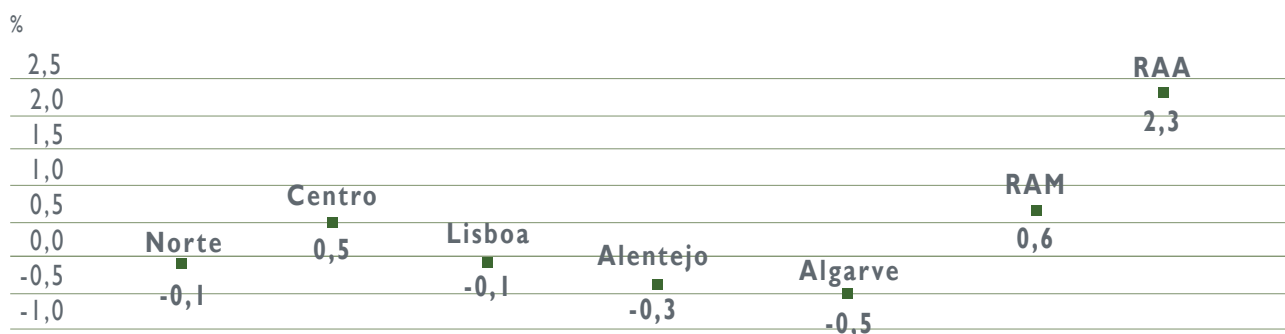
As perspectivas de evolução das componentes da procura interna assinalam uma forte desaceleração do consumo privado no horizonte da projecção, que deverá variar 1,1% em 2010 e 0,8% em 2011 (-0,8% em 2009). O consumo público deverá seguir uma evolução similar, por força da necessidade de reposição do equilíbrio das contas do Estado, pelo que, após um crescimento de 3,5% em 2009, as previsões de evolução para 2010 e 2011 apontam para quebras de, respectivamente, 0,7% e 0,2%. Também a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá sofrer uma quebra em 2010 (-6,3%), sendo expectável uma recuperação ligeira no decorrer de 2011 (0,3%).

O cenário de evolução antecipado para os próximos dois anos assume ainda a redução de emprego em 2010 e um ligeiro aumento no ano seguinte, em virtude do ritmo limitado do crescimento da actividade económica. Acresce ainda fazer referência à leitura das expectativas quanto à evolução do rendimento disponível das famílias: a contenção salarial, a subida gradual da inflação e das taxas de juro, em conjugação com o reforço da carga fiscal, apresentam-se como efeitos restritivos no rendimento disponível das famílias, que deverá diminuir ao longo do horizonte da projecção.

A mais recente informação relativa ao desempenho da economia regional dá conta de uma variação de 0,6% do PIB em 2008, materializando um abrandamento no ritmo de crescimento de 0,9 p.p. face ao ano anterior. O desempenho económico evidenciado, embora revelador duma dinâmica positiva - recorde-se que o conjunto do país registou uma variação nula no ano em questão - reflecte os efeitos marcadamente negativos da conjuntura internacional adversa a que a Região Autónoma da Madeira é particularmente sensível.

A apreciação da performance económica regional, desagregada pelas NUT II portuguesas, permite constatar comportamentos díspares entre as várias regiões. Se por um lado as Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira, tal como a Região Centro, registaram variações positivas do PIB em 2008, por outro, as regiões Norte, Lisboa, Alentejo e Algarve evidenciaram quebras. O Gráfico 9 compara a variação anual do PIB em volume das NUT II portuguesas em 2008.

Gráfico 9 Variação do PIB regional em 2008

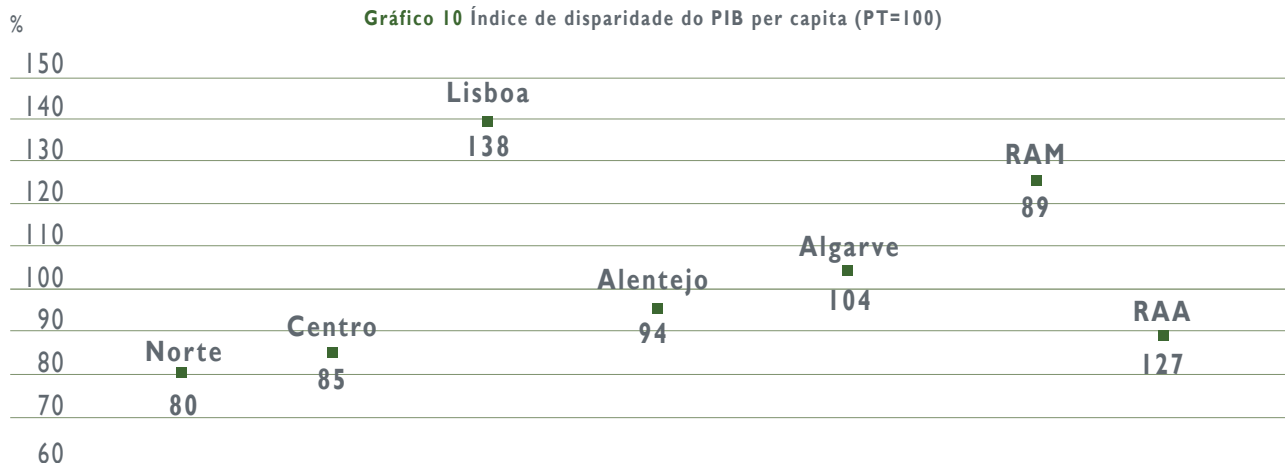


Fonte: INE

O enquadramento regional no cômputo nacional e comunitário em 2008 deixa em evidência a posição consolidada da RAM no cenário interno e indicia a continuidade da trajetória de convergência aos parâmetros médios da UE.

Com efeito, o índice de disparidade do PIB per capita com referência à média nacional revela que, apenas três regiões do país - Lisboa, RAM e Algarve - registavam valores superiores à média nacional, com Lisboa a liderar claramente neste domínio, onde o PIB per capita excedia a média de referência em 38%. A RAM, com um valor índice de 128, revela um posicionamento confortável na esfera nacional, manifestamente acima do Algarve, que excedia em 4% o PIB per capita médio do conjunto do país em 2008. O Gráfico 10 evidencia a amplitude das disparidades regionais em 2008 para o indicador em apreço.

Gráfico 10 Índice de disparidade do PIB per capita (PT=100)

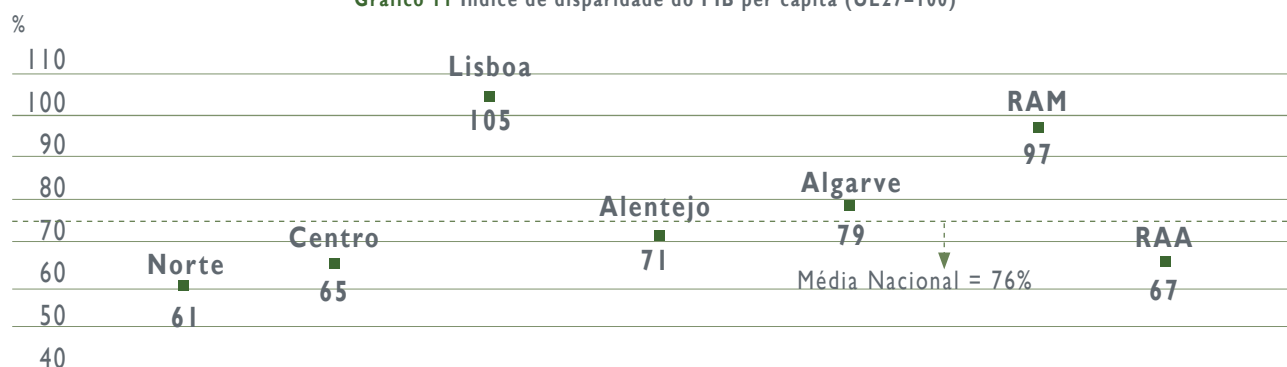


Fonte: INE

A comparação regional com a média da UE - proporcionada pelo índice de disparidade do PIB per capita face à média comunitária - reflecte o reforço da convergência da RAM ao parâmetro de referência. Com efeito, em 2008, o PIB per capita da RAM atingiu os 97% da média da União, convergindo 1 p.p. face ao ano anterior. Relativamente às restantes

regiões portuguesas, assinala-se que apenas Lisboa detém um PIB por habitante superior à média comunitária (105%), num panorama que reflecte de forma expressiva as divergências internas em matéria de PIB per capita e a subsistência de atrasos relevantes face aos padrões médios da UE, evidenciados no baixo valor do índice de disparidade da generalidade das NUT II portuguesas e particularmente visíveis na Região Norte (61%), na Região Centro (65%) e na RAA (67%), conforme ilustra o gráfico.

Gráfico 11 Índice de disparidade do PIB per capita (UE27=100)

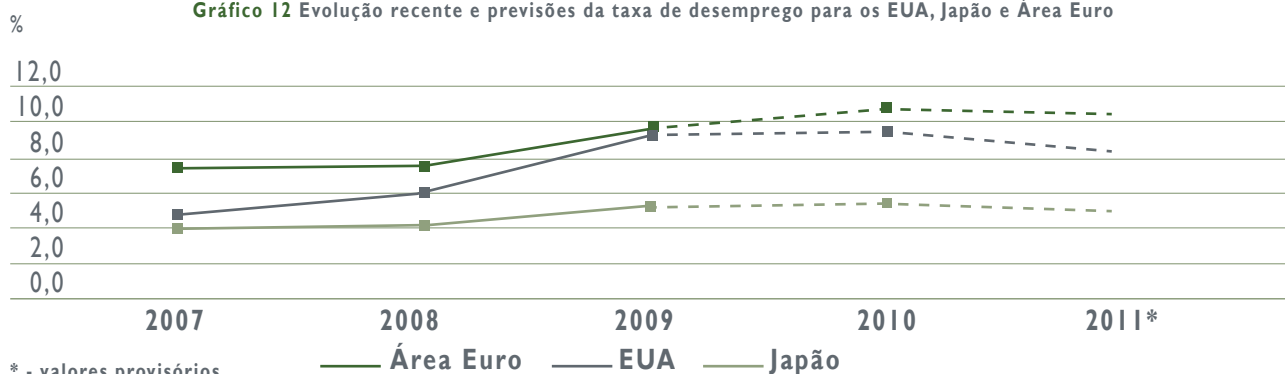


Fonte: INE

A dinâmica recente do mercado de trabalho fornece informações relevantes sobre o real impacto e a extensão efectiva da crise global nas diversas economias. O inevitável contágio da crise financeira às grandes economias mundiais, materializada na restrição das condições de acesso ao crédito e na consequente retracção do investimento determinaram a desaceleração e/ou contracção da actividade produtiva e motivaram subidas acentuadas de desemprego.

Nas economias avançadas, a taxa de desemprego terá atingido os 8,0% em 2009, mais 2,2 p.p. do que em 2008. As expectativas para o ano 2010 apontam para um agravamento deste indicador, que deverá crescer 0,4 p.p., projectando-se que em 2011 se regresse aos níveis evidenciados em 2009. Nos Estados Unidos da América, a taxa de desemprego atingiu os 9,3% em 2009, cristalizando um acréscimo de 3,5 p.p. face ao ano anterior. As projecções antecipam um ligeiro acréscimo do desemprego em 2010, que deverá fixar-se nos 9,4% - a concretizar-se, representará a maior taxa de desemprego observada nos últimos 28 anos (9,6% em 1983) - e uma quebra no ano seguinte que deverá representar uma variação anual de -1,1 p.p.. Na mesma linha, a Área Euro e o Japão registaram aumentos do desemprego em 2009, observando, respectivamente, taxas de desemprego de 9,4% e de 5,1%, concretizando assim variações de 1,8 p.p. e de 1,1 p.p. face a 2008. O crescimento do desemprego deverá manter-se ao longo de 2010 na Área Euro com as previsões a indicarem uma taxa de desemprego de 10,5%, situação que deverá manter-se em 2011. No Japão, as expectativas vão no sentido da manutenção do indicador em 2010, seguida de uma ligeira quebra em 2011 (4,9%). O Gráfico 12 fornece uma perspectiva cronológica recente da taxa de desemprego nas três economias, assim como as expectativas de evolução do indicador no decurso de 2010.

Gráfico 12 Evolução recente e previsões da taxa de desemprego para os EUA, Japão e Área Euro

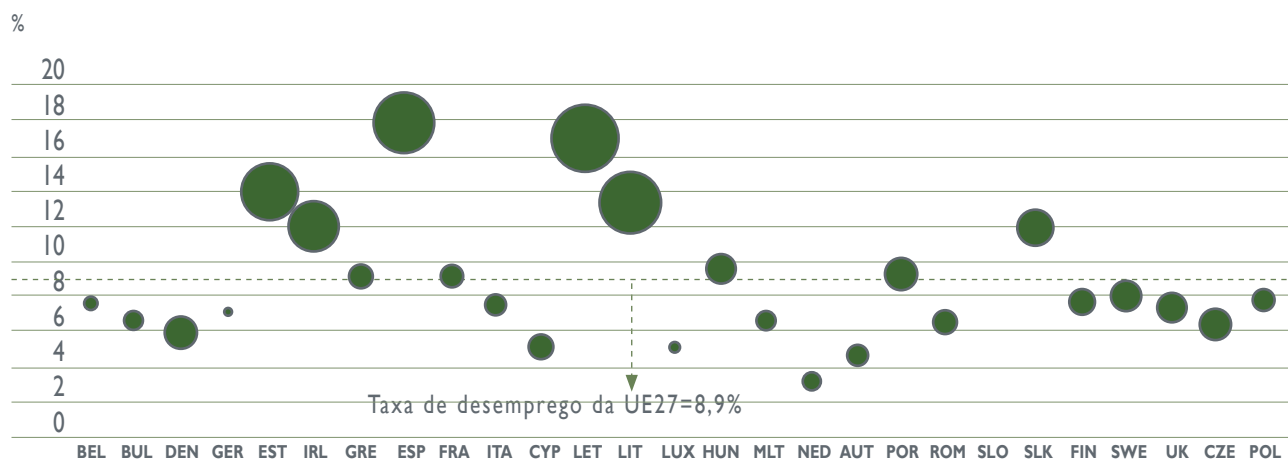


Fonte: FMI

A informação relativa à União Europeia no que à taxa de desemprego em 2009 diz respeito, evidencia os efeitos penalizadores da crise económica internacional na economia real, conforme revela o agravamento em 1,9 p.p. no indicador em apreço face a 2008 (8,9% em 2009). As previsões relativas ao desemprego para a União Europeia apontam para a manutenção de dificuldades no mercado de trabalho em 2010, sendo esperado um agravamento da taxa de desemprego, a qual deverá alcançar os 10,25%. Detalhando a informação dos Estados-Membros da União, é possível constatar que o desemprego aumentou em todos os países no ano considerado, embora em proporções distintas. Com efeito, a variação anual da taxa de desemprego alternou entre os 0,2 p.p. na Alemanha - que registou uma taxa de desemprego de 7,5% em 2009 - e os 9,6 p.p. na Letónia - onde se apurou, inclusivamente, o segundo valor mais elevado daquele indicador no espaço comunitário (17,1%). A diversidade regional que caracteriza a UE manifesta-se igualmente na profundidade do fenómeno do desemprego entre os Estados-Membros que a compõem. Neste particular, a Espanha registou a mais elevada taxa de desemprego da União, atingindo os 18% em 2009 (o mais elevado dos últimos 15 anos naquele país), manifestamente acima

dos níveis de desemprego observados pela Holanda (3,4%), pela Áustria (4,8%) e pelo Luxemburgo (5,4%). O Gráfico 13 evidencia as divergências entre os Estados-Membros da UE e ilustra a sensibilidade das respectivas economias aos choques externos que a variação do indicador face ao ano 2008 propicia.

Gráfico 13 Taxa de desemprego nos Estados-Membros da UE27 em 2009*



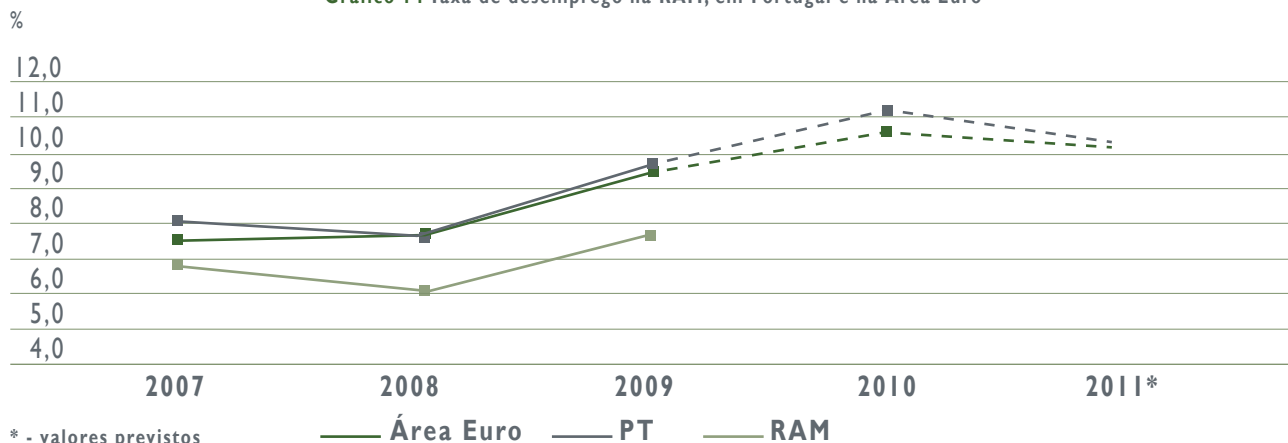
* - tamanho das esferas refere-se à variação da taxa de desemprego face a 2008

Fonte: Eurostat

Na mesma linha o desemprego tem vindo a crescer em Portugal. A informação relativa a 2009 dá conta de um aumento na taxa de desemprego em 1,9 p.p. face ao ano anterior, tendo atingido os 9,6%. Em 2010, o panorama no mercado de trabalho deverá continuar a agravar-se, esperando-se ligeiras melhorias no decorrer de 2011. As últimas previsões para 2010 e 2011 apontam para uma taxa de desemprego de 11% no primeiro ano da projecção e para uma redução para 10,3% no ano seguinte.

O cenário do mercado de trabalho na RAM evoluiu em linha com o enquadramento externo, tendo-se registado um acréscimo de 1,6 p.p. na taxa de desemprego em 2009, que se fixou nos 7,6%, ainda assim, manifestamente abaixo dos níveis de desemprego observados, quer no conjunto do país, quer na média da Área Euro e da União Europeia. O paralelismo de evolução da taxa de desemprego regional relativamente ao evidenciado ao nível nacional e europeu e a apreciação das previsões de desemprego da envolvente relevante à Região induzem alguma apreensão quanto à evolução do desemprego na RAM, particularmente no decorrer de 2010. O Gráfico 14 expõe a evolução recente da taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na Área Euro e as respectivas previsões para o horizonte 2011.

Gráfico 14 Taxa de desemprego na RAM, em Portugal e na Área Euro

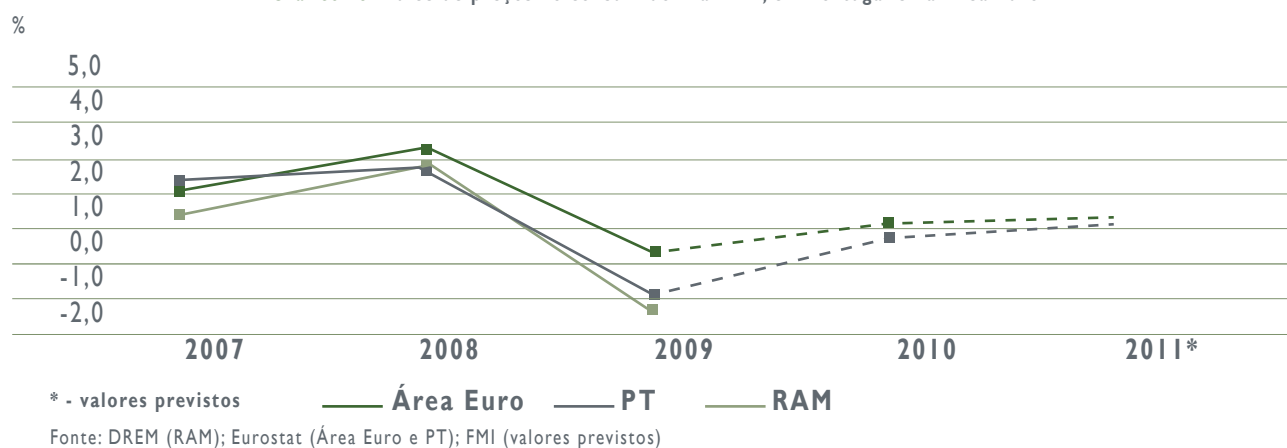


* - valores previstos

Fonte: DREM (RAM); Eurostat (Área Euro e PT); FMI (valores previstos)

A contracção da procura associada à crise económica e financeira originou um forte abrandamento do nível geral de preços. Com efeito, em 2009, a variação média anual do Índice de Preços no Consumidor passou de 3,4% em 2008 para 0,1% em 2009 nas economias avançadas e de 9,2% para 5,2% nas economias emergentes. Similarmente, a taxa de inflação na Área Euro - expressa pela variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor - fixou-se nos 0,3% em 2009, depois de ter registado uma variação de 3,3% em 2008. Em Portugal, o indicador assumiu uma variação negativa em 2009 (-0,9%), sucedendo os 2,7% registados em 2008. A apreciação da evolução recente da taxa de inflação na RAM é coerente com as variações observadas no contexto global. Com efeito, a uma variação anual de 2,8% em 2008, sucedeu uma contracção de 1,4% em 2009. As projecções de curto prazo indiciam a ausência de pressões inflacionistas significativas no horizonte 2011, em linha com as expectativas de recuperação modesta da actividade. Neste enquadramento, a taxa de inflação não deverá ultrapassar os 1,5% em 2010 e os 1,4% em 2011 nas economias avançadas, sendo expectável uma evolução em 2010 e 2011 de, respectivamente, 6,2% e 4,7% nas economias emergentes. Na Área Euro, por seu turno, o índice harmonizado de preços não deverá ultrapassar os 1,1% em 2010 e os 1,3% em 2011, mantendo-se os pressupostos de estabilidade de preços ao longo do horizonte da projecção. Em Portugal, o indicador não deverá ficar acima dos 0,8% em 2010 e dos 1,1% no ano seguinte. A informação relativa ao primeiro trimestre de 2010, no que à taxa de inflação regional diz respeito (-0,8%), e a apreciação da evolução recente do indicador, comparativamente às realidades nacional e da Área Euro, permitem antecipar uma evolução em linha com o expectável, naqueles dois mercados, no horizonte 2011. O Gráfico 15 reflecte a trajectória de evolução registada e esperada na variação anual do Índice de Preços no Consumidor da Área Euro, de Portugal e da RAM.

Gráfico 15 Índice de preços no consumidor na RAM, em Portugal e na Área Euro



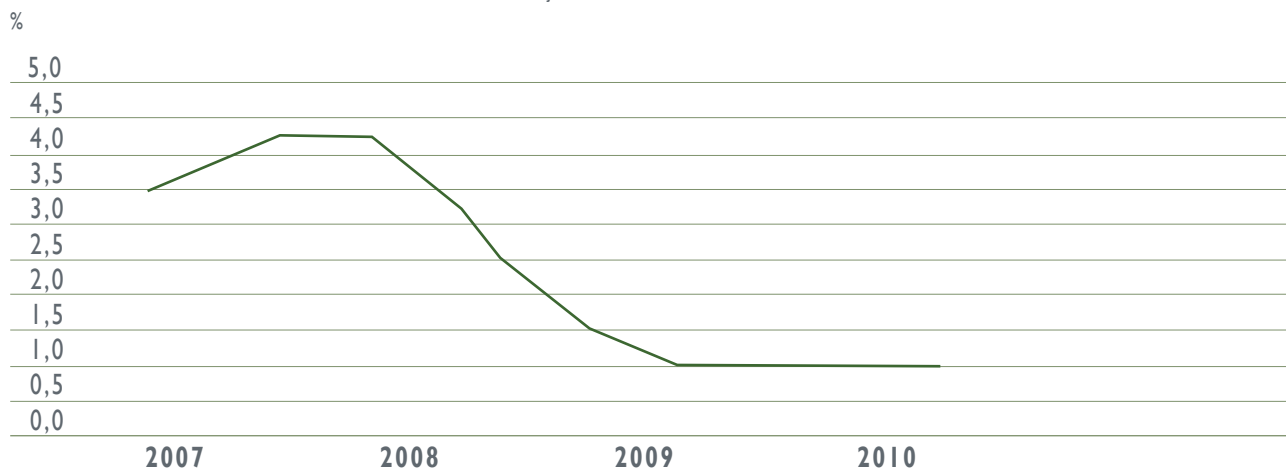
A evolução recente da taxa de juro de referência do Banco Central Europeu reflecte a reacção desta autoridade monetária aos efeitos da crise financeira na Europa. O corte acentuado da taxa de juro aplicada pelo BCE às suas principais operações de refinanciamento e a injeção de liquidez no mercado financeiro constituíram as principais intervenções de carácter monetário dirigidas ao combate à crise protagonizadas por este banco central.

A perspectiva cronológica de evolução recente da taxa de referência do Banco Central Europeu é, com efeito, reveladora da amplitude de variação daquele instrumento de política monetária, em função da prioridade política de estabilização de preços latente no período que antecedeu a crise económica e financeira e o ajustamento decorrente das alterações conjunturais induzidas pelo enquadramento de crise. Em 9 de Julho de 2007, o BCE decidiu fixar a taxa de refinanciamento no máximo histórico de 4,25%, em resposta às fortes pressões inflacionistas que marcaram o período que antecedeu a crise, designadamente as decorrentes dos elevados preços a que estavam a ser transaccionadas as matérias-primas energéticas e não energéticas nos mercados internacionais. À medida que se foram fortalecendo os sinais relativos à extensão e amplitude da crise financeira e se foram esbatendo as pressões inflacionistas, procedeu-se à redução gradual da taxa directora do BCE, culminando no actual mínimo histórico de 1,0%, conforme revela o Gráfico 16.

As taxas Euribor acompanharam a evolução decorrente das alterações de política monetária efectivadas pelo BCE, tendo registado sucessivos mínimos históricos ao longo de 2009 e no decorrer de 2010. Com efeito, em Dezembro de 2007, a média mensal das taxas Euribor a 3 e 6 meses era, respectivamente, de 4,848% e de 4,819% e em Setembro e Outubro de 2008 ultrapassavam os 5%, altura a partir da qual se registaram quebras significativas, atingindo níveis inferiores à taxa de referência do BCE (1%) ainda em 2009. As expectativas de evolução da taxa de juro de curto prazo, expressas nas projecções do mercado para a Euribor a 3 meses, revelam que em 2010 o valor médio da taxa de curto prazo deverá ser de 0,9% e subir para 1,7% no ano seguinte. A par da evolução mais moderada da economia europeia - anémica, no caso de Portugal, conforme revelam as previsões - e da manutenção da situação crítica no mercado de trabalho no horizonte 2011, as projecções de subida das taxa de juro de curto prazo, embora moderada, terá repercussões no rendimento disponível

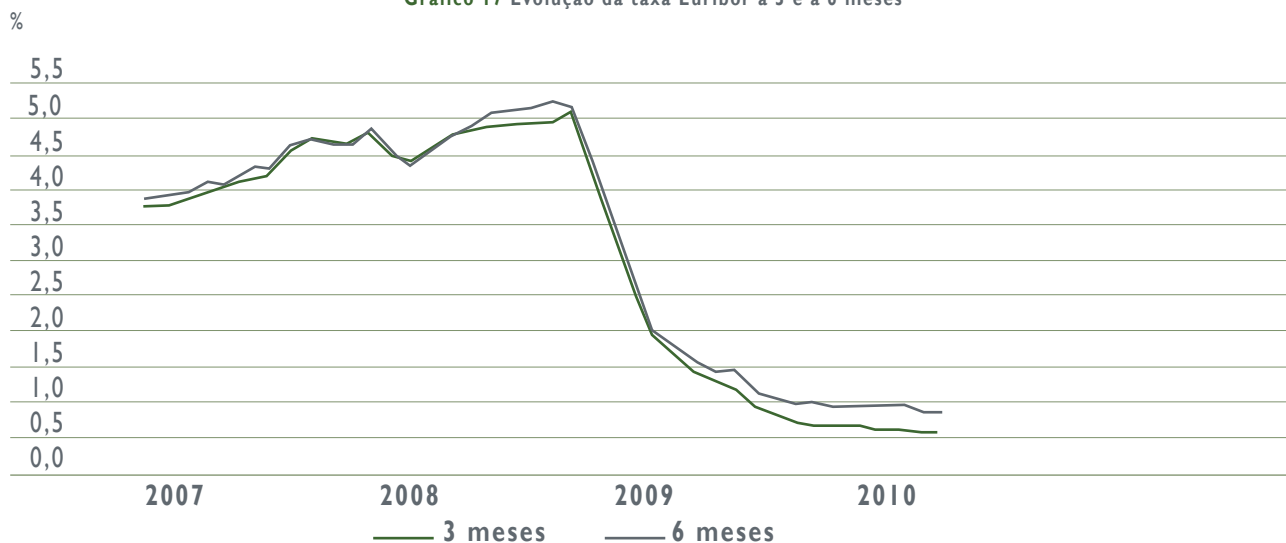
das famílias e, por esta via, efeitos ao nível do consumo privado, na assumpção do actual cenário de forte contenção da massa salarial esperado no horizonte da projecção. O Gráfico 17 revela a evolução das taxas Euribor entre Janeiro de 2007 e Abril de 2010, nas maturidades mais utilizadas para financiamento das empresas (3 meses) e particulares (6 meses).

Gráfico 16 Evolução da taxa de refinanciamento do BCE



Fonte: BCE

Gráfico 17 Evolução da taxa Euribor a 3 e a 6 meses



Fonte: EBF - European Banking Federation

Elementos de contextualização do mercado de trabalho regional

A evolução do mercado de emprego regional em sentido lato, ou seja, as tendências da actividade económica e empresarial e os ajustamentos correspondentes das dinâmicas do mercado de trabalho da Região, influenciou o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa.

No tocante às dinâmicas do Mercado de Emprego, o ano 2009 caracterizou-se por uma acentuada deterioração dos indicadores-chave desde logo com um aumento absoluto face a 2008, superior a 4.400 desempregados inscritos no serviço público de emprego - Instituto de Emprego da Madeira.

Quadro 14 Evolução recente dos Indicadores do Mercado de Emprego

	Dezembro 2009	Dezembro 2008	Variação %
Desemprego registado	13.718	9.302	47,5
Homens	7.979	5.235	52,4
Mulheres	5.739	4.067	41,1
Jovens	2.309	1.654	39,6
Homens	1.141	780	46,3
Mulheres	1.168	874	33,6
Adultos	11.409	7.648	49,2
Homens	6.838	4.455	53,5
Mulheres	4.571	3.193	43,2
Desempregados de Curta Duração	9.091	6.450	40,9
Homens	5.332	3.597	48,2
Mulheres	3.759	2.853	31,8
Desempregados de Longa Duração	4.627	2.852	62,2
Homens	2.647	1.638	61,6
Mulheres	1.980	1.214	63,1
Primeiro Emprego	1.053	778	35,3
Novo Emprego	12.665	8.524	48,6
Nível de Instrução			
<1º Ciclo Ensino Básico	890	611	45,7
1º Ciclo Ensino Básico	4.311	3.017	42,9
2º Ciclo Ensino Básico	3.113	1.918	62,3
3º Ciclo Ensino Básico	2.165	1.382	56,7
Ensino Secundário	2.420	1.699	42,4
Ensino Médio - Bacharelato	70	39	79,5
Ensino Superior - Licenciatura	749	636	17,8

Fonte: Instituto Regional de Emprego (www.ire.gov.pt).

O crescimento de 47,5%, face a Dezembro de 2008, tem um ritmo mais acelerado nos homens correspondendo a perdas de emprego em actividades mais consolidadas e com menores índices de rotação, caracterizadas por índices mais elevados de trabalho masculino (actividades transformadoras, construção civil e obras públicas, etc.). No entanto, observa-se uma redução do ritmo de crescimento do desemprego se tivermos presente que até Junho de 2009, a variação já atingira 34% (+3.181 inscritos) face a 31.12.2008.

Os itens seguintes sinalizam as principais características evidenciadas no quadro-síntese de Indicadores do Mercado de Emprego:

- predomínio do desemprego masculino (58,2%), acentuando a presença no total dos inscritos (+1,9%, face a Junho de 2009);
- tendência para um ligeiro crescimento do peso dos adultos no conjunto do desemprego registado (eram 82,1%, em Junho, e 83,2%, em Dezembro de 2009);
- embora crescendo a um ritmo inferior ao conjunto dos desempregados inscritos, a variação do desemprego juvenil é bastante expressiva (cerca de 40%, mas bastante superior nos homens);
- um em cada três desempregados inscritos são de Longa Duração (DLD), observando-se um ligeiro aumento da incidência deste fenómeno (+3%, face a final de 2008) no conjunto dos desempregados, num contexto em que os DLD crescem 62,2% em doze meses (+63,1% no caso das mulheres);
- a procura de novo emprego aumentou em termos absolutos (48%, ao longo de 2009), tendo reforçado ligeiramente o

seu peso no conjunto dos desempregados;

- o reverso, a procura de 1º emprego, regista um crescimento de 35,3% com ligeira redução do respectivo peso na procura conjunta;
- a estrutura de habilitações dos desempregados inscritos mantém-se constante, com cerca de 60% a possuir habilitações inferiores ao 3º ciclo enquanto que, não obstante o aumento os desempregados com habilitações médias e superiores, o seu peso no total decresceu 1,2% face ao ano anterior;
- o crescimento dos desempregados, sobretudo jovens, com habilitações superiores (+17,8%), situa-se claramente abaixo da média global de crescimento dos inscritos podendo significar um maior nível de protecção potencial comparada face ao desemprego daqueles que possuem habilitações escolares superiores.

Em síntese, a emergência dos problemas do desemprego na Região, com maior expressão a partir do 2º Semestre de 2008, traça um panorama do mercado de trabalho regional significativamente distinto do que caracterizava a situação de partida de programação, em 2006/2007. As diferenças ocorrem tanto em termos absolutos (o volume de desempregados inscritos quase que duplicou, de 8464, em Dezembro de 2006, para 13.718, em Dezembro de 2009), como em termos relativos da incidência sobre os segmentos mais desfavorecidos, de idade mais avançada e de maior duração.

Implicações na implementação do Programa

Sendo incontestável que a conjuntura macroeconómica adversa marcou vincadamente o ano 2009, implicando ajustamentos em diversos instrumentos de política à escala mundial em ordem ao relançamento da economia, a Política de Coesão da União Europeia - e suas repercussões na esfera nacional e regional - não foi excepção.

Tendo por referência documentação produzida pelo Observatório do QREN, designadamente, o Relatório Estratégico do QREN - 2009, e em particular, A resposta da Política de Coesão à crise, as alterações da situação socioeconómica e do mercado de trabalho tiveram impactos expressivos na implementação do Programa Rumos, afectando o ritmo de execução das operações e respectivos resultados em termos de execução financeira, os quais revelam-se significativamente inferiores aos valores aprovados, e por conseguinte comprometeram os valores que seriam expectáveis num cenário mais favorável, passado que está o primeiro terço da execução do Programa.

Esta evolução que se revelou persistente ao longo de 2009, ainda que com sinais de abrandamento no último trimestre, estabeleceu uma pressão inevitável sobre as medidas activas e passivas da política regional de emprego e, naturalmente, sobre o seu mais importante instrumento de financiamento, o Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social do Programa Rumos. A utilização de medidas activas de apoio à sustentação do emprego tem sido estimulada de forma continuada, dentro dos limites impostos pelos requisitos de co-financiamento dos instrumentos e pela programação dos recursos deste Eixo Prioritário do Programa. Assim, em 2009, arrancaram as restantes medidas previstas e foram reformuladas outras com afectação de meios financeiros mais elevados tendo em vista abranger um maior número de pessoas, sendo de destacar, pela incidência em Vertentes de Intervenção do Eixo II do Programa Rumos, as seguintes medidas: (i) o Programa de Incentivos à Contratação; (ii) a inserção de jovens qualificados, via Estágios Profissionais; (iii) a Medida Formação-Emprego, enquadrando formação para desempregados; e (iv) a ocupação temporária de desempregados, via Programas Ocupacionais para trabalhadores subsidiados, desempregados e seniores, procurando abranger os principais segmentos de desempregados inscritos (cf. desenvolvido à frente).

Paralelamente, importa salientar o esforço associado à formação de activos da Administração Pública Regional e do sector privado, no âmbito das diversas Tipologias de Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, em acções que contribuem para a manutenção e qualificação do emprego do segmento dos activos empregados.

Qualquer alteração consistente do panorama actual, pressupõe um relançamento global da actividade económico-empresarial com potencial criação de emprego que absorva parte dos desempregados inscritos. A ligeira melhoria da procura de ajudas ao investimento, no âmbito dos sistemas de incentivos dos Eixos I e II do Programa Intervir+, tem sido centrada em pequenos projectos de investimento, a concretizar a prazo, não sendo possível nesta fase quantificar os seus reais impactos sobre o nível de emprego. Trata-se de uma variável que importa monitorizar atentamente tal como a evolução das tendências do desemprego tanto pelos índices de crescimento absoluto observados nos indicadores analisados, como pela persistência de reduzidos níveis de dinamismo do investimento económico-empresarial.

Relativamente às medidas anti-crise implementadas em 2009 destacam-se como referido atrás as medidas no âmbito do Emprego e Coesão Social, nomeadamente:

- Implementação do Programa de Incentivos à Contratação - PIC, que substitui a medida de Apoio à Contratação por uma nova medida, mais atractiva e compensadora para as empresas que criem novos postos de trabalho. Para tal, foi retirada a obrigatoriedade de investimento associado à contratação de pessoal, melhoraram-se os prémios a atribuir a quem queira expandir o seu negócio criando novos postos de trabalho efectivos, introduziu-se uma compensação à contratação a termo e premiou-se a conversão de contratos a termo em contratos sem termo (Portaria n.º 16/2009 de 23 de Fevereiro).
- Programa Ocupacional para Seniores - POS - Permite ao grupo etário de mais difícil inserção no mercado de trabalho, a possibilidade de exercer uma actividade remunerada, a prestar junto de organismos públicos ou privados sem fins lucrativos. É promovida a colocação de desempregados inscritos no IEM há mais de 6 meses, que não sejam beneficiários de prestações de desemprego e que tenham idade igual ou superior a 55 anos, em tarefas que se coadunem com a sua experiência, disponibilidade e habilitações académicas, por um período máximo de 2 anos, recebendo uma compensação monetária equivalente ao salário mínimo regional, acrescido dos subsídios de alimentação e transporte (Portaria n.º 18/2009 de 23 de Fevereiro).
- Implementação do Prémio de auto-colocação - Prémio para os desempregados de longa duração (inscritos há mais de 12 meses no IEM) que obtenham, através da sua própria iniciativa, uma colocação por tempo igual ou superior a um ano. O prémio é no valor de 1, 2 ou 3 salários mínimos regionais, respectivamente, para quem obtenha uma contratação por período superior a 1 ano, 2 anos ou se trate de uma contratação sem termo (Portaria n.º 17/2009 de 23 de Fevereiro).
- Medida Formação/Emprego - Facilitar o acesso a esta medida por parte de empresas de menor dimensão. Assim, foi reduzido de 5 para 3 o número mínimo de formandos necessários para a apresentação de uma candidatura a esta medida, mantendo-se o máximo de 20, e premeiam-se as empresas que incluam desempregados de mais difícil inserção, como sejam, os de longa duração, os de mais de 45 anos e os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (Portaria n.º 19/2009 de 23 de Fevereiro).
- Medida Estágios Profissionais - Aumentar o número de colocações e alargar o escalão etário elegível passando a duração dos estágios de 9 para 12 meses e o limite de idade de 30 para 35 anos, bem como abranger jovens até aos 25 anos inclusive, habilitados com o ensino secundário completo. No caso específico dos estágios em entidades privadas, aumentar 10% na comparticipação do IEM na Bolsa (Portaria n.º 20/2009 de 23 de Fevereiro).

Importa registar nesta secção que as alterações da situação económica mundial originaram um conjunto de iniciativas quer a nível comunitário, quer nacional e regional, que visaram mitigar as dificuldades com que os Estados-Membros e respectivas Regiões se deparavam na aplicação dos Fundos Estruturais.

O pedido de alargamento do prazo de elegibilidade das despesas dos PO do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) III formalizado por Portugal junto da Comissão Europeia, já em 2008, para mitigar a falta de liquidez das entidades executoras, com benefícios para os PO do período de programação 2007-2013, foi uma das medidas a registar.

A Comunicação da Comissão no âmbito da política comunitária de concorrência – Quadro comunitário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a crise financeira e económica sentida, na qual foi aberta a possibilidade de ser utilizada uma margem na aplicação do limite de minimis em todos os regimes de auxílio implementados ou a implementar ao abrigo da regra de minimis, constituiu outras das medidas relevantes. Portugal apresentou o pedido de aplicação de tal regime, tendo-o notificado no início do ano (2009). A CE considerou o regime apresentado compatível com o Tratado da União Europeia, passando o mesmo a ser aplicado nos termos consagrados na Portaria n.º 184/2009, de 20 de Fevereiro. Pela sua importância para o tecido empresarial regional, este novo regime (temporário) que permite conceder, entre 2009 e 2010, auxílios de minimis até 500.000 euros (em alternativa aos 200.000 euros previstos no Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão), durante um período de três exercícios financeiros, assinalamos como outras das medidas aplicadas.

A alteração do Regulamento Geral dos Fundos, que abriu a possibilidade de, em 2009, ser disponibilizado novo pré-financiamento, a nível de fundos estruturais, de 2,5% do valor dos pré-financiamentos realizados entre 2007 e 2009 (totalizando assim 7,5% da dotação programada para o FSE), revelou-se uma medida extremamente benéfica para a liquidez necessária à fase inicial do período de programação, a fim de facilitar os pagamentos aos beneficiários dos projectos.

Igualmente com impacto na execução do Programa, destacamos o Regulamento (CE) n.º 396/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 para alargar os tipos de custos. Estes custos podem assumir a forma de: custos indirectos declarados numa base forfetária, até um máximo de 20% dos custos directos

de cada operação; custos de base forfetária calculados por aplicação de escalas normalizadas de custos unitários e montantes fixos destinados a cobrir a totalidade ou parte dos custos de uma operação, até ao momento máximo de 50 mil euros. A forma de implementação destas modalidades em Portugal encontra-se em fase de estudo e desenvolvimento.

Finalmente, apresentamos de seguida a legislação regional produzida em 2009 com efeitos directos sobre o Programa:

- Portaria n.º 20/2009, de 23 de Fevereiro: Regulamenta o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida estágios profissionais;
- Portaria n.º 74/2009, de 10 de Julho: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores (PADE);
- Portaria n.º 19/2009, de 23 de Fevereiro: Programa Formação-Emprego;
- Portaria n.º 119/2007 de 9 de Novembro de 2007, com a alteração introduzida pela Portaria n.º 174-D/2009 de 30 de Dezembro: Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados;
- Portaria n.º 18/2009, de 23 de Fevereiro: Programa Ocupacional para Seniores;
- Decreto Legislativo Regional n.º 11/2009/M, de 17 de Abril: Cria o Instituto de Emprego da Madeira, IP -RAM e extingue o Instituto Regional de Emprego;
- Portaria n.º 16/2009, de 23 de Fevereiro: Regulamenta o Programa de Incentivos à Contratação, designado pró PIC;
- Portaria n.º 17/2009, de 23 de Fevereiro: Regulamenta a concessão de um prémio de auto-colocação a desempregados de longa duração;
- Despacho do Secretario Regional dos Recursos Humanos: Prorroga o prazo para a apresentação das candidaturas à concessão de um prémio de auto-colocação a desempregados de longa duração.

2.5. Complementaridade com outros instrumentos

No âmbito da verificação da complementaridade com outros instrumentos, a AG assegurou uma articulação mais próxima junto das entidades com responsabilidades na gestão dos Fundos Estruturais com aplicabilidade na RAM, no sentido de garantir o exercício das actividades, nomeadamente de gestão entre os Programas, de acordo com o respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis, observando as regras de eficiência que determinam uma utilização mais racional e adequada dos recursos públicos, assegurando a prevenção de eventuais conflitos de interesses e privilegiando o contributo das operações apoiadas para a produção de resultados positivos.

Refira-se que o IDR ao deter responsabilidades ao nível da gestão dos PO co-financiados pelo FSE e pelo FEDER (AG), do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) co-financiado pelo FEDER e Fundo de Coesão (OI) e do Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias (PCT-MAC), co-financiado pelo FEDER (Interlocutor Regional), bem como ao nível da coordenação global dos fundos comunitários aplicáveis à Região (nomeadamente, Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeus das Pescas (FEP), vem promovendo a troca de informações e fomentando articulações várias entre os mesmos.

A 5 de Fevereiro de 2009 foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), do Programa Intervir+, do Programa Rumos, o Gestor dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos Sobrecustos e os Gestores de Eixo do Programa Rumos, dirigido a complementar e a propiciar o desenvolvimento de sinergias entre os Fundos Estruturais e as actuações a serem concretizadas no quadro do Programa Operacional co-financiado pelo FSE.

O protocolo previsto estabelecer entre as Autoridades de Gestão do Programa Rumos, Programa Intervir+ e do Programa Operacional Pesca (PROMAR) não foi efectivado em 2009, por motivo de atraso das disposições em matéria de governação do PROMAR, contudo como desenvolvido no ponto 2.6.1., as respectivas AG promovem no âmbito das suas Unidade de Gestão troca de informação para os efeitos devidos.

Em 2009, da articulação estabelecida, quer pelo Protocolo estabelecido, quer em sede de UG dos PO da RAM, o Programa Rumos viu as suas acções complementarem as acções desenvolvidas ao abrigo do Programa Intervir+, POVT e PCT-MAC.

Ao nível da complementaridade entre as operações co-financiadas pelo Programa Rumos e pelo Programa Intervir+ identificou-se o projecto “Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos”, do Programa Rumos, promovido pela Eutelsat Madeira, Unipessoal, Lda. Sendo esta uma das mais bem estruturadas e experientes provedoras de recursos para comunicação via satélite do mundo, irá operar um centro de telecomunicações na Zona Franca do Caniçal para o controle e monitorização de satélites de telecomunicações da Eutelsat (centro TCR - Telecommand Control and Ranging). Os elevados níveis de competência requeridos e a especificidade das funções fazem com que seja necessário formar os técnicos para o desempenho de tais funções (subjacentes às técnicas e procedimentos de controle de satélites e a operação de manutenção de todo o equipamento do Centro TCR do Caniçal). Trata-se de um projecto complementar ao Grande projecto aprovado ao abrigo do Sistema de Incentivos QUALIFICAR+, cujo beneficiário é também a Eutelsat Madeira, Unipessoal, Lda. Actualmente o projecto encontra-se em fase de aceitação por parte da Comissão Europeia e tem como principal objectivo a instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade satelitar estando localizado na Zona Franca Industrial da Madeira.

Ao nível da complementaridade entre o Programa Rumos e o Programa Intervir+ destacam-se ainda os seguintes projectos:

- Dois projectos no âmbito do Programa Rumos, do beneficiário Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E, da Vertente de Intervenção “Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida” da Tipologia “Formação Profissional da Administração Pública” que, são complementares ao projecto e-SESARAM do Programa Intervir+, igualmente do mesmo beneficiário;
- O projecto do Programa Rumos, da Vertente de Intervenção “Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida”, Tipologia “Formação Profissional da Administração Pública”, do beneficiário Gestlídier II - Contabilidade Informática e Gestão, Lda., tem como objectivo a formação a funcionários e agentes da Administração Pública e visa desenvolver as suas competências contribuindo para a modernização da Administração Pública; por outro lado, o projecto “Outras formações”, direcciona-se a pessoas desempregadas inscritas no Instituto Regional de Emprego da Madeira e pretende que os formandos adquiram conhecimentos básicos e de aperfeiçoamento na área de Informática. Ambos os projectos complementam o projecto no âmbito do Programa Intervir+, de Desenvolvimento da competitividade e reforço da capacidade técnica e tecnológica e da modernização da imagem da empresa Gestlídier;

- O projecto do Programa Rumos na Vertente de Intervenção "Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida", Tipologia "Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos", cuja empresa M & J Pestana - Sociedade Turismo da Madeira, S.A., é beneficiária, tem como objectivo efectuar um plano de formação com vista ao desenvolvimento de competências técnicas na área da hotelaria e restauração e áreas afins e compõe-se de 21 cursos que se distribuem por 3 áreas: Línguas; Tecnologias de Informação e Comunicação e Hotelaria e Restauração. Este projecto é complementar ao projecto de Requalificação do estabelecimento Pestana Palms e reforço da utilização de tecnologias de informação, ao abrigo do Sistema de Incentivos TURISMO, do Programa Intervir+;
- Os projectos promovidos pela DRQP ao abrigo do Programa Rumos, nomeadamente na Vertente de Intervenção "Qualificação Inicial", Tipologia "Sistema de Aprendizagem" envolvendo quatro cursos do Sistema de Aprendizagem nomeadamente, Técnico de Apoio à Gestão, Mecatrónica Automóvel, Técnico de Logística e Manutenção Industrial. Estes cursos destinam-se a jovens que devem reunir, cumulativamente, a idade inferior a 25 anos e as habilitações escolares ao nível do 3.º Ciclo do ensino básico ou equivalente ou habilitação superior ao 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente, sem conclusão do ensino secundário ou equivalente; Na mesma Vertente de Intervenção o projecto "Cursos de Educação e Formação" que envolve dois cursos inseridos na Oferta Formativa de Educação e Formação da RAM, sendo a mais valia deste tipo de oferta a sua contribuição para a promoção do sucesso escolar e para a prevenção e diminuição do abono escolar. Constitui-se ainda como um meio privilegiado de promoção de condições de empregabilidade e de transição para a vida activa, uma vez que, envolve três valências essenciais: a certificação escolar, a qualificação profissional e o contacto real com empresas da Região Autónoma da Madeira; Por outro lado, o projecto "Cursos de Educação e Formação", envolve um curso de soldador, inserido na Oferta Formativa de Educação e Formação da RAM. Trata-se de um curso destinado a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar, que completaram o 6º ano de escolaridade ou frequentam, com ou sem aproveitamento, o 7º, e o 8º ano. O curso confere o 9º ano e uma qualificação nível II. Por último, o Projecto na Vertente de Intervenção "Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida", da Tipologia "Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências" tem por base o Centro Novas Oportunidades da DRQP, inserido no Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), tendo como missão assegurar aos adultos que não tenham completado o 4º, 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade, a oportunidade de verem reconhecidas, validadas e certificadas as competências e conhecimentos que adquiriram ao longo da vida, bem como encaminhar para a formação adequada e necessária à progressão e certificação escolar e/ou profissional de cada indivíduo. Funciona como pólo dinamizador da aprendizagem ao longo da vida e como uma oportunidade de reconciliação dos adultos com o meio escolar e com as aprendizagens formais, aumentando assim o nível de qualificação da população madeirense. Os quatro projectos acima identificados são complementares ao Projecto de Reestruturação dos Locais de Formação Tecnológica da Direcção Regional de Qualificação Profissional ao abrigo do Programa Intervir+, do Eixo Prioritário IV, da Tipologia Educação.
- Finalmente o projecto do Programa Rumos, da Vertente de Intervenção "Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida" da Tipologia "Formação de Docentes" promovido pelo Sindicato dos Professores da Madeira visa responder às necessidades individuais dos docentes bem como às necessidades evidenciadas pelas comissões de formação das escolas e do sistema educativo. Trata-se de um projecto complementar ao projecto do Programa Intervir+ de Concepção e construção de instalações para o Centro de Formação do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e respectiva Sede.

O Programa Rumos vê ainda as suas acções complementarem as acções desenvolvidas ao abrigo do PRODERAM, nomeadamente através do projecto da Tipologia "Curso de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos", promovido pela AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo, com o objectivo de fornecer aos jovens agricultores e aos agricultores os conhecimentos necessários para uma eficiente direcção e gestão das suas explorações agrícolas, assim como, facultar-lhes uma formação que os qualifique e lhes permita o acesso às ajudas comunitárias. Por outro lado o projecto da Tipologia "Curso de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos", desenvolvido pela Quinta do Furão - Sociedade Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda., tem como objectivo fornecer formação contínua a todo o pessoal da Quinta do Furão, visando a actualização, o aperfeiçoamento e a aquisição de novas competências, transferíveis para a sua prática de modo a garantir a manutenção dos standards e da qualidade do serviço. Os cursos enquadrados neste Projecto são cursos de cozinha e de Alemão para Hotelaria.

Relativamente ao PROMAR, ao POVT e ao PCT-MAC, não foram registadas quaisquer sinergias ou complementaridade entre projectos co-financiados por estes Programas.

A troca de informação concretizada permitiu esclarecer eventuais situações de sobreposição de operações e financiamentos, bem como recolher informação sobre a existência de complementaridades entre operações a co-financiadas e a co-financiar pelas intervenções em causa (vd. Quadro I5).

Quadro 15 Complementaridade com outros instrumentos

Programa Intervir+ FEDER)	Designação da Operação (Programa Intervir+)	Programa Rumos (FSE)	Designação da Operação (Programa Rumos)	PRODERAM (FEADER)	POVT (Fundo de Coesão)	PCT-MAC (FEDER)	PROMAR (FEP)
X	EUTELSAT MADEIRA (EM) - (código MADFDR-01-0119-FEDER-000002)	X	"Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos" - (código: 000801/2009/121)				
X	e-SESARAM - (código: MADFDR-01-0326-FEDER-000003)	X	Dois projectos no âmbito do Programa Rumos: ambos da Vertente de Intervenção - Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologia: Formação Profissional da Administração Pública - (códigos: 000089/2008/122 e 000896/2009/122)				
X	Desenvolvimento da competitividade e reforço da capacidade técnica e tecnológica e da modernização da imagem da empresa - (código: MADFDR-01-0326-FEDER-000003)	X	O projecto (código: 000877/2009/122) da vertente de Intervenção - Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida da Tipologia: Formação Profissional da Administração Pública e o projecto (código: código: 000058/2008/125) da tipologia: Outras formações				
X	Requalificação do estabelecimento Pestana Palms e reforço da utilização de tecnologias de informação - (código: MADFDR-02-0120-FEDER-000001)	X	O projecto: (código 000109/2008/121) - na Vertente de Intervenção: Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologia: Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos				
X	Reestruturação dos Locais de Formação Tecnológica da Direcção Regional de Qualificação Profissional - (código: MADFDR-04-0177-FEDER-000003)	X	Projectos da DRQP: (código: 00986/2009/111) da Vertente de Intervenção: Qualificação Inicial - Tipologia: Sistema de Aprendizagem; (código: 000236/2008/113), da mesma Vertente de Intervenção - Cursos de Educação e Formação; (código: 000945/2009/113) - Cursos de Educação e Formação e (código: 000438/2008/126) - da Vertente de Intervenção: Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologias Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências				
X	Concepção e construção de instalações para o Centro de Formação (CF) do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e Sede do SPM - (Código: MADFDR-04-0177-FEDER-000011)	X	Projecto (código: 000572/2009/124) - da Vertente de Intervenção: Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida - Tipologia: Formação de Docentes				
	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos - AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo		Projecto (código: 000687/2009/121) da Tipologia: Curso de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	X			
	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos - Quinta do Furão - Sociedade Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda.		Projecto (código: 000826/2009/121) da Tipologia Curso de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	X			

2.6. Acompanhamento e Avaliação

2.6.1. Actividades de Gestão

Sistema de Gestão e Acompanhamento

A governação do PO compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento de acordo com o artigo n.º 35 do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e tendo em conta também o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M, de 27 de Novembro, onde se define o modelo de governação dos programas operacionais regionais e a articulação com os demais financiamentos com origem na União Europeia de que seja beneficiária a Região.

O órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa corresponde à Comissão Governamental de Orientação (CGO) do Programa Rumos, que funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM. No âmbito das suas competências, no ano 2009 a CGO emitiu parecer sobre as matérias apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16 Comissão Governamental de Orientação

Data	Assuntos relevantes	Resolução
21.05.2009	Apreciação da proposta de Relatório Anual de Execução de 2008	Resolução n.º 573/2009, de 21 de Maio
21.05.2009	Apreciação da proposta de Alteração do Programa Rumos	Resolução n.º 574/2009, de 21 de Maio

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O órgão de gestão é a Autoridade de Gestão, que reporta directamente à Comissão Governamental de Orientação, ao órgão de direcção política do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) (Comissão Ministerial de Coordenação), aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN (Observatório do QREN e Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu), de auditoria e controlo (Inspecção-Geral das Finanças) e de certificação (Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu), estes últimos investidos de Autoridade de Auditoria e de Autoridade de Certificação previstas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

A Autoridade de Gestão do Programa Rumos é exercida pelo Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com os princípios da boa gestão financeira.

No exercício das suas funções, a AG é assistida por uma Unidade de Gestão (UG) que, exercendo funções consultivas, emite em particular pareceres não vinculativos sobre as candidaturas apresentadas.

Ao longo do ano 2009 os membros da UG foram chamados a emitir pareceres sobre as candidaturas apresentadas, bem como, sobre determinados dispositivos de implementação do Programa (de que foi exemplo o Projecto de Portaria Conjunta dos Secretários Regionais de Educação e Cultura e do Plano e Finanças, relativo aos regimes de apoio no âmbito da Tipologia de Operação 1.2.6 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Relativamente às candidaturas apresentadas, os membros da UG prenunciam-se igualmente sobre a respectiva complementaridade ou sobreposição de operações, considerando a oportunidade para a troca de informações sobre as candidaturas entradas, decisões de aprovação e de inelegibilidades dos projectos, montantes de investimento e de incentivo a conceder aos projectos aprovados, bem como sobre outras informações relevantes para ambas as partes. Para além da AG, OI e parceiros, constituem membros da UG representantes da Secção Regional da RAM da UG do PROMAR, do PRODERAM e do Programa Intervir+.

Aos membros da UG é sempre apresentada informação sobre a situação financeira do Programa e a sua contribuição para a Estratégia de Lisboa (earmarking).

Quadro 17 Unidade de Gestão

Unidade de Gestão	Data	Assuntos relevantes
6ª Consulta escrita	29.01.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I e II Parecer sobre a proposta de alteração da Portaria n.º 177-A/2008, de 10 de Outubro das Secretarias da Educação e Cultura e do Plano e Finanças,
7ª Reunião	03.03.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I
8ª Consulta escrita	31.03.2009	Apreciação de Candidaturas Eixo I e II
9ª Consulta escrita	24.04.2009	Apreciação de Candidaturas Eixo I e II
10ª Reunião	11.05.2009	Apreciação de Candidaturas Eixo I Apreciação da Proposta de Relatório Anual de Execução do Programa Rumos 2008
11ª Reunião	26.06.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I
12ª Reunião	29.07.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I Apreciação da Proposta de alteração ao Regulamento Específico do PO FSE – 2007/2013 – Portaria 15-A-2008. Apreciação da proposta de alteração do Despacho Conjunto dos Custos das Secretarias Regionais da Educação e Cultura, dos Recursos Humanos e do Plano e Finanças
13ª Reunião	31.08.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I
14ª Reunião	2.10.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I e III
15ª Reunião	5.11.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I Apreciação da proposta de alteração do Manual de Procedimentos do Eixo I do Programa Rumos
16ª Reunião	9.12.2009	Apreciação de candidaturas Eixo I, II e III

Nestas reuniões da Unidade de Gestão, a AG faz ainda um ponto de situação das actividades da gestão e em particular, do estado de implementação do Programa. Dos assuntos mais relevantes em 2009 trazidos a este fórum, destacam-se os relativos à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectivas auditorias efectuadas pelas Autoridades Nacionais, ao Plano de Avaliação do Programa e do QREN, aos pedidos de pagamentos, à legislação aplicável ao Programa e por fim à participação da Autoridade de Gestão em comités ou outros órgãos do QREN, de que são exemplo a participação nas Redes de Interlocutores de Comunicação e de Avaliação, bem como na Comissão Técnica de Coordenação do QREN (CTC QREN), nos termos previstos no n.º 4 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

As candidaturas apreciadas neste órgão são submetidas ao procedimento de audiência prévia e posteriormente aprovadas pela Autoridade de Gestão e homologadas pelo Secretário Regional da respectiva tutela.

O órgão de acompanhamento do Programa Rumos é constituído pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 63º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Intervir+.

A composição e o essencial das competências da Comissão de Acompanhamento, são definidos nas decisões da Comissão Europeia que os aprovaram, sem prejuízo das competências definidas no artigo 43º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e no regulamento interno aprovado na 1ª CA de 26.11.2007.

Durante o ano 2009, no contexto das suas competências, os membros da CA foram chamados a se pronunciar sobre os assuntos referidos no Quadro 18.

Quadro 18 Comissões de Acompanhamento

Unidade de Gestão	Data	Assuntos relevantes
3ª- Reunião	03.06.2009	Aprovação do Relatório Anual de Execução de 2008 Análise e aprovação da proposta de Reprogramação do Programa Rumos
2ª. Comunicação	29.07.2009	Envio do Relatório Anual de Execução de 2008 - versão final (cf. observações membros aquando da sua aprovação)
3ª. Comunicação	18.12.2009	Envio do Relatório de Monitorização do Programa Rumos - 1º Semestre de 2009

O relatório anual de execução de 2008, analisado e aprovado pela CA, foi enviado à CE no prazo legalmente estipulado. O documento foi examinado pelos serviços da Comissão Europeia que considerou, que o mesmo estava conforme as exigências do n.º 3 do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

Não obstante, a CE identificou alguns aspectos passíveis de melhoria em relatórios futuros. Os mesmos foram tidos em conta na elaboração do presente relatório.

A Autoridade de Gestão durante o ano 2009 desenvolveu outras tarefas de acompanhamento e monitorização específica da implementação do Programa Operacional, particularmente em termos da recolha e prestação de informação sobre a monitorização da execução, bem como inerentes à participação da Autoridade de Gestão em reuniões globais de monitorização da implementação do QREN, entre outras.

A AG do Programa Rumos participou nas reuniões promovidas pela CTC QREN, órgão máximo de coordenação técnica, com responsabilidades na articulação entre os diferentes órgãos de governação do QREN e dos PO.

Destaca-se o documento orientador da responsabilidade do Observatório do QREN, nomeadamente: "Orientações quanto aos procedimentos para a actualização anual dos planos de avaliação" o qual teve relevância na implementação do Programa.

Importa ainda referenciar a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN (CMC QREN), de 27 de Março de 2009, relativa ao Plano de Comunicação do QREN, no quadro da coordenação global do QREN e dos PO no plano político.

De acordo com o artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Conselho, de 11 de Julho, a Comissão e a Autoridade de Gestão devem analisar os progressos realizados a nível da execução do Programa, os principais resultados obtidos no ano anterior, a execução financeira, bem como outros factores, com vista a melhorar a execução.

Neste sentido decorreu em 2009 o primeiro encontro anual, no qual a Autoridade de Gestão se fez representar e onde foram analisados matérias horizontais ao PO, destacando-se aqui a prestação de informação sobre o seguimento dado à carta de aceitação do relatório anual de 2008.

Finalmente e pela articulação da função avaliação com a função monitorização estratégica, acresce lembrar que a Autoridade de Gestão contratou um serviço externo de consultoria no âmbito da monitorização estratégica de apoio à gestão do Programa, do qual resultam actividades técnicas de suporte às análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos e que se traduzem na produção de relatórios de monitorização com periodicidade semestral.

O processo de monitorização estratégica completa a existência no modelo de governação do Programa de momentos potenciadores de reflexão estratégica alargada sobre a gestão e execução do Programa, e da sua integração/contextualização face ao QREN. Esta prática tenderá a ser consolidada quando passar a incluir de forma mais robusta a análise dos ritmos de execução física da programação aprovada e a dinâmica de execução do eixo prioritário II. Do mesmo modo, a tão rápida quanto possível entrada em funcionamento junto das EAT, do Sistema de Business Intelligence Data Mart, designado por "Conhecer FSE", permitirá dotar a gestão de mais um relevante instrumento de acompanhamento da programação, com óbvia complementaridade face ao processo de monitorização estratégica.

A monitorização estratégica é complementar aos exercícios regulamentares obrigatórios e visa apoiar a operacionalização das condições de suporte indispensáveis a uma gestão mais estratégica das Intervenção co-financiadas pelos Fundos Estruturais, pelo que semestralmente é processada informação quantitativa resultante da evolução das dinâmicas de aprovação e realização/execução das ajudas veiculadas através das diferentes Tipologias de Operação aos respectivos destinatários-alvo, mas também de informação qualitativa que reflecta as tendências de evolução que caracterizam a envolvente contextual das Intervenção.

As actividades de monitorização estratégica do Programa, deverão ser objecto de aprofundamento e dinamização, a partir do momento em que se disponha de informação de base relativa à componente de realização física das diferentes tipologias de intervenção que permitirá construir uma perspectiva das dimensões críticas associadas aos resultados alcançados e desenvolver, de forma fundamentada, actuações de correcção face a desvios existentes.

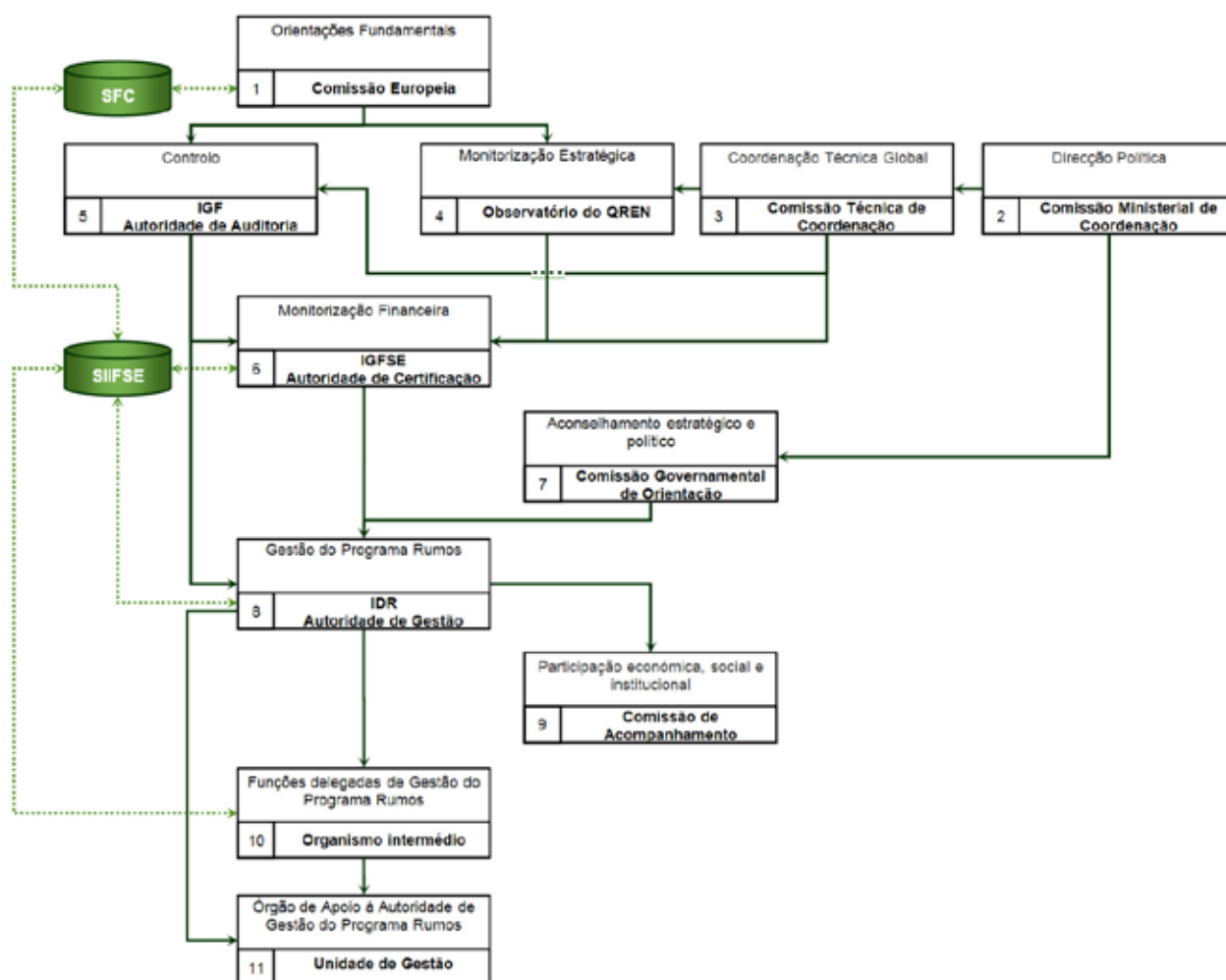
Com idêntico objectivo, importa dispor de informação adicional que permita traçar o perfil dos beneficiários finais das acções co-financiadas (níveis de habilitação e qualificação, idades, situação face ao trabalho, ...), de modo a construir uma visão compreensiva da relação existente entre os beneficiários abrangidos e os destinatários-alvo e as dimensões-problema que corresponderam à formulação de objectivos específicos e operacionais das tipologias de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa.

Finalmente, ainda na óptica da monitorização, considera-se indispensável integrar os resultados da actividade do Observatório do Sistema Educativo e Cultural da RAM, nomeadamente os que se referem ao Inquérito à Execução das Acções de Formação Profissional e aos resultados de medidas de política, p. e., resultados da actividade dos RVCC.

Sistema de Controllo Interno

Prévio à explanação do processo de aprovação do Compliance Assessment no ano em apreço, sintetiza-se no fluxograma seguinte, o modelo de gestão e controlo adoptado para o Programa Rumos, o qual envolve o conjunto de órgãos de governação, de gestão e controlo associados em parceria para o cumprimento das disposições comunitárias, nacionais e regionais inerentes à implementação dos Programas Operacionais.

Figura 1 Fluxograma do Modelo de Gestão do Programa Rumos



Em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, é responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Rumos a elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do Programa, que engloba todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, dos Organismos Intermédios afectos ao Programa e, finalmente, da Autoridade de Auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Na sequência do envio da mesma à Comissão Europeia, em finais de 2008, e por ter sido considerado que os sistemas de gestão e controlo criados para o Programa não cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, nomeadamente no que concerne à subdelegação de funções de gestão do IEM na Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, único beneficiário da sub-tipologia alvo de delegação, situação que não é enquadrável nas normas comunitárias, e à própria delegação de funções de gestão, por parte da AG, no IEM em algumas das Tipologias do eixo II, a AG procedeu à reorganização do modelo de gestão criado, com a introdução de uma nova figura, o Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas.

Este processo culminou a 20 de Fevereiro de 2009, com o envio do documento à Comissão Europeia, via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), tendo sido considerado, a 18 de Março de 2009, que os Sistemas de Gestão e Controlo criados para o programa operacional cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, condicionando a sua plena implementação à formalização da criação do OREPP.

Neste sentido, a Autoridade de Gestão procedeu em conformidade, desencadeando os trabalhos necessários para a implementação da alteração aos sistemas de gestão, com a revogação do contrato com o OI-IEM (Resolução n.º 355/2009, JORAM, SÉRIE I, n.º 31, de 2 de Abril), e com a celebração de novo contrato com o Instituto de Emprego da Madeira, a 3 de Abril de 2009, na qualidade de OREPP, procedimento que decorre do reconhecimento das suas competências estatutárias no âmbito da prossecução de políticas públicas de emprego, enquadradas no Eixo II do Programa Rumos, englobando na suas competências as seguintes sub-tipologias:

- 2.1.1. Estágios Profissionais (Entidades Privadas);
- 2.2.1. Apoio à Contratação;
- 2.2.4. Iniciativas Locais de Emprego;
- 2.2.5. Formação Emprego;
- 2.3.1. Vida e Trabalho;
- 2.3.2. Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência
- 2.3.3. Empresas de Inserção.

Para as restantes sub-tipologias do Eixo II, o IEM mantém a figura de Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas.

No decorrer de 2009, a AG promoveu a elaboração e/ou actualização de documentos de gestão que apoiam a sua actividade, os quais são descritos no Quadro 19.

Quadro 19 Manuais de Procedimentos do Programa

Descrição	Versão	Data de aprovação		Aplicabilidade
		OI	AG	
Manual de Procedimentos do Eixo I - Educação e Formação (Organismo Intermédio)	7	21.12.2009	22.12.2009	(OI) DRQP
Manual de Procedimentos Rumos - Eixo II - Emprego e Coesão Social (OREPP)	2	27.11.2009	15.12.2009	(OI) IEM
Manual de Procedimentos do Programa Rumos (Inclui Eixo II e Eixo III)	2	-	12.02.2009	(AG) IDR
Manual de Procedimentos de Verificação das Operações do Programa Rumos	2	-	12.02.2009	(AG) IDR

Importa destacar neste ponto os resultados das verificações no local pela importância que revestem para o sistema de controlo interno. Estas verificações foram desenvolvidas com base nas orientações da Autoridade de Certificação (IGFSE), as quais fixavam um esforço mínimo de verificação da despesa de 10% do total da despesa incluída nos pedidos de reembolso que sustentam a despesa certificada por aquele organismo à Comissão Europeia, devendo corresponder metade a cada uma das verificações de gestão - administrativas e no local.

Neste sentido e de acordo com o Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos, procedeu-se à selecção das operações a verificar no local, cujos montantes verificados corresponderam a uma amostra representativa de pelo menos 30% dos pedidos de reembolso seleccionados, conforme demonstra o Quadro 20.

No decurso deste ano foram concluídas com emissão de decisão final, grande parte das verificações no local iniciadas em 2009, ficando por emitir 15 relatórios, que se encontravam no final do ano em contraditório ou em fase de elaboração dos respectivos relatórios.

Quadro 20 Verificações no local 2009 AG

Eixo	Nº de Operações	Despesa Executada nos Pedidos de Reembolso/ Saldos seleccionados (euros)	Montantes Verificados (euros)	Taxa Verificada
Eixo I	21	1.524.568	717.260	47,0%
Eixo II	4	2.806.242	850.025	30,3%
Total	25	4.330.810	1.567.285	36,2%

Em resultado das acções de verificação no local concluídas até 31 de Dezembro de 2009, foram apuradas despesas não elegíveis no montante total de 62.380 euros, tendo as mesmas sido corrigidas nos próprios pedidos de reembolso/saldo objecto das verificações em causa, não originando portanto a necessidade de recuperação da respectiva verba. Estas correcções financeiras foram resultantes essencialmente de despesas fora do período de elegibilidade e de ausência de contrato escrito de arrendamento do espaço afecto à formação e de aluguer de equipamento.

No que concerne ao total das 29 verificações no local efectuadas no período 2008-2009, com emissão de decisão final, a despesa verificada na totalidade atingiu o montante de 1.829.061 euros, o que representa 6,98% da execução acumulada até 31 de Dezembro de 2009, no montante de 26.199.598 euros.

Quanto à totalidade das verificações no local cujo trabalho de campo se encontra concluído, até ao final do ano (44), a despesa verificada foi no montante 2.130.860 euros, o que representa 5,8% face à despesa executada acumulada a 31.12.2009.

Ao abrigo do n.º I do artigo 42º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, a Autoridade de Gestão do Programa Rumos estabeleceu dois contratos de delegação de competências, um com a Direcção Regional de Qualificação Profissional (OI) e outro com o Instituto de Emprego da Madeira (OREPP).

A fim de obter garantias suficientes de que aqueles organismos desempenham eficazmente as funções que lhes foram delegadas, procedeu-se a diversos controlos de qualidade, de acordo com o estipulado no Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Rumos, conforme expresso no Quadro 21.

Quadro 21 Supervisões efectuadas em 2009

Eixo	OI/OREPP	Data início	Data conclusão	Verificação efectuada por
Eixo I	Direcção Regional de Qualificação Profissional	Abril 2009	Junho 2009	Unidade de Controlo do IDR
	Direcção Regional de Qualificação Profissional	Julho 2009	Setembro 2009	BDO bdc & Associados, SROC, Lda.
	Direcção Regional de Qualificação Profissional	Outubro 2009	Dezembro 2009	UHY & Associados, SROC, Lda.
Eixo II	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	Julho 2009	Dezembro 2009	Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.

Estes controlos de qualidade às funções delegadas não deram origem a não elegibilidades, tendo no entanto sido emitidas recomendações quanto à melhoria dos procedimentos dos OI/OREPP.

Por fim, destaca-se para o ano 2009 o conjunto de adaptações da regulamentação específica do Programa promovidas pela Autoridade de Gestão:

- Portaria n.º 15-A/2008, de 15 de Fevereiro, através da Portaria n.º 168/2009, publicada no JORAM, IS, n.º 125 de 15 de Dezembro;
- Despacho Conjunto dos Secretários Regionais da Educação e Cultura, dos Recursos Humanos e do Plano e Finanças, de 15 de Fevereiro de 2008 que foi alterado através do Despacho Conjunto dos Secretários Regionais da Educação e Cultura, dos Recursos Humanos e do Plano e Finanças, de 6 de Agosto de 2009, publicado no JORAM, IIS, n.º 238, de 17 de Dezembro;
- Portaria n.º 177-A/2008, de 10 de Outubro: Aprova o regulamento de aplicação da Tipologia de Operação 1.2.6 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências prevista no Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região, que foi alterada através da Portaria n.º 57/2009, publicada no JORAM, IS, n.º 56 de 15 de Junho.

2.6.2. Avaliação

A actividade técnica de coordenação e monitorização estratégica do QREN e dos PO é exercida pelo Observatório do QREN e compreende, entre outras competências, o exercício de elaboração e consequente actualização anual do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA), enquanto instrumento de programação das avaliações mediado pelos normativos comunitários e nacionais e enquanto documento de sistematização e articulação das diferentes avaliações do QREN e dos Programas Operacionais (PO).

A função Avaliação cometida à Autoridade de Gestão do Programa encontra enquadramento no artigo 47º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, sendo que importa aqui destacar o Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA),

O planeamento e operacionalização da função Avaliação do QREN tem como suporte a Rede de Interlocutores de Avaliação, composta pelo Observatório do QREN, na qualidade de coordenador, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes do IFDR, do IGFSE e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, bem como a Unidade de Avaliação do Programa, entendida como órgão tecnicamente competente para, ao nível do Programa, apoiar a gestão no planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional, como de natureza estratégica.

Em Maio de 2009, em conformidade com o calendário previsto no Plano Global de Avaliação do QREN (PGA) e dos PO, o IDR, enviou convites às empresas QUATERNAIRE PORTUGAL - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A; Ilha de Ideias; e Espaço e Desenvolvimento Madeira, no sentido destas apresentarem uma Proposta para a realização do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos, de acordo com o procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º e 122º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

No início do mês de Junho decorreu o período de audiência prévia para a realização do Estudo de Avaliação e após notificação do relatório final e da decisão final, continuou-se o procedimento que culminou a 21 de Julho com a assinatura do contrato e o respectivo envio de uma das vias do contrato à Empresa QUATERNAIRE PORTUGAL - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A..

Iniciados os trabalhos inerentes ao Estudo, na primeira semana de Setembro foi entregue o Relatório Inicial do Estudo, tendo sido definida a metodologia de avaliação da operacionalização do Programa Rumos, conforme a proposta de prestação de serviços.

Sendo o Plano de Avaliação do Programa Rumos um documento programático da Autoridade de Gestão, que norteia as acções concretas a implementar em matéria de Avaliação para o período 2007-2013, foi entendido que deveria seguir as orientações constantes dos Documentos da Comissão Europeia, referentes a esta vertente da gestão e desenvolvimento do Programa, de modo a, valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios face aos objectivos e metas reorientando as modalidades de intervenção, se tal se justificar.

Neste sentido, a Autoridade de Gestão procedeu à actualização do Plano de Avaliação do Programa Rumos, uma vez que, este constituía um compromisso preliminar que teve de ser (re)ajustado, em calendário, face às incidências do 1º ciclo de execução do Programa Rumos.

A actualização do Plano de Avaliação do Programa Rumos, além das pontuais reformulações no corpo do respectivo texto, deixou de prever a avaliação temática no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades Estratégicas do Programa - Quadro de Referência, a lançar ao longo de 2009, 2010 e 2011, deixando a sua referência de figurar no texto do PGA. No plano de Avaliação foram ainda revistos os exercícios projectados de avaliação intercalar, com actualizações nos correspondentes objectivos, questões e utilização específica dos resultados da Avaliação.

Ressalve-se ainda que a Autoridade de Gestão do Programa encontra-se comprometida para a inclusão, nas suas propostas, das recomendações específicas para a realização de exercícios de Avaliação que vierem a ser aprovadas pela Comissão de Acompanhamento e, em especial, as que decorrerem da identificação - designadamente, com base nos indicadores de desempenho - de desvios relevantes entre os progressos verificados e os objectivos fixados ao nível de cada Eixo Prioritário. Em 2009, não foram aprovadas pela CA quaisquer recomendações específicas para a realização de exercícios de Avaliação.

Paralelamente o Observatório do QREN procedeu à revisão generalizada dos calendários dos PO, de lançamento dos concursos, com inevitáveis repercussões no cronograma de aplicação do PGA.

O segundo semestre de 2009 ficou assim marcado pelo desenvolvimento do exercício de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos, no Contexto da Estratégia do QREN no período 2007-2008, cuja orientação geral consistiu em realizar trabalhos que correspondessem a uma lógica de proximidade à Monitorização, propiciadora da identificação de desvios relevantes face aos objectivos fixados.

Pretendeu-se com este estudo assegurar uma adequada articulação entre uma vertente de operacionalização e uma vertente tendencialmente estratégica, ainda que centrada na perspectiva da introdução de ajustamentos considerados necessários no sistema de gestão/governança do Programa e na relação do perfil de candidaturas com as prioridades estratégicas reflectidas nos Eixos Prioritários do Programa.

O Estudo de avaliação baseou-se em duas vertentes, nomeadamente, na visão compreensiva do Programa e na visão compreensiva centrada nos principais Eixos.

Deste modo, na procura de dar uma resposta adequada ao estabelecido no quadro das referidas disposições, a Autoridade de Gestão tomou as medidas necessárias para garantir a prossecução da Avaliação em questão assegurando os seguintes objectivos específicos:

- Avaliação da pertinência dos dispositivos de gestão e acompanhamento, nomeadamente face ao desenvolvimento das prioridades estratégicas do Programa, com especial relevo para as que decorrem do PDES 2007-2013;
- Avaliação da adequação das modalidades de operacionalização adoptadas pelo Programa na óptica da prossecução das prioridades estratégicas do QREN reflectidas nos respectivos Eixos Prioritários;
- Avaliação das dinâmicas de execução das Vertentes de Intervenção dos Eixos Prioritários do Programa, à luz da pertinência das candidaturas aprovadas, face às expectativas de concretização das prioridades estratégicas desses Eixos.

Quadro 22 Supervisões efectuadas em 2009

Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos	Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q	1ª Q	2ª Q
Convite para apresentação da proposta de estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos																
Aquisição de serviços para a realização do estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos (Ajuste directo nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos - Audiência Prévia) - Notificação do Relatório Final e da decisão final Assinatura de contrato																
Assinatura de contrato																
Reunião de lançamento Avaliação programa Rumos																
Contextualização do objecto de avaliação e estabilização do quadro metodológico																
Elaboração de instrumentos de recolha de informação (Guiões de entrevista/ inquéritos)																
Entrega do Relatório Inicial																
Envio de Parecer único do Grupo de Acompanhamento																
Reunião do Grupo de Acompanhamento - discussão do relatório com a equipa de avaliação																
Entrevistas exploratórias à equipa de gestão, equipas técnicas e beneficiários do Programa																
Entrega da versão revista do Relatório Inicial																
Exploração do sistema de informação e extracção de indicadores																
Sistematização da informação documental																
Aplicação do questionário on-line																
Redacção do Relatório Intermédio																
Operacionalização da plataforma web																
Entrega do Relatório Intermédio																
Envio do Relatório Intermédio aos membros do Grupo de Acompanhamento																
Envio de Parecer único do Grupo de Acompanhamento																
Entrega da versão revista do Relatório Intermédio																
Reunião do Grupo de Acompanhamento - discussão do relatório com a equipa de avaliação																
Entrevistas aprofundadas à equipa de gestão e à equipa técnica																
Construção do guião de estudos de caso e selecção dos projectos a estudar																
Marcação dos estudos de caso																
Redacção do Relatório Final Preliminar																

O Calendário das actividades da Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos em 2009, reflecte todas as actividades desenvolvidas no âmbito do Estudo, quer do lado da Autoridade de Gestão e respectivo Grupo de Acompanhamento, criado com o objectivo de apoiar a AG no planeamento, lançamento e acompanhamento do exercício de avaliação em curso, quer também as actividades desenvolvidas pela equipa de avaliadores.

Tendo por base o princípio da resposta obrigatória às recomendações que advenham da Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos, reforçando a sua orientação para a acção, a Autoridade de Gestão, após conclusão deste exercício, pronunciar-se-á sobre as mesmas com vista à sua viabilidade e operacionalização.

Uma referência ainda à articulação da função avaliação com a função monitorização estratégica (cf já referenciado no ponto 2.6.1, em Sistema de Gestão e Acompanhamento), do qual resultam actividades técnicas de suporte às análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos e que se traduzem na produção de relatórios de monitorização com periodicidade semestral.

2.6.3. Sistema de informação

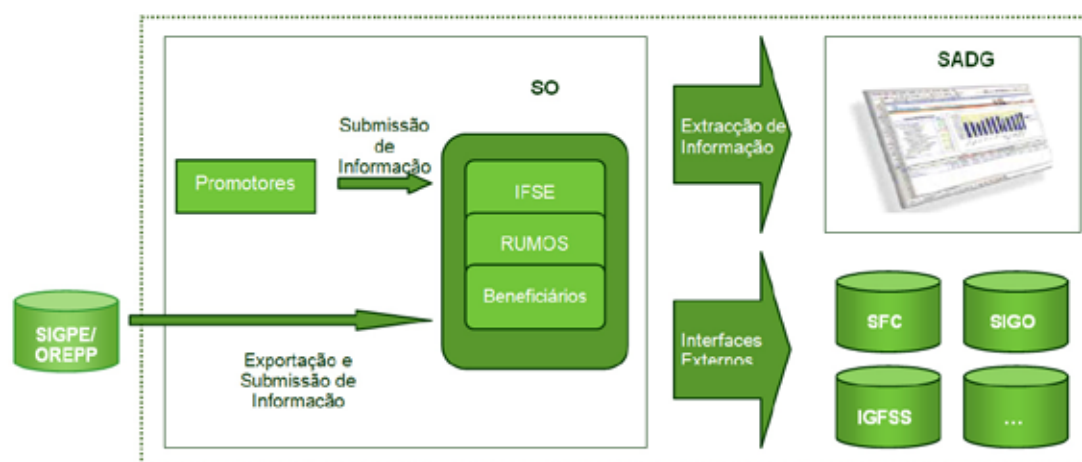
A gestão do Programa é suportada por um sistema de informação, que garante a sistematização de informação necessária em todas as fases e aos procedimentos associados à aplicação desses recursos, nomeadamente, os processos de recepção, análise e selecção de candidaturas, de acompanhamento e monitorização, bem como os circuitos de pagamentos, certificação e controlo.

O Programa Rumos, à semelhança dos restantes Programas Operacionais co-financiados pelo FSE no QREN, utiliza o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu, da responsabilidade do IGFSE, que suporta a actividade de todas as entidades que intervêm na sua aplicação: Autoridade de Gestão e organismos intermédios, Autoridade de Certificação e entidades beneficiárias. O SIIFSE cobre a generalidade das actividades de gestão e controlo (inclusive os circuitos financeiros), assegurando a plena desmaterialização dos procedimentos e dos circuitos de informação do FSE e dispondo de um conjunto de funcionalidades que cobrem o ciclo de vida dos projectos.

O SIIFSE, ao incluir os actores que intervêm no processo de gestão do FSE, de forma integrada, permite evidenciar, de modo claro e transparente e para todas as operações apoiadas, a respectiva pista de auditoria, garantindo a reconciliação entre os montantes pagos e certificados e os documentos justificativos, a todos os níveis, até ao nível da entidade beneficiária.

No sentido de colmatar algumas dificuldades em matéria de apuramento da informação pertinente para efeitos de monitorização dos PO, encontra-se a ser desenvolvida pelo IGFSE uma solução de Business intelligence Data Mart , a qual será um instrumento de produção de dados e para o conhecimento sobre a acção realizada pelo FSE.

Fluxo de dados entre sistemas



No decorrer de 2009, ao abrigo do contrato de prestação de serviços com a entidade responsável pela manutenção do sistema, conclui-se a adaptação do SIIFSE a este Programa Operacional, tendo este projecto sido dividido em quatro grandes etapas, de acordo com o ciclo de vida dos projectos (Fase I - Candidaturas, Fase II - Circuito de Análise, Fase III - Gestão da Execução e Fase IV - Saldo), no que diz respeito aos 10 formulários definidos para o Programa.

Do ponto de vista de recuperação de informação para o SIIFSE, à data de encerramento do ano em análise, encontravam-se recuperados para o sistema, os dados referentes ao ciclo de vida de todas as Vertentes de Intervenção.

3. Execução por eixo prioritário

3.1. Eixo prioritário I - Educação e Formação

3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Informação e análise qualitativa relativa aos progressos físicos e financeiros

Pretende-se neste ponto descrever o estado de avanço do Eixo I e das respectivas Vertentes e Tipologias de Intervenção, decorrente da análise da realização física e financeira até ao ano 2009.

A informação respeitante aos indicadores de realização é apresentada no Quadro 23 Resumo da Implementação Física - Eixo I e no Quadro 24 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo I 2009.

Quadro 23 Resumo da Implementação Física - Eixo I

Eixo Prioritário	Indicadores	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo I – Educação e Formação	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	Realização Efectiva (execução)	0	1.901	1.669							
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	2.914	2.114							
		Metas	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	1.600	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de activos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	982	5.538							
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	7.425	4.389							
		Metas	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	Realização Efectiva (execução)	0	1.308	5.436							
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	7.428	5.452							
		Metas	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de PME's abrangidas	Realização Efectiva (execução)	0	0	55							0
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	510	510							
		Metas	50	50	50	50	50	50	50	50	50	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	1.073	5.145							
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	6.219	5.926							
		Metas	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	Realização Efectiva (execução)	0	416	1.893							
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	4.986	7.913							
		Metas	550	550	550	550	550	550	550	550	550	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	Realização Efectiva (execução)	0	348	565							
		Realização Prevista (aprovações) (1)	0	465	165							
		Metas	200	200	200	200	200	200	200	200	200	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.

n.a. - não aplicável

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

Fonte: SIIFSE

Quadro 24 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo I 2009

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicadores de Realização Física	Nº	Género		Nível de Escolaridade				Público Alvo		Tipo de Bolsa				
				H	M	< 8º ano	3º ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Docentes	Formadores	Prof./ Invest.	Pós-grd.	Mest.	Dout.	Pós -dout.
Eixo I - Educação e Formação	Sistema de Aprendizagem e Cursos Profissionalizantes	N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	1.669	968	701	455	994	203	17							
	Cursos de Educação e Formação															
	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	N.º de activos abrangidos em acções de formação	5.538	2.411	3.127	1.481	1.184	1.850	1.023							
	Formação Profissional da Administração Pública	N.º de Funcionários Públicos abrangidos em acções de formação	5.436	1.466	3.970	295	739	1.744	2.658							
	Acções de Formação-consultoria	N.º de PME's abrangidas	55													
	Formação de Docentes e Formadores	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	5.145	974	4.171	15	22	77	5.031	4.462	683					
	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	1.893	811	1.082	813	438	0	0							
	Bolsas para Professores / Investigadores Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento	N.º de pessoas que se encontram abrangidos por uma destas bolsas ou por estes programas	565	199	366							42	264	219	71	9

Fonte: SIIFSE

Em relação aos indicadores de realização podemos salientar que, na sua globalidade, a execução registada até ao momento perspectiva que o Eixo I não irá ter dificuldades em atingir os valores inicialmente programados. Assim os mesmos vão de um valor mais baixo de 11% ao nível do n.º de PME's abrangidas em acções de formação - consultoria, valor que se justifica pelo arranque tardio dos projectos já aprovados, até 69% em relação ao n.º de activos abrangidos em acções de formação.

No que respeita aos valores anuais, todos eles superam as metas definidas. Em alguns indicadores esta superação foi muito significativa, como no caso da formação de activos, do apoio a bolsas e programas de formação avançada e na formação de professores e formadores, pelo que se pode concluir que o Eixo I atingiu, durante o ano 2009, um ritmo de execução bastante expressivo, o que vem em linha com a programação financeira prevista. Assim, em algumas Vertentes de Intervenção, o facto de a disponibilidade financeira ser decrescente, leva a que o maior volume de execução esteja concentrado nos primeiros anos de vigência, com reflexos em termos de indicadores, que alcançam desde já valores significativos. Refira-se ainda que o n.º de pessoas abrangidas até ao momento em processos de reconhecimento e validação de competências, que atinge já 46% do previsto para o Programa, com um valor anual muito significativo. Este indicador traduz o facto de ter havido uma duplicação dos Centros Novas Oportunidades em funcionamento na Região, pelo que os valores finais irão reflectir este acréscimo, perspectivando-se que se venham a situar em valores muito além dos inicialmente previstos. Noutro sentido, a qualificação inicial, por se tratar de uma oferta que se irá manter ao longo do período de programação, regista uma execução de 100% no ano e de 25% em termos acumulados.

Ainda no que respeita aos indicadores definidos para o Eixo I, as suas diferentes formas de ventilação permitem-nos aferir o seguinte:

- Em relação à distribuição por género, verifica-se a predominância do género feminino na generalidade dos indicadores, à excepção dos jovens em acções de dupla certificação, e com destaque para o facto de, na formação de activos, 56% dos participantes serem do género feminino;
- No que respeita ao nível de escolaridade, destaca-se o Ensino Superior, nomeadamente nas acções de formação profissional da Administração Pública, com 48% dos participantes e, como é natural na formação de docentes e formadores, com 98%. Ao nível da formação de activos, podemos assinalar uma repartição, de certo modo equilibrada, que varia entre os 18% do Ensino Superior e os 33% do Ensino Secundário;
- No domínio da formação avançada, é de referir o peso das bolsas para pós-graduações e mestrados que, no seu conjunto, representam 80% das bolsas atribuídas.

Ainda no que respeita aos indicadores físicos, podemos realçar outros aspectos de carácter quantitativo e qualitativo:

Quadro 25 Principais áreas de formação abrangidas

Área de formação	%
Formação de professores/formadores e ciências da educação	20,6
Desconhecido ou não especificado	8,52
Hotelaria e restauração	6,07
Informática na óptica do utilizador	5,72
Desenvolvimento pessoal	4,60
Direito	3,58
Línguas e literaturas estrangeiras	3,13
Formação de professores de áreas disciplinares específicas	3,10
Gestão e administração	3,07
Contabilidade e fiscalidade	2,88

Fonte: DRQP

Em relação às principais áreas de formação abrangidas na formação profissional, estas têm em consideração o número de formandos abrangidos.

Quadro 26 Distribuição de formandos e das acções de formação por Concelho

Concelho	N.º Formandos	Acções
Calheta	116	8
Câmara de Lobos	642	39
Funchal	16.438	1.077
Lisboa	1	1
Machico	272	15
Ponta do Sol	141	12
Porto Moniz	16	1
Porto Santo	451	31
Ribeira Brava	309	19
Santa Cruz	710	54
Santana	108	8
São Vicente	168	17
Total	19.372	1.282

Fonte: DRQP

Quadro 27 Distribuição por volume de formação

Volume de Formação	N.º de Horas
Total	3.142.660
TIC	182.105
IO	5.477
Ambiente	7.250

Fonte: DRQP

No que respeita ao volume de formação em 2009, foram efectuadas mais de 3 milhões de horas de formação, sendo que, destas, são de destacar as cerca de 182.000 horas em TIC.

Quadro 28 Indicadores da Tipologia de Operação 1.2.5 - Formação de Adultos

Tipologia de Intervenção	Indicadores de Realização Física	Nº	Género		Nível de Escolaridade			
			H	M	< 8º ano	3º ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
Formação de Adultos	Educação e Formação de Adultos	174	90	84	55	117	2	0
	Formação Modular	1.032	411	621	2.423	1.164	50	30
	Outras Formações	887	281	606	425	265	112	85

Fonte: SIIFSE

Quadro 29 Distribuição da formação modular, Acção - Tipo 1.2.5.2, por área de formação

Área de formação	%
Formação base	26,02
Ciências informáticas	24,41
Hotelaria e restauração	16,09
Comércio.	10,09
Secretariado e trabalho administrativo	6,05
Trabalho social e orientação.	5,34
Contabilidade e fiscalidade	4,45
Electricidade e energia	3,55
Segurança e higiene no trabalho	1,91
Turismo e lazer	0,95

Fonte: DRQP

Quadro 30 Distribuição de formandos e das acções de formação por Concelho

Concelho	Acções
Calheta	12
Câmara de Lobos	43
Funchal	222
Porto Santo	2
Santa Cruz	13
Santana	1
São Vicente	1
Total	294

Fonte: DRQP

Em relação à formação modular, Acção - Tipo 1.2.5.2 - Formação Modular, as acções foram realizadas em directa colaboração com o IEM, abrangendo cerca de 1.032 desempregados inscritos no Centro de Emprego, seguindo-se as principais áreas de formação frequentadas, bem como os Concelhos abrangidos.

No caso da formação - consultoria, no âmbito da Tipologia de Operação 1.2.3 - Acções de Formação-Consultoria, evidenciam-se os seguintes indicadores tanto ao nível das empresas abrangidas, como das intervenções efectuadas:

Quadro 31 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por concelho

Concelho	N.º de empresas
Câmara de Lobos	2
Funchal	21
Machico	4
Porto Santo	22
Ribeira Brava	1
Santa Cruz	5

Fonte: DRQP

Quadro 32 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por dimensão

Concelho	N.º de empresas
Micro empresa	39
Pequena empresa	14
Média empresa	2

Fonte: DRQP

Quadro 33 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por nº de formandos

Formandos	N.º
Acções de Formação	157
Acções de Consultoria	149

Fonte: DRQP

Quadro 34 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.3, por volume de horas

Volume de Horas	N.º
Formação	4.497
Consultoria padronizada	15.882
Consultoria individual	660

Fonte: DRQP

Em relação aos processos de reconhecimento e validação de competências, no âmbito da Tipologia de Operação 1.2.6- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, em termos de indicadores, são de salientar os seguintes:

Quadro 35 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.6, por fase do processo

Fase do Processo	N.º Pessoas
Vertente Escolar	
Em diagnóstico	155
Em Processo de Reconhecimento	436
Validado	0
Certificado	404
Encaminhado	82
Transferido	37
Desistente	128
Em Acolhimento	4
Encaminhado RVCC	5
Sem Vertente	
Em diagnóstico	481
Encaminhado	65
Transferido	13
Desistente	83
Total	1893

Fonte: DRQP

Quadro 36 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.6, por tipo de certificado

Fase do Processo	N.º Pessoas
Vertente Escolar	
Certificado 1.º Ciclo	0
Certificado 2.º Ciclo	45
Certificado 3.º Ciclo	318
Certificado Ensino Secundário	41
Total	404

Fonte: DRQP

Por último em relação à formação avançada, no âmbito das Tipologias de Operação 1.3.1 - Bolsas para Professores / Investigadores e 1.3.2 - Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento, as principais áreas científicas apoiadas foram as seguintes:

Quadro 37 Distribuição da Tipologia de Operação 1.2.6, por área científica

Área Científica	%
Arquitectura, Urbanismo e Design	1,25
Ciências da Educação	9,82
Ciências da Saúde	54,11
Ciências do Ambiente	8,75
Ciências do Desporto	1,24
Ciências Jurídicas	2,14
Economia e Gestão	23,04
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	0,54

Fonte: DRQP

No que respeita à apresentação de candidaturas, no ano 2009 foram abertos 7 concursos, tendo sido submetidas 335 candidaturas, envolvendo um investimento total de 51.932.802 euros (vd. Quadro 38), o que representa cerca de 45%, se tivermos em consideração o montante programado para o período do Programa para este Eixo (114.625.000 euros).

Quadro 38 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por concursos 2009

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Concursos	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas aprovadas		Taxa de aprovação (%)
		N.º	Inv. Total	N.º	Inv. Total	
Qualificação Inicial	Concurso Rumos 01/2009	1	536.000	1	436.880	100%
	Concurso Rumos 04/2009	55	19.200.185	47	13.088.433	85%
	Concurso Rumos 05/2009	4	1.809.254	3	1.234.382	75%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Concurso Rumos 01/2009	11	1.123.029	9	619.533	82%
	Concurso Rumos 02/2009	209	14.015.953	54	4.408.859	26%
	Concurso Rumos 03/2009	28	2.560.090	19	1.009.062	68%
	Concurso Rumos 04/2009	7	4.553.316	6	1.493.283	86%
	Concurso Rumos 06/2009	6	4.138.428	6	3.632.363	100%
Formação Avançada	Concurso Rumos 02/2009	7	1.301.239	2	66.869	29%
	Concurso Rumos Aberto	7	2.695.309	6	1.400.815	86%
TOTAL		335	51.932.802	153	27.390.479	46%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

A dinâmica de aprovação dos projectos, segundo as Vertentes de Intervenção abrangidas por este Eixo Prioritário, permite nesta fase de desenvolvimento do Programa, efectuar uma análise da absorção de recursos do FSE na sua relação com as prioridades e objectivos fixados na fase de programação.

Fazendo uma análise por Vertente de Intervenção, é na “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” que se regista uma maior taxa de selectividade, cerca de 64%, logo seguida da “Formação Avançada” (43%) e por fim a “Qualificação Inicial” (15%). Este facto justifica-se pelo elevado número de candidaturas apresentadas e pela distribuição financeira programada para estas áreas.

Em relação ao ano 2009, conforme Quadro 39, verifica-se que cerca de 78% das candidaturas foram apresentadas no âmbito da “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, seguida da “Qualificação Inicial”, com 18% das candidaturas, em relação às aprovações, também a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, representa o valor mais significativo com 64% da totalidade das candidaturas aprovadas no ano.

Quadro 39 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por Tipologia 2009

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Concursos	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas aprovadas		Taxa de aprovação (%)
		N.º	Inv.Total	N.º	Inv.Total	
Qualificação Inicial	Sistema de Aprendizagem	4	1.809.254	3	1.234.382	75%
	Cursos Profissionalizantes	12	8.018.068	11	6.889.186	92%
	Cursos de Educação e Formação	36	7.274.857	32	4.145.427	89%
	Cursos de Especialização Tecnológica	7	3.907.260	4	2.053.820	57%
	Cursos de Qualificação Profissional de Jovens	0	0	0	0	0%
	Educação Especial e Reabilitação	1	536.003	1	436.880	100%
	Sub-total	60	21.545.442	51	14.759.695	85%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos	154	10.088.521	45	2.372.007	29%
	Profissional da Administração Pública	28	2.560.090	19	1.009.062	68%
	Formação - consultoria	0	0	0	0	0%
	Formação de Docentes e Formadores	63	3.154.445	15	859.856	24%
	Formação de adultos	10	6.449.330	9	3.289.812	90%
	RVCC	6	4.138.428	5	3.405.774	83%
	Recursos e Materiais Didácticos	0	0	12	1.030.866	0%
	Sub-total	261	26.390.814	105	11.967.377	40%
Formação Avançada	Bolsas para Professores / Investigadores	1	75.000	1	75.000	100%
	Programas e Bolsas de Pós –Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	6	2.620.309	5	1.298.130	83%
	Cursos de Formação Avançada	7	1.301.239	2	66.869	29%
	Projectos de Investigação	0	0	0	0	0%
	Sub-total	14	3.996.548	8	1.439.999	57%
Total		335	51.932.804	164	28.167.072	49%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

No que respeita ao período global de implementação do Programa, a tendência é semelhante ao que aconteceu em 2009, assim, cerca de 79% das candidaturas foram apresentadas no âmbito da “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, seguida da “Qualificação Inicial”, com 17% das candidaturas, em relação às aprovações, também a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, representa o valor mais significativo com 67% da totalidade das candidaturas aprovadas no período.

Quadro 40 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo I por Tipologia 2007-2009

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Concursos	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas aprovadas		Taxa de aprovação (%)
		N.º	Inv.Total	N.º	Inv.Total	
Qualificação Inicial	Sistema de Aprendizagem	8	4.920.524	5	3.056.002	63%
	Cursos Profissionalizantes	27	19.965.993	23	17.437.697	85%
	Cursos de Educação e Formação	88	15.583.529	70	9.184.065	80%
	Cursos de Especialização Tecnológica	10	5.741.480	7	3.133.214	70%
	Cursos de Qualificação Profissional de Jovens	0	0	0	0	0%
	Educação Especial e Reabilitação	4	1.706.522	3	1.403.030	75%
	Sub-total	137	47.918.048	108	34.214.007	79%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Activos	248	19.618.433	97	5.487.714	39%
	Profissional da Administração Pública	52	8.713.902	35	2.528.367	67%
	Formação - consultoria	20	8.470.486	12	6.564.804	60%
	Formação de Docentes e Formadores	90	4.824.760	34	1.794.460	38%
	Formação de adultos	190	45.603.495	43	7.738.706	23%
	RVCC	12	6.529.326	12	5.730.566	100%
	Recursos e Materiais Didácticos	16	3.291.031	12	1.030.866	75%
	Sub-total	628	97.051.432	245	30.875.484	39%
Formação Avançada	Bolsas para Professores / Investigadores	3	452.171	3	202.535	100%
	Programas e Bolsas de Pós –Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	9	5.213.668	8	5.030.313	89%
	Cursos de Formação Avançada	14	1.659.682	3	97.333	21%
	Projectos de Investigação	1	534.344	0	0	0%
	Sub-total	27	7.859.865	14	5.330.181	52%
Total		792	152.829.345	367	70.419.672	46%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O nível de aprovação do Eixo Prioritário tem como reverso que aproximadamente metades das candidaturas apresentadas não foram aprovadas, nomeadamente por não terem atingido os referenciais de pontuação para deferimento. Esta situação é mais expressiva na Vertente de Intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da Vida”, especialmente na Tipologia “Formação de adultos”.

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre as candidaturas admitidas e o universo das apresentadas atingiu os 95% no Eixo I.

Os projectos aprovados neste Eixo reforçaram a importância do volume de investimento fundo destinado às modalidades da “Qualificação Inicial”, que absorvem 50% dos montantes aprovados enquanto que “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo de Vida” está nos 43%. A formação Avançada situa-se nos 8%, patamar semelhante ao atingido até 31.12.2008.

Quadro 4I Distribuição dos projectos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo I 2007-2009

Vertente de intervenção/Tipologia de Operação	Aprovações		Distribuição	
	N.º Proj.	FSE (Euros)	N.º Proj.	FSE (Euros)
I.1. Qualificação Inicial	108	27.264.762	29%	50%
I.1.1. Sistema de Aprendizagem	5	2.444.801	1%	4%
I.1.2. Cursos Profissionalizantes	23	13.876.924	6%	25%
I.1.3. Cursos de Educação e Formação	70	7.319.628	19%	13%
I.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica	7	2.500.985	2%	5%
I.1.5. Cursos de Qualificação Profissional de Jovens	0	0	0%	0%
I.1.6. Educação Especial e Reabilitação	3	1.122.424	1%	2%
I.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	245	23.517.493	67%	43%
I.2.1. Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos	97	3.256.077	26%	6%
I.2.2. Formação Profissional e Administração Pública	35	2.022.694	10%	4%
I.2.3. Acções de Formação-Consultoria	12	5.208.451	3%	9%
I.2.4. Formação de Docentes e Formadores	34	1.433.059	9%	3%
I.2.5. Formação de Adultos	43	6.188.883	12%	11%
I.2.6. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	12	4.583.637	3%	8%
I.2.7. Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	12	824.693	3%	1%
I.3. Formação Avançada	14	4.236.892	4%	7%
I.3.1. Bolsas para Professores / Investigadores	3	162.028	1%	0%
I.3.2. Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	8	4.024.251	2%	7%
I.3.3. Cursos de Formação Avançada	3	50.613	1%	0%
I.3.4. Projectos de Investigação	0	0	0%	0%
Total	367	55.019.147	100%	100%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

A análise do Quadro 4I permite salientar um conjunto de apostas alinhadas com as prioridades do PDES 2007-2013 e com os objectivos estratégicos do Programa Rumos, nomeadamente as seguintes:

- **Qualificação Inicial** - combinação entre percursos escolares de carácter mais formal (Cursos Profissionalizantes e Cursos de Especialização Tecnológica - 30%) e modalidades de formação de natureza alternativa, tendencialmente inseridas no mercado de emprego (Cursos de Aprendizagem e Cursos de Educação e Formação - 17,3%). Estes percursos alternativos de formação inicial ganharam peso devido à dinamização por parte das Escolas Profissionais e as Escolas de Ensino Regular;
- **Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida** - a formação de activos empregados e desempregados tem um peso determinante distribuído por várias Tipologias de Operação, desde logo, a formação de adultos mas também as acções de RVCC, e ainda as Tipologias referentes à Formação-Consultoria e aos Cursos de Educação de Formação de Adultos. A dinâmica dos Centros Novas Oportunidades, entretanto estruturados na Região, tem contribuído para uma maior consolidação destas Vertentes de Intervenção, proporcionando respostas diversificadas para destinatários-alvo com níveis de qualificação de base bastante heterogéneos;
- **Formação Avançada** - nesta Vertente, destaque-se os Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento, sendo escasso o investimento noutros campos de aplicação desta Tipologia (ex.º Cursos de Formação e Projectos de Investigação).

Na análise da execução ano 2009, saliente-se o facto de ter havido uma alteração da distribuição indicativa anual dos montantes afectos a cada uma das Vertentes de Intervenção. Esta alteração resultou de um balanço efectuado ao grau de aprovação das diversas Vertentes de Intervenção, bem como, ao perspectivado em termos de aprovações até 2013, procedendo-se assim aos ajustamentos considerados necessários.

Na “Qualificação Inicial” houve uma diminuição de cerca de 10.162.000 euros, que corresponde a 12% do montante inicialmente programado, esta diminuição foi originada pela necessidade de reforçar a área de intervenção da “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, nomeadamente a Tipologia I.2.1 “Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento

e Especialização para Activos”, devido à grande procura que se verificou nos concursos que foram abertos, e a Tipologia 1.2.5 “Formação de Adultos”, onde de uma previsão inicial de 3.500.000 euros, se contabiliza agora um montante de 7.950.000 euros. Este reforço dirigiu-se essencialmente à Formação Modular e aos cursos Educação e Formação de Adultos e correspondeu a uma necessidade de responder ao aumento do número de desempregados, nomeadamente no ano 2009, pela premência na necessidade do reforço das respostas formativas para este público-alvo.

Também o montante previsto para a Tipologia “Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências” foi objecto de reforço, uma vez que a proposta inicial teve em conta os três Centros de Novas Oportunidades que havia na altura na RAM, sendo que o n.º destes Centros duplicou, o que originou a necessidade de ajustar a programação financeira.

No que respeita à área de intervenção “Formação Avançada”, verificou-se uma redução num montante de 330.000 euros que também reforçou a “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, sendo que as alterações principais foram efectuadas entre Tipologias dentro desta área, nomeadamente nos Cursos de Formação Avançada o montante foi diminuído de forma extremamente acentuada uma vez que não houve procura para este tipo de formação, devido ao facto de ser uma Tipologia com uma forte contribuição privada. Assim os montantes foram utilizados para reforçar a Tipologia 1.3.2 “Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento”, dada a forte procura de bolseiros para este tipo de apoios.

No que respeita ao nível de aprovações, em relação ao ano, destaca-se a área de intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida”, com um volume das aprovações que atingiu 32% do programado.

Quadro 42 Montantes Aprovados no Eixo I 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2009		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	14.719.604	11.775.683	20%	20%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	11.368.459	9.094.767	32%	32%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	1.416.595	1.133.277	21%	21%
Total	114.625.000	91.700.000	27.504.658	22.003.727	24%	24%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Ao analisarmos a situação financeira, até final do ano 2009, o Eixo I apresentava um volume de despesa pública de 68.773.934 euros a que corresponde uma comparticipação de FSE de 55.019.147 euros, representando uma taxa de compromisso de 60,0% da dotação FSE disponível.

Pela análise do Quadro 43 constatamos que foi a Vertente de Intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” que mais contribuiu para esta taxa, com 83,3% do montante programado.

Quadro 43 Montantes Aprovados no Eixo I 2007-2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013		Aprovações 2007-2013		Taxa de Compromisso (%)	
	(PR)		(AP)		(AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	34.080.953	27.264.762	47%	47%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	29.396.867	23.517.493	83%	83%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	5.296.114	4.236.892	79%	79%
Total	114.625.000	91.700.000	68.773.934	55.019.147	60%	60%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Na análise ao ano 2009, saliente-se que todas as Vertentes de Intervenção apresentaram níveis de execução com algum significado, o que leva a concluir pelo normal desenvolvimento das operações aprovadas ao nível de todas as tipologias do Eixo I. Saliente-se nomeadamente, a Formação Avançada, que praticamente não verificou execução em 2008 e que alcança agora um valor de 22,2%, conseguindo assim ultrapassar alguns constrangimentos iniciais.

Em termos comparativos com 2008, a execução foi cerca de quatro vezes superior, demonstra assim que, as situações identificadas no relatório anterior, foram completamente ultrapassadas e que, ao nível do Eixo I, não se perspectivam problemas de execução.

Quadro 44 Montantes Executados no Eixo I 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execuções 2009 (EX)		Taxa de Execução (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	9.935.387	7.948.310	14%	14%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	5.630.736	4.504.589	16%	16%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	1.790.482	1.432.385	27%	27%
Total	114.625.000	91.700.000	17.356.605	13.885.284	15%	15%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O Eixo I - Educação e Formação apresenta, em 31.12.2009, uma execução de 21.347.267 euros, relativamente à despesa pública, e de 17.077.814 euros, em termos de fundo, o que corresponde a uma taxa de 19% em relação ao programado e de 31% em relação ao aprovado.

No que respeita aos eixos prioritários de intervenção, apresentam graus de execução que não são muito díspares entre si, o que mostra que a execução avança em bom ritmo de uma forma global, não se verificando problemas assinaláveis em nenhuma das Tipologias, que possa colocar em causa a absorção dos recursos aprovados.

Quadro 45 Montantes Executados no Eixo I 2007-2009

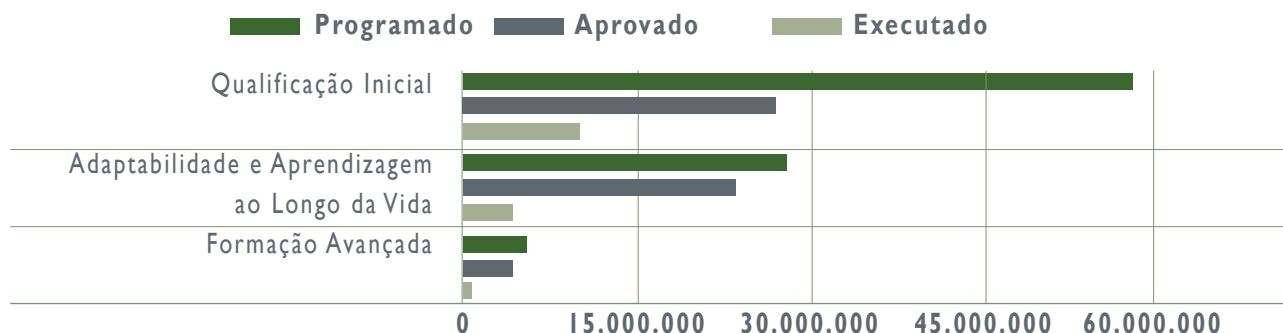
Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execuções 2007-2013 (EX)		Taxa de Execução (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	13.356.862	10.685.489	18%	18%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	6.193.559	4.954.848	18%	18%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	1.796.846	1.437.477	27%	27%
Total	114.625.000	91.700.000	21.347.267	17.077.814	19%	19%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Saliente-se também, de uma forma global, o grande acréscimo verificado no nível de execução do Eixo I, em relação a 2008, o que demonstra que ele se encontra numa velocidade de cruzeiro, depois dos naturais constrangimentos verificados nos dois primeiros anos de vigência do Programa.

Gráfico n.º 18 - Distribuição financeira por Vertente de Intervenção Eixo I



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

3.1.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas encontrados no decurso do ano 2009 foram os seguintes:

- Os fluxos financeiros para fazer face aos pagamentos aos beneficiários mantém-se ainda como uma das principais preocupações da AG, sendo que esta situação tem vindo, gradualmente, a registar uma evolução positiva – a AG tem efectuado um esforço significativo para que se proceda ao maior número possível de certificações de despesa para colmatar esta situação;
- Dificuldades no cumprimento do prazo de análise dos pedidos de reembolso, provocado pela elevada taxa da amostra, em relação às verificações administrativas (25% do total das despesas apresentadas), o que levou a que, no final do ano, esta taxa tenha sido objecto de redução (10% do total despesas apresentadas), de modo a permitir uma maior conseguir uma maior celeridade na análise dos processos.

3.2. Eixo prioritário II - Emprego e Coesão Social

3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Informação e análise qualitativa relativa aos progressos físicos e financeiros

Pretende-se neste ponto descrever o estado de avanço do Eixo II e das respectivas Vertentes e Tipologias de Intervenção, decorrente da análise da realização física e financeira até ao ano 2009.

A informação respeitante aos indicadores de realização é apresentada no Quadro 46 Resumo Implementação Física - Eixo II e no Quadro 47 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II 2009.

Quadro 46 Resumo Implementação Física - Eixo II

Eixo Prioritário	Indicadores	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Nº de estagiários apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	0	1.439							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	852	835							
		Metas	230	230	230	230	230	230	230	230	230	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Realização Efectiva (execução)	0	0	0							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	0	0							
		Metas	350	350	350	350	350	350	350	350	350	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº de postos de trabalho apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	17	97							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	174	212							
		Metas	144	144	144	144	144	144	144	144	144	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	133	417							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	545	314							
		Metas	119	119	119	119	119	119	119	119	119	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº de clubes de emprego apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	35	20							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	35	21							
		Metas	17	17	17	17	17	17	17	17	17	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.
	Nº participantes apoiados	Realização Efectiva (execução)	0	762	074 b)							
		Realização Prevista (aprovações) (I)	0	1.714	952 c)							
		Metas	432	432	432	432	432	432	432	432	432	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.							n.a.

n.a. - não aplicável

NOTAS:

(I) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

a) O valor executado de 2008 correcto deveria ser 739 (soma da execução dos 4 projectos registados no siifse até 2008: 000452/2007/231, 000453/2007/233, 000454/2007/234 e 000455/2007/234, sendo o total correcto, 2813.

b) inclui 1 projecto de 2007 que não foi considerado nos relatórios de execução anteriores: 000443/2007/232 (15 participantes)

c) inclui 1 projecto de 2007 que não foi considerado nos relatórios de execução anteriores: 000443/2007/232 (28 participantes)

Fonte: SIIFSE

Quadro 47 -Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II 2009

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicadores de Realização Física	Nº	Género		Tipo de Entidade		Público Alvo	
				H	M	Privado	Público	Desemp.	DLD
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Estágios Profissionais	Nº de estagiários apoiados	439	462	977	218	1.221		
	Assistência e orientação para a inserção na vida activa	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	0	0	0				
	Prémios à auto-colocação	Nº de postos de trabalho apoiados	97	35	62			49	48
	Apoios à Contratação								
	Apoios à Criação do Próprio Emprego								
	Iniciativas Locais de Emprego								
	Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família	Nº participantes apoiados	417	83	334			310	107
	Formação/Emprego								
	Clube de Emprego	Nº de clubes de emprego apoiados	20			17	3		
	Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	Nº participantes apoiados	2.074	760	1.314	586	1.488	1.270	804
	Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência								
	Ocupação de Desempregados								
	Empresas de Inserção								
	Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção								

Fonte: SIIFSE

Ao nível dos indicadores de realização do Eixo II, verificamos que, em 4 dos 6 indicadores foram atingidas e ultrapassadas de forma significativa as metas estabelecidas, sendo que, a título de exemplo, o “N.º de “Participantes Apoiados”, relativos à Vertente “Desenvolvimento no Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos”, apresenta um grau de realização relevante, quer em termos de aprovação, quer em termos de execução.

Tudo isto revela uma grande dinâmica de realização de acções de apoio ao emprego que são fundamentais para fazer face à situação de crescimento generalizado do número de desempregados, fruto de uma conjuntura económica e financeira altamente desfavorável e que tem tido impactos negativos na manutenção dos postos de trabalho. De qualquer forma, frise-se uma vez mais, o esforço que as autoridades regionais têm feito no sentido de dinamizar e realizar um conjunto de acções que procuram criar condições para uma reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, bem como proporcionar condições mais favoráveis para inserir no mercado de trabalho todos aqueles que procuram emprego pela primeira vez. Esta orientação tem sido determinante para minimizar os efeitos do desemprego e mais importante, para criar efectivas condições de facilitação de (re)inserção no mercado de trabalho.

No que respeita aos postos de trabalho apoiados, a meta não foi ainda atingida se consideramos a execução, apesar do significativo grau de aproximação (67%), por razões que se prendem com a não contabilização dos projectos da responsabilidade do OREPP em 2009 e que contribuem para a alimentação deste indicador. Por outro lado, a menor realização deste indicador relaciona-se de forma inequívoca com os problemas derivados ao “arrefecimento” da economia, em contraponto com os outros indicadores, cuja dinâmica advém precisamente da implementação de medidas para fazer face à crise.

Apenas o indicador associado à assistência e orientação para a inserção de jovens na vida activa não regista realizações. Esta situação deveu-se ao facto do Instituto de Emprego da Madeira não haver solicitado o co-financiamento FSE deste tipo de acção, optando por realizá-las num contexto diferente do inicialmente previsto, nomeadamente no que respeita às componentes de despesa a serem consideradas. Optou-se assim por implementar uma prática menos onerosa, sendo que, a adesão tem sido elevada, constatando-se pelo número de pessoas que frequentaram as referidas acções, de cerca de 18.040, com especial predominância para os jovens.

Em função das ventilações definidas para os indicadores do Eixo II, é possível aferir os seguintes ilações:

- Em qualquer um dos indicadores objecto de quantificação em 31.12.2009, salienta-se a elevada participação do sexo feminino (67%), fruto da predominância de oferta de emprego/estágios em actividades onde existe ainda uma determinada tendência da sua ocupação por mulheres;
- No que respeita à Vertente de Intervenção “Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho”, as entidades públicas representam 76% dos participantes apoiados;
- Relativamente ao público-alvo, os desempregados de longa duração absorvem a menor fatia em termos de abrangência (entre 26% e 39%).

Com base na informação apresentada, é assim possível aferir que os valores alcançados em 2009 concorrem, na sua generalidade, para o cumprimento dos objectivos operacionais propostos, com as ressalvas referidas.

No que respeita à apresentação de candidaturas, no âmbito do Eixo II, as mesmas são apresentadas ao longo do período de programação, i.e., funcionam em regime de candidatura aberta (início em 18 de Dezembro de 2007).

Em 2009 foram apresentadas a co-financiamento do Eixo II 33 candidaturas, tendo sido aprovadas 55% das mesmas. Efectuando uma análise por Vertente de Intervenção, verifica-se que foi a Vertente “Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local” que teve maior registo de candidaturas apresentadas e aprovadas.

Quadro 48 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção 2009

Vertente de Intervenção	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Contratadas	Nº de Candidaturas Concluídas
Transição para a Vida Activa	8	8	5	0	5	6
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	15	15	8	0	8	19
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	10	10	5	0	5	12
TOTAL	33	33	18	0	18	37

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Em termos acumulados, até ao final de 2009 este Eixo contou com 60 candidaturas apresentadas, verificando-se a maior parcela na Vertente de Intervenção “Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local”.

Quadro 49 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção 2007-2009

Vertente de Intervenção	Nº de Candidaturas Apresentadas	Nº de Candidaturas Admitidas	Nº de Candidaturas Aprovadas	Nº de Candidaturas Não Aprovadas	Nº de Candidaturas Contratadas	Nº de Candidaturas Concluídas
Transição para a Vida Activa	11	11	8	0	8	6
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	29	29	22	0	22	19
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	20	20	15	0	15	12
TOTAL	60	60	45	0	45	37

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

O padrão de distribuição dos projectos replica as opções das políticas activas de emprego enquadradas pelo Plano Regional de Emprego sendo de destacar as prioridades referentes ao apoio aos “Estágios Profissionais” 38%, à “Ocupação de Desempregados” 25% e por fim, “Formação/Emprego” com 12% (vd. Quadro 50).

Esta última Tipologia tem merecido um esforço especial na intervenção do IEM, o qual tem procurado desenvolver uma abordagem de necessidades de formação e de sensibilização dos operadores de formação no sentido de adequarem as respectivas ofertas de cursos ao perfil de qualificações dos desempregados, com atenção também aos padrões de procura revelados pelas entidades empregadoras, nas suas ofertas de emprego.

Quadro 50 Distribuição dos projectos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo II

Vertente de intervenção/Tipologia de Operação	Aprovações		Distribuição	
	N.º Proj.	FSE (Euros)	N.º Proj.	FSE
2.1. Transição para a Vida Activa	8	6.122.827	18%	38%
2.1.1. Estágios Profissionais	8	6.122.827	18%	38%
2.1.2. Assistência e orientação para a inserção na vida activa	0	0	0%	0%
2.2. Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	22	4.349.647	49%	27%
2.2.1. Apoios à Contratação	3	838.125	7%	5%
2.2.2. Apoios à Criação do Próprio Emprego	6	222.138	13%	1%
2.2.3. Prémios à auto-colocação	1	83.428	2%	1%
2.2.4. Iniciativas Locais de Emprego	3	837.802	7%	5%
2.2.5. Formação/Emprego	3	1.874.672	7%	12%
2.2.6. Clubes de Emprego	6	493.482	13%	3%
2.2.7. Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família	0	0	0%	0%
2.2.8. Desenv. e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego	0	0	0%	0%
2.3. Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15	5.543.898	33%	35%
2.3.1. Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas	3	340.458	7%	2%
2.3.2. Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência	2	150.979	4%	1%
2.3.3. Empresas de Inserção	3	1.043.871	7%	7%
2.3.4. Ocupação de Desempregados	7	4.008.590	16%	25%
2.3.5. Ocupação e Form.de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	0	0	0%	0%
Total	45	16.016.372	100%	100%

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

Não obstante a diversidade das Tipologias de Operações em presença, que responde de forma significativa aos pilares/directrizes do Plano Regional de Emprego, os volumes de investimento nas demais Tipologias apresentam-se residuais. No entanto, são de destacar as verbas aprovadas para as Tipologias que remetem para o empreendedorismo de base sócio-local, designadamente os apoios destinados às “Empresas de Inserção” com 7% e às “Iniciativas Locais de Emprego” com 5%. Trata-se de Tipologias relativamente às quais as dificuldades existentes, nomeadamente com origem na envolvente desfavorável do mercado, não proporcionam condições de valorização económica dos bens e serviços indispensáveis à sustentabilidade das iniciativas de pequena escala de base local.

A activação destes instrumentos de apoio, previstos no Plano Regional de Emprego, carece de uma combinação virtuosa de esforços com as áreas do comércio e indústria e do turismo, de modo a obter efeitos de escala e condições de comercialização mais atractivas, num esforço que se justifica pelas potencialidades de criação de emprego e valor acrescentado, reconhecidas às iniciativas e projectos de base local.

A dinamização destas Tipologias de Operação deverá continuar a constituir uma componente relevante do esforço de divulgação e suscitação de iniciativas, desenvolvido pelo serviço público de emprego regional, a par da activação dos instrumentos de apoio à procura de emprego (“UNIVAS” e “Clubes de Emprego”).

No ano 2009 foram aprovados um montante de 8.637.114 euros de despesa pública e 6.909.692 euros de fundo, o que representa uma taxa de compromisso de 23% face ao programado. O contributo com maior expressão para esta taxa foi dado pela Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Activa” com 27%.

Quadro 51 Montantes Aprovados no Eixo II 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2009 (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.108.450	8.886.760	2.989.187	2.391.350	27%	27%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	2.597.275	2.077.820	22%	22%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	3.050.652	2.440.522	20%	20%
Total	38.250.000	30.600.000	8.637.114	6.909.692	23%	23%

Relativamente à situação financeira, o Eixo II - Emprego e Coesão Social já apresenta um nível de aprovações elevado, 52%, face ao Programado, sendo a Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Activa” a que abarca a maior parcela de aprovações, contribuindo assim para dinâmica deste Eixo.

Quadro 52 Montantes Aprovados no Eixo II 2007-2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2009 (AP)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.108.450	8.886.760	7.653.534	6.122.827	69%	69%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	5.437.059	4.349.647	46%	46%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	6.929.873	5.543.898	45%	45%
Total	38.250.000	30.600.000	20.020.466	16.016.372	52%	52%

No ano 2009 este Eixo executou 34% dos compromissos assumidos até esse ano, taxa esta superior a média do Programa.

Paralelamente ao que se verifica nas aprovações, é a Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Activa” que mais contribuiu para que o Eixo apresente uma estável taxa de execução (vd. Quadro 53).

Quadro 53 Montantes Executados no Eixo II 2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2009 (EX)		Taxa de Execução (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.108.450	8.886.760	6.332.322	5.065.858	57%	57%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	2.060.614	1.648.491	17%	17%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	4.420.890	3.536.712	29%	29%
Total	38.250.000	30.600.000	12.813.826	10.251.061	34%	34%

Fazendo uma análise global do período de programação, o Eixo II já apresenta uma taxa acima da média do Programa, 38% face ao programado para o período de programação (vd. **Quadro 54**).

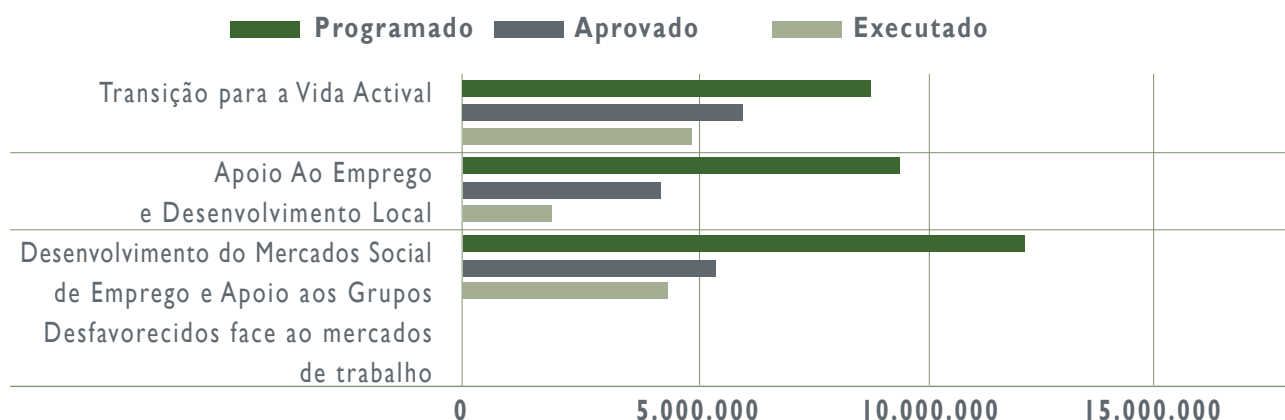
Quadro 54 Montantes Executados no Eixo II 2007-2009

Unidade: Euros

Eixos Prioritários – Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2007-2013 (EX)		Taxa de Execução (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.108.450	8.886.760	6.332.322	5.065.858	57%	57%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	2.470.905	1.976.724	21%	21%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	5.675.166	4.540.133	37%	37%
Total	38.250.000	30.600.000	14.478.393	11.582.715	38%	38%

Saliente-se também, de uma forma global, o grande acréscimo verificado no nível de execução do Eixo II, em relação a 2008, o que demonstra que se encontram ultrapassadas as dificuldades sentidas na implementação deste Eixo.

Gráfico 19 Distribuição financeira por Vertente de Intervenção Eixo II



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Regional

3.2.2. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os problemas com a execução do Programa prenderam-se com as razões relativas à conformidade do Sistema de Gestão e Controlo, agravadas pelas questões pendentes na área do emprego, cujo processo conheceu variadíssimos desenvolvimentos.

Assim, os principais problemas encontrados no decurso do ano 2009 foram os seguintes:

- Os fluxos financeiros para fazer face aos pagamentos aos beneficiários mantém-se ainda como uma das principais preocupações da AG, sendo que esta situação tem vindo, gradualmente, a registar uma evolução positiva - a AG tem efectuado um esforço significativo para que se proceda ao maior número possível de certificações de despesa para colmatar esta situação;
- A reserva colocada pela CE ao OREPP (IEM) no âmbito do SGC constitui um constrangimento significativo atendendo aos efeitos que esta matéria ocasiona, nomeadamente pela impossibilidade da certificação da respectiva despesa. Num contexto de dificuldades na área de intervenção deste Eixo, conjugada com constrangimentos orçamentais, esta condição tem originado dificuldades acrescidas - a AG, no sentido de ultrapassar esta situação, em articulação com o OREPP, tem desenvolvido um trabalho que visa ultrapassar as lacunas sistémicas de que resultou a reserva já mencionada.

4. Coerência e concentração

Na actual fase de desenvolvimento dos Eixos Prioritários do programa, os elementos processados nesta secção do Relatório, são predominantemente centradas na concepção e formulação de objectivos estratégicos do Rumos na sua relação com as Orientações da Estratégia Europeia para o Emprego e com os objectivos comunitários relacionados com o emprego.

4.1. Descrição da coerência e da sinergia do Programa com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego

As Orientações para o Emprego estabelecem três prioridades de acção que delimitam as políticas de desenvolvimento do capital humano dos Estados-membros financiadas pelo Fundo Social Europeu:

- atrair e reter um maior número de pessoas no mercado de trabalho e modernizar os sistemas de protecção social;
- melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade dos mercados e trabalho;
- reforçar o investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências.

A abordagem da programação das intervenções destinadas a reforçar os níveis de desenvolvimento do potencial humano na Região, atribuiu prioridade às intervenções no domínio da educação e da formação, uma preponderância que reflecte uma opção de política centrada na Orientação “Aumentar o investimento em capital humano melhorando a educação e as competências”. As intervenções de qualificação escolar e profissional dos recursos humanos apresentam sinergias com as Orientações mais centradas nos apoios ao emprego e na melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas.

Na estrutura de objectivos específicos dos Eixos Prioritários do Programa Rumos são identificáveis níveis de coerência e sinergia com essas vertentes das Orientações para o Emprego, nomeadamente:

- a intenção de mobilizar as empresas para o investimento nos seus recursos humanos, através de uma (re)organização laboral facilitadora de frequência de acções de formação no quadro dos dispositivos de aprendizagem ao longo da vida, especialmente por parte dos trabalhadores de baixas qualificações e de meia idade;
- a programação das medidas facilitadoras do acesso ao emprego dos jovens e a transição do mundo escolar para o mundo do trabalho (modalidades formativas profissionalizantes, orientação profissional, acesso a acções de formação pré-escolar, ...), medidas que relevam também de orientações constantes do Pacto Europeu para a Juventude;
- a aposta na diversificação e consolidação de parcerias de integração para pessoas desfavorecidas ou em risco de exclusão (p.e., jovens em situação de abandono escolar precoce, desempregados de longa duração e pessoas portadoras de deficiência) visando a garantia de mercados de trabalho inclusivos;
- a aposta na melhoria da eficácia e eficiência dos serviços de emprego na prestação de serviços aos candidatos a emprego, aos desempregados e às pessoas desfavorecidas, da responsabilidade do Instituto Regional de Emprego.

A repartição indicativa do Plano de Financiamento do Programa (componente financiamento comunitário) por categoria de despesa, é globalmente coerente com as apostas assinaladas privilegiando na afectação de recursos as Tipologias de Operação que remetem para o aumento da participação no ensino e na formação ao longo da vida (53,1%), complementadas por intervenções dirigidas à qualidade do ciclo formativo e incluindo a formação de formadores (8,2%). A promoção do emprego, nomeadamente via medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho, recebe do volume financeiro, 16,2%, complementadas por apoios ao emprego independente e à criação de empresas (3%).

Esta análise deve, todavia, ser estendida à abordagem do financiamento das políticas de educação, formação e emprego pelo Orçamento Regional. Com efeito, para além da relevante componente de financiamento com origem no FSE, existem componentes de despesa pública corrente e de investimento que contribuem na Região, para as orientações da Estratégia para o Emprego.

4.2. Descrições de como as acções do FSE contribuem para concretizar as recomendações referentes ao emprego

As complementaridades de actuação e os níveis de contributividade do Programa Rumos, decorrem das dimensões de articulação com as políticas públicas regionais, parte das quais se encontra enquadrada em Planos Regionais de que são exemplo, o Plano Regional de Emprego (PRE) e o Plano Regional de Apoio à Inclusão (PRAI).

As dimensões de complementaridade entre as orientações específicas acolhidas no PRE 2005-2008 e o Programa Rumos são acentuadas, embora fortemente medeadas pela vertente Educação-Formação do Programa, na medida em que os aspectos ligados à transformação estrutural do sistema de emprego, ao modelo de organização do trabalho e de relações laborais, bem como as matérias de regulação salarial, não são objecto da programação. No âmbito dos apoios das diferentes Tipologias de Operação do Programa, foram ventiladas descrições positivas destinadas a estimular a adopção das práticas subjacentes às orientações integradas para o emprego.

Os contributos das acções FSE do Rumos para a concretização das recomendações comunitárias em matéria de emprego são especialmente intensos nas Vertentes da Qualificação Inicial visando o reforço do capital humano. Este objectivo recolhe complementaridades predominantemente fortes tanto com origem nas modalidades de qualificação inicial, como nas modalidades que desenvolvem uma abordagem de aprendizagem ao longo da vida e na formação avançada.

O objectivo relativo à adaptabilidade dos trabalhadores das empresas e dos empresários tem respostas do Programa concentradas nas Tipologias referentes à Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida as quais percorrem uma paleta enriquecida de modalidades que inclui, como novidades, a autonomia conferida à Formação-Consultoria e à formação para os agentes da Administração Pública Regional e Local.

O Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social do Rumos estrutura um conjunto de Tipologias de intervenção relativamente clássicas mas que percorrem a totalidade das modalidades de actuação das políticas activas de emprego. Neste enquadramento, destaca-se a relevância assumida no PRE 2005-2008 e nas dinâmicas de aprovação (e de execução) do Programa, das Tipologias referentes ao apoio aos desempregados e à inclusão social. Estas modalidades adquiriram elevada prioridade numa conjuntura caracterizada pela consolidação de níveis de desemprego elevados para o contexto regional.

No âmbito do Conselho Consultivo de Emprego (reunião de Fevereiro de 2009) foi apresentado um balanço dos resultados das Medidas Activas de Emprego que o Governo Regional executou ao longo de 2009, o qual permite salientar as principais componentes de esforço de atenuação dos efeitos do crescimento acentuado do desemprego registado.

Quadro 55 Balanço dos resultados das Medidas Activas de Emprego - 2009

Medidas Activas de Emprego	Candidaturas	Abrangidas	Montante (€)
Incentivos à contratação	143	266	575.000
Criação do próprio emprego	66	121	1.100.000
Inserção de Jovens Qualificados	-	794	4.300.000
Auto-colocação	31	31	23.000
Formação-emprego	85	1.319	-
Vida e Trabalho	-	22	173.000
Emprego	11	69	895.000
Ocupação Temporária de Desempregados	-	1.260	2.500.000

Fonte: IEM

Em termos globais, o esforço público da componente da estratégia regional de resposta às necessidades de apoio aos desempregados ascendeu a 11 milhões de euros, montante que permitiu abranger com Medidas Activas de Emprego aproximadamente 3.900 pessoas. Recorde-se que em 2008 tinham sido aplicados 8 milhões e que a programação para 2010 contempla 12 milhões de euros.

Na análise, segundo os Temas Prioritários que remete extensivamente para as prioridades da Estratégia Europeia para o Emprego, a arquitectura de Eixos Prioritários do Programa Rumos procurou assegurar uma elevada coerência e racionalidade das Vertentes de Intervenção dos dois Eixos do Programa face às prioridades da Estratégia Europeia para o Emprego. A relevância e a coerência das Tipologias referentes à adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida, bem como às medidas activas de emprego (preventivas e curativas), destacada pela Avaliação ex-ante, encontra-se patente no padrão de investimento elegível aprovado e executado, o qual repercute as opções e prioridades da programação (vd. ponto Repartição do FSE por temas prioritários relevantes para a Estratégia de Lisboa).

5. Assistência técnica

A Assistência Técnica pretende financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo do Programa, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos fundos.

A implementação financeira subjacente à análise desta matéria encontra-se no ponto 2.1, pelo que as referências aos quadros reportam-se ao mencionado ponto.

No ano 2009 foram apresentadas duas candidaturas, uma da responsabilidade do IDR e outra da responsabilidade do Organismo Intermédio, Direcção Regional de Qualificação Profissional. Estas duas candidaturas representam um montante de despesa pública de 1.209.934 euros e 875.443,90 euros de fundo, conforme se pode verificar no Quadro 9.

A candidatura da AG destina-se, fundamentalmente, a assegurar as necessárias condições logísticas e humanas da Estrutura de Apoio Técnico (EAT) responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento do Programa, bem como, pela área do controlo e apoio à Autoridade de Gestão.

A candidatura apresentada pelo Organismo Intermédio integra um conjunto de despesas consideradas essenciais para que o OI possa otimizar as funções que lhe foram delegadas e que está formalizada no respectivo contrato celebrado com a Autoridade de Gestão.

Até 31.12.2009 o Eixo III do Programa já absorve cerca de 33% do programado para o total do período de programação.

Em termos acumulados foram efectuadas e pagas pelo Programa, no âmbito da Assistência Técnica, despesas no valor de 495.074 euros, como se pode verificar no Quadro 3 apresentado no ponto 2.1.

Pese embora este Eixo assuma uma taxa de compromisso considerável face ao financiamento programado, 33% (Quadro 10), a taxa de execução situa-se apenas nos 15,2% (Quadro 12), contribuindo decisivamente para este desempenho o carácter plurianual das operações alvo de co-financiamento.

6. Informação e publicidade

O Instituto de Desenvolvimento Regional, na qualidade de Autoridade de Gestão do Programa Operacional Rumos, deve assegurar a ampla divulgação das intervenções deste Programa, visando uma cobertura mediática através do uso das mais diversas formas e métodos de comunicação.

No âmbito das acções do Plano Estratégico de Comunicação (PEC) dos Programas Operacionais da RAM (versão aceite pela Comissão Europeia a 10 de Junho de 2008 - CCI2007PTI62PO002), o ano 2009 caracterizou-se pelas actividades contempladas na segunda fase operacional deste Plano designada por “Consolidação e Relançamento”, consolidação quanto à notoriedade da marca e relançamento no que toca ao refreshment dessa notoriedade.

Antes de mais, salienta-se o facto de terem sido desenvolvidas um conjunto de grandes acções de informação anual em 2009 pela Autoridade de Gestão, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro, artigo 7º. Foram elas as acções de Street Show, Mural Digital e Suplemento Anual do Espaço Global que mais à frente são desenvolvidas neste ponto.

A implementação das medidas de Informação e Publicidade (I&P) teve em consideração as recomendações do Estudo da Avaliação e Monitorização do PEC sobre as acções desenvolvidas em 2008. Destas recomendações destacam-se as seguintes:

- A vontade expressa pelos entrevistados em conhecer melhor os Programas levou a AG a considerar a necessidade de criar, para além de mecanismos inerentes à notoriedade, outros mecanismos que permitam um esclarecimento mais abrangente acerca do âmbito e destinatários destes Programas.
- A Comunicação destinada ao público em geral deveria ser delineada numa linguagem acessível, mais próxima e mais clara quanto aos eixos de intervenção dos Programas.
- Em todos os targets foi notória a apetência para saber mais através de “histórias” e/ou “casos de sucesso”. O recurso a “casos reais” começa a ser possível com o avanço temporal da implementação dos Programas, sendo consideradas uma mais-valia a vários níveis: materializa as áreas de acção, aproxima as Marcas de todos os públicos-alvo, reforça a transparência dos actores e dos Programas e é igualmente um veículo de difusão junto dos media.
- No que diz respeito aos suportes de Comunicação, a Internet é considerada um instrumento chave para a divulgação e ampliação do conhecimento acerca da Marca Rumos - para grande parte dos públicos entrevistados, este é um meio por excelência onde se procura e aprofunda saberes. Sendo o actual sítio web totalmente apropriado aos stakeholders e (potenciais) beneficiários, considerou-se importante criar uma plataforma com idêntica adequação para a opinião pública - um espaço próprio que dê a conhecer em termos gerais o Programa recorrendo à gramática Web 2.0.
- Outro território ponderado como relevante é o relativo aos locais de ensino. A perspectiva de futuro da Marca, o interesse actual e prospectivo destes públicos e o seu potencial de difusão pedem um reforço da sua presença que pode ser alcançado recorrendo a práticas actuais - conferências, etc. - e com as acções temáticas previstas para o próximo ano - ‘Mural Digital’ e ‘Mergulhar Lá e Plantar Cá’.
- O nome Rumos ancora-o numa posição infra de que necessita de continuar a libertar-se. Embora o actual lema institucional atenuie essa percepção, é essencial continuar esse caminho com copy’s, imagens, etc. que exiba todos os valores da Marca.
- Ainda, em termos formais, é importante dar um maior destaque na Comunicação dos símbolos das entidades intervenientes - RAM e UE -, no intuito de reflectir os valores que ancoram a marca à Região e que fazem acreditar.

Assim, tendo em conta estas recomendações, as Medidas tomadas em matéria de I&P sobre o Programa Operacional Rumos foram as seguintes:

a. Acções de Informação e Publicidade do PEC

Estas acções estão divididas em acções estruturantes, que possuem uma acentuação informativa e em acções temáticas, que apostam na interacção entre as pessoas e as instituições, com vista a gerar uma inter-motivação dos actores sociais.

a.1. Acções Estruturantes:

- **Sítio web** - reformulado em finais de 2009 com um novo layout e funcionamento (mais simples e mais leve). Esta reformulação contemplou um conjunto de ferramentas e de potencialidades de acordo com a web 2.0 (uma nova geração da Internet), com um ambiente online mais dinâmico. Nesta nova versão foi criado um Banco de Imagens de Projectos considerados como promissores de boas práticas (seleccionados no 1º semestre de 2009 pelas entidades envolvidas na Gestão do PO) - sendo actualizado anualmente - e a inserção do vídeo de apresentação do Programa. Quanto à atenção às pessoas com necessidades especiais (em particular à deficiência visual), o sítio web possui um conjunto de ferramentas que lhes possibilite ouvir o texto. Quanto à versão em inglês, está prevista para 2010 com a tradução das Páginas estáticas.



A Página do Programa Rumos - www.idr.gov-madeira.pt/rumos/ - continuamente actualizada, com particular destaque para as aprovações dos projectos, publicações, relatórios, anúncios de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas e a lista de beneficiários.

Quanto ao número de visitas à Página do Programa Rumos e tendo em conta que a contagem apenas foi possível a partir de Setembro de 2008, poder-se-á verificar que houve um aumento da média de visitas em relação ao ano 2008 (com média de 104 visitas por mês - tendo em conta os últimos 4 meses do ano), com uma média de 298 visitas por mês em 2009. Quadro 56

Quadro 56 Visitas ao sítio web - Página Rumos

Anos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421	421
2008 (*)	535	441	533	526	472	379	341	231	69	113	154	79	3873
2009	320	274	434	293	392	264	299	245	312	269	327	152	3581

(*) A partir de Setembro de 2008 foi possível a contagem por Programa

- **SIIFSE** - Através do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu, o sistema funcionou com normalidade tendo sido apresentadas, via online, as candidaturas ao Programa Rumos.
- **Guia de Normas de Informação e Publicidade** - disponível na Página do Programa Rumos desde 30 de Abril de 2008, foi editado 500 exemplares em 2009, tendo sido distribuído às entidades beneficiárias deste Programa e aos OL's.



- **Newsletter** - com periodicidade trimestral, foi distribuída em suporte papel 500 exemplares por edição (Março N° 24, Junho N° 25, Setembro N° 26 e Dezembro N° 27) e divulgada em suporte digital para 244 entidades do sector público e privado da Região. Esta publicação ganhou uma nova imagem a partir da edição N° 26 do mês de Setembro e encontra-se também acessível no sítio web da Autoridade de Gestão.



- **Lista dos Beneficiários** - publicada no JORAM (Jornal Oficial da RAM) e na Página do Programa Rumos. A Lista é actualizada trimestralmente (Março, Junho, Setembro e Dezembro). A sua difusão tem sido feita nas sessões informativas nas escolas, nos anúncios publicitários (jornais e revistas) e na exposição de rua na Semana da Europa.

- **Materiais publicitários e de merchandising** - à semelhança dos anos transactos, foram distribuídos vários produtos nas exposições da semana da Europa (Evento Circo em Lisboa e Street Show no Funchal), nas sessões informativas sobre os Programas Operacionais nos vários estabelecimentos de ensino da RAM e em reuniões de trabalho.

- Produtos adquiridos nos anos anteriores e distribuídos em 2009: flyers (um relativo ao Eixo I “Educação e Formação” e outro ao Eixo II “Emprego e Coesão Social”), bloco de notas, marcador de livros, esferográficas, lápis e lanyards.

- Produtos adquiridos e distribuídos em 2009: guarda-chuvas, t-shirt’s, USB’s tipo pulseira e tapete de rato (este último ilustrado com imagens de projectos considerados como promissores de boas práticas).



- **Anúncios Publicitários** - foram concebidos com duas imagens de projectos co-financiados pelo FSE e com pessoas que estavam envolvidas nas acções, sendo que uma imagem é alusiva à formação e uma outra ao emprego. Nestes anúncios deu-se destaque ao endereço da Página do Programa Rumos, aos seus conteúdos e à menção da lista de beneficiários. Estes anúncios, dirigidos aos potenciais beneficiários e ao público em geral, foram divulgados nos mais diversos meios de comunicação, a designar:

Imprensa Escrita Regional (Tribuna da Madeira, Diário Cidade e Jornal da Madeira):



[Tribuna da Madeira - 13.6.2009]



[Diário Cidade - 11.09.2009]



[Jornal da Madeira - 1.11.2009]

Revistas das transportadoras aéreas da TAP e da SATA:



[UP - Agosto.2009]



[Azorean Spirit - Novembro.2009]



- **RTP-Madeira** (de 18 de Maio a 31 de Novembro, foi divulgado o vídeo promocional feito para o lançamento do Programa com a duração de um minuto):



- **Transporte Público** (autocarro a circular em todas as freguesias do Concelho do Funchal durante o primeiro semestre de 2009):



- **Mupi's dos Aeroportos da Madeira e do Porto Santo:**



[Aeroporto do Porto Santo]



[Aeroporto da Madeira]

- **Painéis Electrónicos de Rua** (localizados em três pontos estratégicos na baixa da cidade do Funchal: em frente ao Mercado dos Lavradores, na Av. Arriaga e na Rua Dr. Brito Câmara ao lado do C.C. Dolce Vita).



- **Artigos e Press Releases nos Órgãos de Comunicação Social (OCS)**

Imprensa Escrita



[Diário de Notícias - 19.02.2009]



[Jornal da Madeira - 28.02.2009]



[Jornal da Madeira - 11.05.2009]



[Jornal da Madeira - 4.06.2009]

- RTP-Madeira e Rádios regionais e locais - Notícias sobre as aprovações de projectos do Programa Rumos e sobre a Comissão de Acompanhamento.

No **Anexo 3** poderão ser consultadas as acções de informação e publicidade realizadas em 2009.

“Objectivo 2013” na Rádio TSF - É um programa da TSF em parceria com a Rede de Comunicação do QREN, no qual o Programa Rumos faz parte. Este Programa caracteriza-se por um novo espaço de informação e visa informar adequadamente o público sobre as oportunidades oferecidas pelo QREN e dar a conhecer, em concreto, quem são os beneficiários dos seus Programas Operacionais e em que consistem as iniciativas apoiadas. Cada programa tem uma duração de 3 minutos e começou a ser emitido a partir de Outubro de 2009 em toda a Rede da TSF (Nacional e Regional), de segunda a sexta-feira às 12h50 e às 20h15, com um compacto semanal aos sábados, depois das 14 horas, e permanentemente em www.tsf.pt.

Quanto ao Programa Rumos, foram emitidos os seguintes:

- 09.II.2009 - Apresentação do Programa Rumos.
- 10.II.2009 - Escolas de Turismo da EPTM (Rumos - Eixo I “Educação e Formação”).
- 11.II.2009 - GLOBAL KIDS, Lda. (Rumos - Eixo II “Emprego e Coesão Social” - Criação do Próprio Emprego).
- 12.II.2009 - Entredentes, Lda. (Rumos - Eixo II “Emprego e Coesão Social” - Criação do Próprio Emprego).
- 13.II.2009 - Sistema de Aprendizagem da DRQP (Rumos - Eixo I “Educação e Formação”).
- 14.II.2009 - Compacto semanal do Programa Rumos.

Para aceder aos programas transmitidos:

http://tsf.sapo.pt/programas/programa.aspx?content_id=1355095



[GLOBAL KIDS - Sr. José Alves - Entrevista realizada a 28.09.2009]

Quanto ao Programa Rumos, foram emitidos os seguintes:



[DRQP - Drª Elda Pedro - Entrevista realizada a 29.09.2009]

Serviço Clipping - Resultados 2009

No âmbito da Rede de Comunicação QREN, este serviço, prestado pela empresa Cision - Global Media Intelligence, abrange não só o QREN como cada Programa Operacional. No Programa Rumos, foram analisadas as notícias publicitadas nos vários órgãos de comunicação social tal como refere o Quadro 57. Neste quadro poder-se-á constatar que a TSF é o OCS que apresenta o valor mais elevado (em termos de determinação do valor monetário das notícias) de Net AEV (Advertising Equivalent Value), facto que se prende com a emissão do Programa “Objectivo 2013”. Ressalte-se, que os principais OCS regionais apresentam um valor total de Net AEV de 14.478 euros (24% do total de impacte financeiro).

Quadro 57 Órgãos de Comunicação Social 2009

OCS	AEV Favorável	AEV Desfavorável	Net AEV
TSF	30.363 €		30.363 €
RTP Madeira	5.151 €		5.151 €
Jornal da Madeira	4.540 €		4.540 €
Diário de Notícias da Madeira	4.484 €		4.484 €
Antena 1	303 €		303 €
Expresso	106 €		106 €
Diário Cidade	73 €		73 €
Tribuna da Madeira	37 €		37 €
Avante	36 €		36 €
Atlântico Expresso	0 €	194 €	-194 €

Quanto à evolução mensal, Quadro 58, o mês de Novembro é aquele que representa maior valor de Net AEV, decorrente, tal como já referido, das 10 emissões sobre o Programa Rumos, no programa “Objectivo2013” da TSF. O mês de Junho acabou por ficar com um Net AEV ligeiramente negativo devido à notícia veiculada no Expresso Atlântico, que critica a taxa de execução do QREN e dos seus programas, tendo-se registado um AEV mais expressivo do que a restante informação. De referir que, de acordo com a metodologia CISION, a informação equilibrada insere-se no AEV Favorável por considerar que, excepto nos casos de assuntos negativos, a notoriedade na Comunicação Social é sempre importante e desejada. O facto do Net AEV total do ano se ter verificado positivo significa que a Comunicação Social veiculou maioritariamente conteúdos favoráveis.

Quadro 58 Evolução Mensal 2009

Mês	AEV Favorável	AEV Desfavorável	Net AEV
Janeiro	37 €		37 €
Fevereiro	2.984 €		2.984 €
Março	1.114 €		1.114 €
Abril	833 €		833 €
Maio	7.727 €		7.727 €
Junho	160 €	-194 €	-33 €
Julho	47 €		47 €
Agosto	358 €		358 €
Setembro	258 €		258 €
Outubro	617 €		617 €
Novembro	30.115 €		30.115 €
Dezembro	842 €		842 €

- **Hastear da bandeira da União Europeia** - dia 9 de Maio. Esta acção foi complementada com uma Exposição de Rua (Street Show tal como refere o PEC), de 9 a 15 de Maio, sobre os vários Programas Operacionais, dos quais se destacou o Programa Rumos.

a.2. Acções Temáticas:

- **Mural Digital:**



[Página Inicial do Mural Digital - com blocos alusivos às mensagens inseridas pelos jovens]



[Página Inicial do Mural Digital - com blocos alusivos às mensagens inseridas pelos jovens]

O Mural Digital, referido no anterior Relatório de Execução, destina-se aos alunos do 9º ano de escolaridade (3º ciclo), secundário e ao ensino técnico-profissional (este último por sugestão do Organismo Intermédio do Programa Rumos - Eixo I “Educação e Formação”). Trata-se de um acção integrada no conjunto das grandes acções de informação anual

sobre o Programa Rumos direccionada aos Jovens.

A interface do Mural está disponível na Página do Programa Rumos desde Setembro de 2009. O arranque deste projecto ocorreu no dia 15 de Setembro com uma Sessão de Apresentação direccionada aos representantes e docentes dos 42 estabelecimentos de ensino indicados pela Direcção Regional de Educação (DRE).

Para a operacionalização deste projecto, foram desenvolvidas, a partir de 12 de Outubro, Sessões Informativas (em formato de conferência) sobre os Programas Operacionais, dos quais faz parte o Programa Rumos. Estas Sessões, direccionadas aos alunos dos estabelecimentos de ensino, abordaram os objectivos do Programa, o tipo de acções que apoia, os montantes envolvidos (inclui o apoio da UE através do FSE), o link de acesso ao Programa, imagens de alguns projectos e a respectiva identificação e, ainda, a Lista de Beneficiários.

Até finais de 2009 foram abrangidas 17 escolas (o equivalente a 40,48% de cobertura do parque escolar da RAM indicado pela DRE), 1.158 alunos e 80 docentes, num total de 23 sessões, tal como indica o Quadro 59.

Quadro 59 Mural Digital - Escolas abrangidas Outubro a Novembro de 2009

Nome da Escola	Concelho	Nº de Sessões	Nº de alunos	Nº de Professores	Grau de Escolaridade
Escola Secundária Dr. Ângelo A. Silva	Funchal	1	24	3	Secundário
Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco	Funchal	1	100	5	9º Ano + Secundário
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento Gouveia	Funchal	1	35	2	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos de São Roque	Funchal	1	50	1	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre	Câmara de Lobos	3	98	7	9º Ano
Escola Básica e Secundária do Carmo	Câmara de Lobos	2	43	4	9º Ano + Secundário
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	1	68	3	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	Machico	1	40	4	9º Ano
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz	Porto Moniz	1	6	4	9º Ano + Secundário
Escola Básica e Sec. Prof.Dr. Francisco de F. Branco, Porto Santo	Porto Santo	1	60	5	9º Ano + Secundário
Escola Básica 23 Cônego João Jacinto G. Andrade (Campanário)	Ribeira Brava	1	62	2	9º Ano
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel F. Cabral	Santana	1	32	2	9º Ano + Secundário
Escola Básica 2º e 3º Ciclos Dr.º Alfredo F.N. Júnior (Camacha)	Santa Cruz	1	31	2	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniço	Santa Cruz	1	69	5	9º Ano
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade	São Vicente	4	215	16	9º Ano + Secundário
Direcção Regional da Qualificação Profissional	Funchal	1	115	10	Ensino Profissional
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo	Funchal	1	110	5	Ensino Profissional
Total: 17 Estabelecimentos de Ensino		23	1158	80	



[Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco - 13.10.2009]



[Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel F. Cabral - 30.10.2009]



[DRQP - 11.11.2009]



[EPHTM - 12.11.2009]

Estima-se que a realização destas sessões ocorra, na sua maioria, no primeiro período de cada ano lectivo.

Até 31 de Dezembro do corrente ano foram inseridas cinco mensagens e até à data da preparação dos contributos do presente relatório (31 de Março de 2010), foram já inseridas trinta e quatro mensagens.

Quadro 60 Mensagens Inseridas no Mural Digital

Título da Mensagem	Mensagem	Nome(s) do(s) aluno(s)	Ano de Escolaridade	Turma	Escola	Data de inserção
Mural Digital	Dá novos rumos à tua vida intervindo+ no mural digital	Juliana Soares e Fátima Gonçalves	9º	B	Básica 2º e 3º Ciclos Cónego João J. G. Andrade (Campanário)	04-11-2009
Desemprego	Deviam gastar menos dinheiro em caminhos novos e investir em soluções de desemprego, e soluções de emprego para os jovens que estudam e tiram licenciaturas.	Wilson José Silva Abreu	9º	B	Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre	26-11-2009
Museu da Baleia	O Museu da Baleia foi um grande investimento da União Europeia para a Região Autónoma da Madeira, porque assim, revemos o passado histórico da caça à baleia	Mário Moreira e José Nicolau	9º	2	Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	04-12-2009
Museu da baleia e os túneis	O Museu da Baleia traz benefícios para o Caniçal, como para toda a ilha da Madeira, pois traz mais turistas. Os túneis e as vias rápidas trazem benefícios para a sociedade, pois fazem os seus serviços mais rápido e deslocam-se mais vezes para os outros lugares.	Marina Patricia Nunes Dos Santos	9º	2	Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	04-12-2009
Mural Digital	Nós, os alunos do 9º da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal, queremos agradecer ao Programa Intervir+ e ao Programa Rumos por tudo o que tem fornecido. Todas as infra-estruturas são indispensáveis ao nosso dia-a-dia. Também queríamos agradecer por modernizar mais a nossa freguesia (Caniçal) e torná-la mais turística. Com os melhores cumprimentos Elsa e Filipe 9º2	Elsa e Filipe	9º	2	Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	04-12-2009

O acesso ao Mural Digital pode ser feito através da Página do Programa Rumos (no campo Mural Digital) ou através do link: <http://muraldigital.gov-madeira.pt/>.

■ “Mergulhar LÁ e Plantar CÁ”:

É mais um projecto integrado no capítulo do Programa Rumos, do PEC, que visa incentivar os alunos do ensino técnico-profissional a recorrer à Web com o objectivo de procurarem as melhores ideias e experiências que outras regiões europeias usam e exploram LÁ, para as reconverter em aplicações criativas e inovadoras aplicáveis CÁ na Madeira. Dos nove estabelecimentos de ensino profissional convidados e indicados pela DRQP, dois demonstraram disponibilidade em participar neste projecto: Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP) e a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (EPHTM).

À semelhança do Mural Digital, o arranque deste projecto deu-se através de Sessões Informativas, onde se abordou o Programa Rumos (sessões em simultâneo com o projecto Mural Digital). Prevê-se que até finais de Maio possam ser recepcionados algumas propostas de projectos de negócio que possam ser implementados CÁ na Madeira. Até 31 de Dezembro estiveram envolvidos 225 formandos e 15 formadores, de acordo com o Quadro 61.

Quadro 61 Mergulhar LÁ e Plantar CÁ - Ensino Profissional

Nome da Escola	Concelho	Nº de Sessões	Nº de alunos	Nº de Professores
Direcção Regional da Qualificação Profissional	Funchal	1	115	10
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo	Funchal	1	110	5
Total: 2 Estabelecimentos de Ensino		2	225	15

■ Exposições:

Exposições Empresariais

Apesar do Estudo do impacto das acções do PEC referir que a participação nas Exposições Empresariais mereceram uma elevada notoriedade transversal a todos os targets inquiridos, por considerarem estes espaços de referência para a publicitação e informação, a Autoridade de Gestão decidiu não participar nas exposições empresariais da Região (Expomadeira, Expo Porto Santo e FIC), no ano 2009.

Street Show - Exposição de Rua na Semana da Europa

Na Semana da Europa, de 9 a 15 de Maio, à semelhança do ano transacto, realizou-se uma exposição de rua numa das zonas mais centrais da cidade do Funchal (Largo da Restauração), próximo da sede do Governo Regional, por ser uma das áreas com maior fluxo de circulação de pessoas, de acordo com o sugerido pelo Estudo do PEC. Esta actividade é considerada outra das grandes acções de informação anual do Programa Rumos, direccionada ao público em geral.

Nos dias 9 e 10 de Maio, esta exposição esteve integrada na “XX Feira do Pão Regional”, por ser um evento que atrai muitos madeirenses e turistas. Na exposição foi apresentado um expositor com três painéis sobre o Programa Rumos (objectivo do Programa, tipo de acções que apoia, o sítio Web e os seus conteúdos, com destaque para a Lista de Beneficiários e a indicação de resultados).



[Exposição de Rua - Semana da Europa (9 a 15 de Maio de 2009)]

Durante os primeiros dois dias da exposição houve a oportunidade de ser prestado alguns esclarecimentos e distribuído material de merchandising (esferográficas, tapetes de rato, lápis e Newsletter).

Evento Circo - 8 a 10 de Maio na Estação do Rossio em Lisboa

A participação neste evento partiu de um convite proveniente da Representação da Comissão Europeia em Portugal direccionado às entidades responsáveis pela gestão de acções co-financiadas pelo Fundo Social Europeu.

O Programa Rumos marcou presença neste evento através de stand com imagens alusivas ao Programa, onde foram prestados esclarecimentos ao público em geral e distribuído material de merchandising (Espaço Global N° 1, Newsletter, flyers, esferográficas, tapetes de rato, lápis, marcadores para livros, e lanyard's).



[Evento Circo - Espaço do Programa Rumos (8 a 10 de Maio)]

■ Suplemento Anual - Espaço Global N° 2

O Espaço Global é também considerado como uma das grandes acções de informação anual do Programa Rumos, tendo em conta a abrangência do target. Nesta edição, passa-se a dar destaque ao ponto de situação da execução dos Programas co-financiados pela UE com aplicação na Região, entre os quais o Programa Rumos, aos Opinion Leaders, aos projectos identificados como promissores de boas práticas, aos testemunhos de pessoas que, pelas suas vivências e experiência, nos dão uma retrospectiva do modo como, no passado, foi levada a cabo a implementação dos Programas, e aos Jovens que, através dos seus depoimentos e com base nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos durante o período escolar, transmitem a sua visão sobre a realidade regional.

A sua distribuição (num total de vinte e oito mil exemplares), realizou-se no mês de Dezembro de 2009, da seguinte forma: como encarte no Jornal da Madeira (treze mil exemplares) e no Diário de Notícias da Madeira (treze mil exemplares); nas Lojas do Cidadão do Funchal e do Porto Santo; nos Aeroportos da Madeira e do Porto Santo; nas Câmaras Municipais (onze municípios) e nas Juntas de Freguesia (cinquenta e quatro Juntas); nos estabelecimentos de ensino do 3º ciclo, secundário e profissional; Bibliotecas; Organismos Intermédios; Entidades Públicas Regionais, Nacionais e Comunitárias; e, aos visitantes do Instituto de Desenvolvimento Regional.



■ Conferência de Imprensa

Em Fevereiro de 2009, o Organismo Intermédio do Programa Rumos, tomou a iniciativa de organizar uma sessão dirigida à Comunicação Social da Região.



■ Prestação de esclarecimentos

De acordo com as orientações do PEC, foi prestado um serviço de fornecimento de informação, esclarecimentos e de encaminhamento aos potenciais e finais beneficiários e aos estudantes sobre os apoios do Programa Rumos, quer por via correio electrónico (através da sua inscrição no Site), quer por via telefone e presencial.

Os assuntos mais abordados foram: o tipo de acções que o Programa apoia; quais as entidades a contactar para a apresentação de candidaturas; como aplicar as regras de I&P.

b. Participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN

A participação na Rede concretizou-se em 2009 através das seguintes acções:

- Participação ao longo do ano nas reuniões de trabalho da Rede;
- Seminário QREN - Abril de 2009 - na preparação dos conteúdos para o cartaz sobre o Programa Rumos;
- Serviço de Clipping do QREN Vs PO's;
- Contributos para o Relatório Estratégico Nacional de 2009 - selecção de projectos de acordo com os temas propostos e preenchimento das fichas de identificação;
- Programa de Rádio na TSF "Objectivo 2013" - selecção de projectos, preparação das fichas de identificação dos projectos seleccionados, cronograma das entrevistas e divulgação.



c. Estudo do Impacto das Acções de Informação e Publicidade do PEC - 1º Balanço da Fase Qualitativa

No momento da realização deste Relatório, apenas podemos apresentar o 1º balanço da fase qualitativa do estudo.

c.1. Quanto à 'Opinião Pública em Geral', salienta-se o seguinte:

• Neste target prevalece indistintamente a convicção do papel central dos Fundos Comunitários no desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e assinala-se, actualmente, uma diminuição do seu fluxo. Contudo, tal como na pesquisa do ano passado, esta diminuição perceptiva é também assumida como uma compreensível menor visibilidade das intervenções - agora já não tão centradas em grandes obras públicas mas em acções mais intangíveis que têm como destinatários pessoas e empresas;

• A opinião geral de menor atribuição de verbas pela União Europeia parece ser ainda sustentada por uma questão conjuntural - a diminuição global de verbas financeiras a chegarem à região, independentemente da sua origem. Esta ideia está muito presente e este ano poderá ter ainda sido reforçada pela coincidência temporal do trabalho de campo com a apresentação do Orçamento de Estado e todo o debate à volta da Lei das Finanças Regionais;

• Detectou-se um aumento significativo na notoriedade do Programa Rumos, aparentemente também por mecanismos que advêm da sua implementação na sociedade civil (conhecimento por parte de terceiros - familiares, rede social, etc.);

• Este target assume a existência clara de uma visão de futuro para a Madeira e estão convictos que os Fundos

Comunitários estão a ser aplicados em áreas estratégicas;

•Sobre os materiais e acções de informação e publicidade em estudo:

- Há um menor recall dos anúncios televisivos e das acções de comunicação em geral face ao ano 2008;
- A linha de comunicação de 2009, patente nos anúncios de imprensa e publicidade exterior, é avaliada muito positivamente. Considerada como uma “evolução natural” relativamente à do ano anterior, mais do que despertar atenção/conquistar notoriedade, supriu também um défice sentido de informação através da “descodificação” dos eixos de intervenção e clarificação dos destinatários do Programa Operacional;
- Ainda, quanto ao novo registo comunicacional, outra mais-valia assinalada, e que contribui para a maior receptividade e potencial de impacto, é a “proximidade” que desperta - manifesta no reconhecimento dos locais, projectos e pessoas que ilustram os PO (inequivocamente na e da Madeira).

c.2. Relativamente aos ‘Mediáticos’ e Beneficiários, destaca-se o seguinte:

Institucionais Públicos e Privados (representam os Beneficiários do Programa):

•Nestes segmentos, mais que a convicção, existe o conhecimento fundamentado dos Fundos e Programas Operacionais que a RAM usufruiu/usufrui e dos respectivos esforços financeiros e intervenção do Governo Regional e das entidades regionais - considerada muito positiva;

•Os entrevistados, maioritariamente pertencentes à elite social e empresarial da RAM, comungam de um sentimento de urgência e de necessidade de acção imediata de aproveitamento dos Programas Operacionais em curso face ao fim assinalado do actual Quadro de Referência Estratégico Nacional. Contudo, do conhecimento que têm do tecido empresarial madeirense, defendem que a referida urgência e necessidade está mais concentrada nas empresas de maior dimensão, existindo assim um défice de conhecimento que pode conduzir a um não total aproveitamento dos Programas no âmbito do QREN;

•Sugestões apresentadas:

- Manutenção das sessões públicas de Apresentação/Esclarecimento sobre os programas em curso, porém preferencialmente de cariz sectorial - com uma especialização para determinadas áreas e sectores de actividade;
- Enfatizar o papel dos intermediários - como as Associações Empresariais / Profissionais, Gabinetes de Contabilidade e a própria Banca - capitalizando o seu maior Conhecimento, Proximidade e Confiança. Estes agentes deverão ser considerados interlocutores preferenciais e pretende-se o contínuo desenvolvimento da relação de cooperação com as entidades gestoras e promotoras dos PO, nomeadamente através da divulgação de informação actualizada em permanência (como verbas já alocadas/ainda disponíveis, prazos candidaturas, etc.) ou até de estratégias conjuntas de comunicação para melhor alcançar os destinatários e potenciais beneficiários destes PO.

Beneficiários do Eixo II (por sugestão do IGFSE aquando da acção de auditoria realizada em 2009):

•O PO Rumos surge subsidiariamente ao protagonismo do IEM. Esta primazia decorre naturalmente da sua assumpção como o actor responsável pela implementação das acções do Eixo II “Emprego e Coesão Social”.

•O elevado índice de satisfação com a execução do Programa é acompanhado de opiniões similarmente positivas relativamente aos conteúdos e processos de divulgação do mesmo: recordam e aprovam as acções de I&P a que estiveram expostos (sessões de esclarecimento, spots vídeo, anúncios e artigos de imprensa, publicidade exterior, etc.). As qualitativamente mais valorizadas foram as sessões de esclarecimento e de apresentação pública que conseguiram, a par da promoção, facultar informação considerada relevante e completa.

•Sugestões apresentadas:

- As sugestões apresentadas cumprem o desejo genérico de descomplexificação (dos conteúdos e procedimentos), de uma divulgação ainda mais ampla (nos destinatários e plataformas de comunicação) e de redução da burocracia;
- Desejam a promoção da comunicação com associações empresariais e agentes, como empresas de contabilidade, reconhecidos pelo seu papel de intermediários. Concretizam algumas propostas como a recepção maioritária de comunicações via e-mail, destaque a notícias que indiquem a delimitação de destinatários e prazos de candidaturas e a apresentação de casos de sucesso, que assumem poder ser uma alavanca de motivação;
- Manifestam igualmente interesse em continuar a receber informação, seja sobre o Rumos (nomeadamente outras

áreas de aplicação e eixos de intervenção) como de outros Programas Operacionais, Fundos e/ou iniciativas.

c.3. Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade

As Acções de Informação e Publicidade, tal como apresentadas no Quadro 62 são globalmente muito positivas e representam uma evolução face à avaliação do ano transacto.

Quadro 62 Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade

Acções/ Target	Potencial de Impacto				Relevância				Adequação ao target				Compreensão			
	OP	M	I	B	OP	M	I	B	OP	M	I	B	OP	M	I	B
Spots TV (RTP Madeira)	+	+	+	+	++	+	+	++	++	+	+	+	+	++	++	++
Publicidade Imprensa	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++	++	++
Artigos Imprensa	±	++	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++	++	++
Revista Espaço Global	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	++	++	++
Newsletters	--	++	++	++	-	++	++	++	--	++	++	++	±	++	++	++
Publicidade exterior	+	±	±	±	+	+	+	+	++	+	+	+	+	++	++	++
(Mupi's + Painéis electrónicos)																
Publicidade exterior (Autocarro)	+	±	±	±	±	-	-	-	++	-	-	-	±	+	+	+
Semana da Europa (Street Show)	++	±	±	±	++	±	±	±	++	-	-	-	+	++	++	++
Material Merchandising	+	±	±	±	±	±	±	±	+	++	++	++	±	++	++	++
Sessões Informativas	-	++	++	++	±	++	++	++	-	++	++	++	±	++	++	++
Sítio Web	±	++	++	++	++	++	++	++	-	++	++	++	+	++	++	++
Candidaturas NET		++	++	++		++	++	++		++	++	++		++	++	+
Projecto Mural Digital	+	-	-	-	++	+	+	+	+	--	--	--	++	++	++	++
Projecto Mergulhar Lá e Plantar Cá	+	-	-	-	++	+	+	+	+	--	--	--	++	++	++	++

Legenda:

Target: OP (Opinião Pública); M (Mediático); I (Institucional - Beneficiários do sector Público e Privado dos Programas RUMOS e INTERVIR+); B (apenas os Beneficiários do Programa RUMOS Eixo II).

Classificação: de elevada (+ +) a reduzida (- -).

A maior progressão foi relativa à Opinião Pública, cujas acções a que estão mais expostos sofreram alterações significativas. Neste segmento, apesar da intangibilidade e complexidade dos temas, conteúdos mais informativos das acções actuais que auxiliam à sua compreensão e apreensão, vieram contrariar a apatia com que normalmente é recebida a comunicação institucional.

Os resultados dos segmentos 'Institucional/Mediático' e 'Beneficiários', não obstante as sugestões que apresentaram, são, quanto às acções já existentes, muito satisfatórios e revelam a sua forte adequação a estes segmentos.

Os Projectos Mural Digital e Mergulhar Lá e Plantar Cá, fruto da especificidade dos seus públicos-alvo e contextos de comunicação, apresentam avaliações distintas consoante o target, que no entanto em nada afectam o seu mérito e adequação aos seus destinatários primários e preferenciais (alunos do ensino Básico, Secundário e Profissional).

Comparativamente com o estudo anterior, para o cômputo geral mais positivo os maiores contributos decorrem das mudanças ao nível da publicidade (exterior, imprensa e televisão), da revista Espaço Global e do próprio decurso do tempo, uma vez que a consolidação da notoriedade destes Programas impactou positivamente na atenção que lhes é dedicada.

Para concluir, poder-se-á destacar três aspectos importantes:

- As acções de I&P desenvolvidas em 2009 tiveram em consideração as recomendações do Estudo realizado sobre as acções do PEC desenvolvidas em 2008;
- Das acções desenvolvidas verificou-se um aumento significativo na notoriedade do Programa Rumos;
- A linha de comunicação de 2009 foi avaliada muito positivamente, mais do que despertar atenção/conquistar notoriedade, supriu também um défice sentido de informação através da "descodificação" dos eixos de intervenção e clarificação dos destinatários do Programa Rumos.

Para aceder ao Estudo na íntegra, este encontrasse acessível na Página do Programa - www.idr.gov-madeira.pt/rumos/

- no campo “Informação e Publicidade”.

Organismo Intermédio - Eixo I “Educação e Formação” - Direcção Regional de Qualificação Profissional

A Direcção Regional de Qualificação Profissional, na qualidade de Organismo Intermédio na gestão do Programa Rumos, além de ter participado em várias acções desenvolvidas pela Autoridade de Gestão, desenvolveu também um conjunto de actividades no âmbito da I&P, designadamente:

a. I. Acções Estruturantes:

- **Sítio Web**

A DRQP mantém no seu sítio na Internet - www.drqp.gov.pt informação actualizada sobre as acções e a abertura do período de apresentação de candidaturas.

- **Anúncios Publicitários**

Publicação dos Anúncios de abertura do período de apresentação de candidaturas nos jornais diários da RAM.

b. Acções Temáticas

- **Conferência de Imprensa**

Em Fevereiro de 2009, realizou-se uma Conferência de Imprensa, no auditório do Arquivo Regional, dirigida a todos os órgãos da comunicação social da Região, proferida pelo Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, Dr. Francisco Fernandes, sobre a actividade desenvolvida em 2008 no âmbito da Gestão do Eixo I “Educação e Formação” do Programa Rumos, do qual a Direcção Regional de Qualificação Profissional é Organismo Intermédio.

- **Prestação de esclarecimentos**

De acordo com as orientações do PEC, foi prestado um serviço de fornecimento de informação e de esclarecimentos aos potenciais e finais beneficiários sobre os apoios do Programa Rumos.

7. Conclusão e perspectivas futuras

Em 2009 foi possível à AG promover as condições para que o Programa entrasse por fim em "velocidade de cruzeiro".

A informação sistematizada no presente Relatório evidencia uma recuperação acentuada do desempenho financeiro do Programa, traduzida na melhoria notória dos níveis de compromisso globais e dos respectivos Eixos, na ampliação das Vertentes de Intervenção com projectos aprovados e no aumento dos ritmos de realização e despesa.

Em concreto, os indicadores de 2009 reflectem uma clara melhoria do ritmo de execução física e financeira do Programa em relação ao ano transacto. Em termos de Fundo, a taxa de compromisso passou de 35% para 58% e a taxa de execução de 4% para 23%, resultante de uma dinâmica verificada ao nível dos beneficiários e das condições propiciadas pelo Programa (o n.º de projectos aprovados verificou um incremento substancial - de 246 para 414 projectos). O ritmo imprimido alimentou de forma extremamente significativa os indicadores de realização e de resultado do Programa, na respectiva consecução dos objectivos e metas delineados.

As dinâmicas de apresentação e de aprovação de candidaturas ao longo de 2009 contribuíram para consolidar uma trajectória globalmente positiva de implementação do Programa. As taxas de realização acumuladas a 31.12.09, são relativamente elevadas para um período de vigência efectiva correspondente a dois anos, ao longo dos quais foram sinalizados problemas relevantes em matéria de realização e de certificação de despesa.

No contexto de um Programa Operacional Regional, e de uma Região Ultraperiférica, com as alterações, principalmente programáticas, que se verificaram em relação ao período de programação anterior e com as dificuldades resultantes, em parte, do actual contexto de crise, são de relevar em 2009 as trajectórias de consolidação dos projectos aprovados, nomeadamente com a chegada ao sistema de informação de dados relativos a realizações referentes à formação e outras modalidades de intervenção apoiadas, nomeadamente no âmbito do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social. Essa trajectória de consolidação contempla também um alargamento das tipologias de operações com aprovações e com execução, uma tendência que contribui para um cumprimento mais pleno da diversidade da matriz de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa Rumos.

Contribuíram para este desempenho a clarificação e operacionalização gradual do papel, funções e quadro de relação institucional e técnica do IEM, enquanto OREPP, no quadro da coordenação do Eixo II do Programa. No entanto, determinados elementos de contexto continuam, e continuarão, a condicionar a implementação do Programa, os quais se relacionam com a persistência de níveis acentuados de desemprego registado, induzindo elementos de tensão, designadamente sobre as tipologias mobilizáveis para apoio aos desempregados e com os constrangimentos orçamentais resultantes do prolongamento da crise económica e financeira, que afectam tanto entidades públicas, como associações e beneficiários privados, com implicações no ritmo de absorção das ajudas e de realização dos projectos.

Com efeito, a perspectiva de futuro próximo, no que à implementação das intervenções operacionais na RAM diz respeito, incorpora algumas condicionantes de relevo, tanto no domínio da conjuntura internacional e nacional, como na esfera regional.

Os desequilíbrios nas contas públicas de muitos Estados-Membros da União Europeia, decorrentes, em parte, das intervenções estatais dirigidas à mitigação dos efeitos da crise internacional - estímulos fiscais e reforço dos apoios sociais - e o aumento significativo da dívida soberana condicionam o investimento público, na emergência de consolidação orçamental, e o acesso ao financiamento para fazer face à contrapartida interna dos investimentos públicos apoiados pelos Fundos Comunitários, dadas as revisões em baixa das notações atribuídas à dívida soberana de vários Estados-Membros, incluindo Portugal.

A este enquadramento acresce a necessidade de consolidação orçamental e o carácter urgente da reposição do equilíbrio das contas públicas nacionais, que conduziram ao compromisso de implementação de medidas de austeridade orçamental, formalizadas nos Planos de Estabilidade e Crescimento dos vários Estados-Membros.

Para além do impacto que a presente realidade tem nos investimentos à escala regional, a RAM deparou-se com uma grave intempérie natural, que resultou na forte destruição de infra-estruturas essenciais ao normal funcionamento da actividade económica. A urgente reposição das infra-estruturas danificadas e o apoio às vítimas do temporal de 20 de Fevereiro de 2010 afiguram-se pois prioridade absoluta para o Governo Regional da Madeira, que deverá canalizar - com recurso a apoio financeiro comunitário e nacional para o efeito - todos os meios disponíveis possíveis à sua regularização.

Os níveis de desemprego recentemente atingidos, a par das perspectivas para 2010, também elas pouco animadoras neste domínio, colocam o fenómeno do desemprego na Região como incontornável no âmbito das actuais problemáticas sociais. É pois fundamental adaptar medidas que possam mitigar esta situação.

Neste sentido, a pressão que tem sido exercida no Eixo II, como também no Eixo I, por via desta situação, deverá assumir contornos ainda mais significativos em 2010.

No que concerne a projectos passíveis de virem a ser apoiados no decurso de 2010, não deverão ocorrer grandes alterações à estratégia delineada e na qual o Programa assenta. Face às situações atrás descritas e que condicionam fortemente a actual conjuntura, nomeadamente, na área social, prevê-se para 2010 uma forte pressão no sentido do incremento dos apoios veiculados pelo FSE, tal como atrás referido.

Assim, perspectiva-se que os níveis do compromisso se elevem para patamares próximos dos programados, sendo que essa situação, em termos formais, deverá ser mais visível ao nível do Eixo II.

Relativamente à execução e afinados que estão os procedimentos inerentes à certificação de despesas, é expectável um incremento da taxa de execução e da correspondente certificação, fundamental para que se gerem os fluxos financeiros que alimentam o Sistema.

Apresentamos de seguida uma síntese das actividades mais relevantes em termos operacionais a desenvolver ao nível da gestão, para 2010, com impactos positivos esperados quanto ao ritmo da execução e ao cumprimento de objectivos do Programa.

Um apontamento sobre a descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do Programa, em cumprimento das disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006), a qual será objecto da necessária actualização, quer por via da formalização da criação do OREPP, condição fundamental para o levantamento do condicionamento à sua plena implementação, quer de outros ajustamentos que a prática de implementação do Programa justifique. Perspectiva-se concluir o exercício de actualização da descrição do SGC no primeiro trimestre de 2010, com o respectivo envio às Autoridades de Certificação e Auditoria.

Importa destacar ainda o Regulamento (CE) nº 396/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio, que alterou o Regulamento (CE) nº 1081/2006, no sentido de alargar os tipos de custos, pela importância que terá no contexto da aplicação do FSE. A forma de implementação destas modalidades em Portugal encontra-se em fase de estudo e desenvolvimento, pelo que se perspectiva para 2010, em particular, a aplicação do método de valores padrão para cursos de aprendizagem e cursos profissionais.

Em matéria de Sistema de Informação, devido a um pequeno atraso na implementação das funcionalidades centrais do sistema, prevê-se, no início do primeiro semestre de 2010, concluir o módulo de Gestão das Verificações.

Depois de celebrado um contrato de assistência técnica, para se assegurar a manutenção do sistema nas valências evolutiva e correctiva, prevê-se, no decorrer de 2010, concluir a implementação dos módulos da Gestão da Tesouraria e Pagamentos ao Organismo Intermédio.

No decorrer deste ano, prevê-se igualmente que em parceria com aos restantes Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais e o IGFSE, participar no procedimento de aquisição de serviços de assistência técnica para o SIIFSE a partir de 2011.

Quadro 63 Adaptações SIIFSE/QREN 2010

Actividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Tesouraria do Gestor												
Módulo de Pagamentos OI												
Operações de manutenção preventiva e evolutiva do sistema												

No que respeita à Certificação de Despesas, espera-se que em 2010 seja cumprida a Regra “n+3”, permitindo desta forma afastar o espectro de perda líquida do Programa. Para tal, é imperioso que a execução entre em “velocidade de cruzeiro”, gerando montantes de despesa susceptíveis de serem certificados. Para tal deverá contribuir igualmente, a possibilidade de certificar despesa OREPP, após a validação da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do referido organismo, pela Comissão Europeia.

Quadro 64 Previsão de pedidos de pagamentos intermédios para 2010

Unidade: Euros

Pedidos de Pagamento a efectuar em 2010			
Eixo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	14.479.158		11.277.406
Eixo II	13.610.409	13.234.409	10.600.761
Eixo III	868.749	844.749	676.644
Total Programa	28.958.316	28.158.316	22.554.811

No que respeita ainda à função gestão, e considerando em particular que a realização de verificações no local visa promover e assegurar a eficiente gestão dos recursos públicos, regionais e comunitários, atribuídos às entidades beneficiárias e de lhes facultar as orientações e esclarecimentos necessários ao bom cumprimento das regras comunitárias, nacionais e regionais estabelecidas, gerais e específicas, as actividades a desenvolver em 2010 deverão contribuir desta forma para uma maior eficiência na gestão das operações e na prossecução do objectivo do Programa Operacional e dos seus Eixos Prioritários.

Neste sentido, a Unidade responsável (Unidade de Controlo) procederá periodicamente à selecção das operações, tendo por base os critérios descritos no manual de procedimentos, sendo a amostra da operação a verificar no local, no mínimo, 30% da despesa executada validada.

Na sequência do trabalho iniciado pela empresa “BDO & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, prevê-se que a conclusão das verificações efectuadas possam ocorrer no decurso do primeiro quadrimestre de 2010.

Paralelamente, pretende-se dar continuidade ao contrato referido, na medida em que ainda dispomos de 52 verificações no local, tendo em vista poder contribuir para uma maior eficiência na gestão das operações e na prossecução do objectivo do Programa Rumos, bem como cumprir com a orientação emanada pela Autoridade de Certificação no sentido das Autoridades de Gestão assegurarem pelo menos 10% das verificações de gestão no total da despesa incluída nos pedidos de reembolso que sustentam a despesa certificada por aquele organismo à Comissão Europeia, sendo razoável a sua repartição de 5% de verificações no local e 5% de verificações administrativas.

Igualmente será dada continuidade ao contrato com a empresa “UHY & Associados, SROC, Lda.” relativamente à supervisão dos organismos intervenientes na gestão, tendo em vista poder assegurar que os OI/OREPP desempenham eficazmente as funções que lhes foram delegadas, prevendo-se que ao longo do próximo ano sejam efectuados pelo menos dois controlos de qualidade.

Em relação à função avaliação cometida à Autoridade de Gestão, perspectiva-se para o final do primeiro semestre de 2010 a conclusão do exercício de avaliação em curso, a Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos, com a entrega do Relatório Final do Estudo.

Tendo por base o princípio da resposta obrigatória às recomendações que advenham da Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos, reforçando a sua orientação para a acção, a AG, após conclusão deste exercício, pronunciar-se-á sobre as mesmas no ano em questão, com vista à sua viabilidade e operacionalização. As recomendações que vierem a ser aceites serão objecto de procedimento de follow-up durante o ano 2010. A AG irá igualmente apresentar as conclusões à Comissão de Acompanhamento no sentido da sua análise, em especial as de carácter estratégico.

Por fim, uma nota relativa à Informação e Publicidade, pretendendo-se para 2010, em termos de acções de divulgação, informação e publicidade, dar continuidade ao Plano Estratégico de Comunicação e seguir a linha implementada em 2009, apostando cada vez mais numa linguagem mais acessível e com registos mais apelativos, através da aproximação de um modelo de escrita jornalística, e na qualidade da imagem gráfica. Irá ser feito um esforço na divulgação de casos de sucesso, dando preferência a relatos pessoais.



Anexos

Anexo I Eixos Prioritários do Programa

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Educação e Formação	Qualificação Inicial	<ul style="list-style-type: none"> > Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce > Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens > Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para os jovens 	<ul style="list-style-type: none"> > Educação Especial e Reabilitação > Cursos Profissionalizantes > Cursos de Especialização Tecnológica > Cursos de Qualificação Profissional de Jovens > Sistema de Aprendizagem > Cursos de Educação e Formação
	Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	<ul style="list-style-type: none"> > Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores > Aumento do nível de qualificação dos activos > Desenvolver a formação dirigida a empresas > Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública regional 	<ul style="list-style-type: none"> > Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos > Acções de Formação-Consultoria > Formação de Docentes e Formadores > Formação de Adultos > Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências > Formação Profissional da Administração Pública > Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
	Formação Avançada	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional > Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica da região > Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> > Bolsas para Professores / Investigadores > Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento > Cursos de Formação Avançada > Projectos de Investigação
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Transição para a Vida Activa	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar a integração profissional de jovens > Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Estágios Profissionais > Assistência e orientação para a inserção na vida activa
	Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o emprego e a empregabilidade > Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial > Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho > Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> > Apoios à Contratação > Apoios à Criação do Próprio Emprego > Prémios à auto-colocação > Iniciativas Locais de Emprego > Formação/Emprego > Clubes de Emprego > Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família > Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
	Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a coesão e o desenvolvimento social > Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> > Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas > Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência > Empresas de Inserção > Ocupação de Desempregados > Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
Eixo III Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> > Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO 	<ul style="list-style-type: none"> > Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

Anexo 2 Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.09 (valores acumulados)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
Programa Rumos										
Eixo I - Educação e Formação										
Qualificação Inicial										
	000002/2007/111	Aprendizagem 2007/2008	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000238/2008/111	Sistemas de Aprendizagem	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000986/2009/111	Sistemas de Aprendizagem	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000987/2009/111	Sistemas de Aprendizagem	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000988/2009/111	Sistemas de Aprendizagem	Público	Aprovado	PT30	73	16	Privada	505 931 672	MRS - Assessoria de Gestão, Lda.
	000011/2007/112	Acções de Formação Profissional no âmbito do CEPAM	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 280	Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira
	000016/2007/112	Curso Técnico de Banca e Seguros	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação
	000003/2007/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	000015/2007/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	504 279 017	Fundação Monsenhor Alves Brás
	000221/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000224/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	000225/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 280	Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira
	000242/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	504 279 017	Fundação Monsenhor Alves Brás
	000245/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação
	000260/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre
	000264/2008/112	Cursos Profissionalizantes	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 275 803	IPTL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.
	000921/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 381	Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco
	000929/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 934	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de S. Roque, Funchal
	000941/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	504 279 017	Fundação Monsenhor Alves Brás
	000943/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação
	000946/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 280	Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira
	000950/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000958/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre
	000959/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre
	000966/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 275 803	IPTL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.
	000967/2009/112	Ensino Profissional	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 275 803	IPTL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.
	000014/2007/112	Ensino Profissional - Ano lectivo 2007/2008	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000915/2009/112	Escolas de Turismo	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	000001/2007/113	Carpinteiro de Limpos	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 586	Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	91.475.072	89.829.334	71.915.214	17.914.120	1.645.738	37.031.558	36.307.398	29.070.005	21.516.618
	70.419.672	68.773.934	55.019.147	13.754.787	1.645.738	22.071.428	21.347.267	17.077.814	12.914.916
	34.214.007	34.080.953	27.264.762	6.816.191	133.054	13.414.705	13.356.862	10.685.490	7.849.137
	1.204.599	1.204.599	963.679	240.920	0	970.201	970.201	776.161	426.446
	617.021	617.021	493.617	123.404	0	299.285	299.285	239.428	74.042
	550.973	550.973	440.778	110.195	0	0	0	0	0
	331.271	331.271	265.017	66.254	0	18.681	18.681	14.944	15.901
	352.137	352.137	281.710	70.427	0	0	0	0	0
	299.944	299.944	239.955	59.989	0	248.103	248.103	198.482	198.482
	451.777	451.777	361.422	90.355	0	370.074	370.074	296.059	296.059
	760.209	750.309	600.247	150.062	9.900	619.037	614.137	491.310	491.310
	265.699	265.489	212.391	53.098	210	242.454	241.141	192.913	192.913
	1.975.868	1.964.594	1.571.675	392.919	11.274	1.606.225	1.594.607	1.275.686	456.369
	2.544.168	2.518.801	2.015.041	503.760	25.366	1.757.188	1.742.424	1.393.939	1.393.939
	586.877	586.877	469.502	117.375	0	435.766	435.766	348.613	165.080
	289.369	289.269	231.415	57.854	100	233.283	232.878	186.303	159.398
	314.294	314.294	251.435	62.859	0	271.214	271.214	216.971	195.640
	97.690	97.690	78.152	19.538	0	59.824	59.824	47.859	42.897
	1.165.171	1.165.171	932.137	233.034	0	166.691	166.691	133.353	224.073
	21.902	21.902	17.522	4.380	0	0	0	0	1.116
	13.465	13.465	10.772	2.693	0	0	0	0	577
	285.767	285.767	228.614	57.153	0	47.304	47.304	37.843	13.524
	161.451	161.451	129.161	32.290	0	28.277	28.277	22.622	7.425
	860.354	860.354	688.283	172.071	0	0	0	0	36.226
	1.805.585	1.792.407	1.433.925	358.481	13.178	202.215	198.235	158.588	71.696
	132.668	132.668	106.135	26.534	0	0	0	0	6.119
	133.089	133.089	106.471	26.618	0	0	0	0	6.128
	295.299	295.299	236.239	59.060	0	14.814	14.814	11.851	11.020
	1.039.409	1.039.409	831.527	207.882	0	41.400	41.400	33.120	43.655
	1.797.444	1.784.299	1.427.439	356.860	13.145	1.396.142	1.380.179	1.104.144	1.094.359
	2.140.197	2.121.829	1.697.463	424.366	18.368	0	0	0	0
	23.834	23.834	19.067	4.767	0	10.075	10.075	8.060	8.060

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário			
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação	
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
	000017/2007/113	Curso de Educação e Formação de Banca e Seguros - Tipo 5	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação	
	000007/2007/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 248	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço	
	000008/2007/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 993	Escola Básica e Secundária da Camacha	
	000009/2007/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 810	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros, Funchal	
	000220/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 000	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre, Câmara de Lobos	
	000227/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 330	Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol	
	000228/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 469	Escola Básica e Secundária da Calheta	
	000231/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 248	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço	
	000232/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 381	Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco	
	000235/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 381	Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco	
	000239/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 381	Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco	
	000247/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 110 430	Carlos Coelho Ferreira - Sociedade Unipessoal, Lda.	
	000254/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 110 430	Carlos Coelho Ferreira - Sociedade Unipessoal, Lda.	
	000257/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	680 012 664	Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Santana	
	000258/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.	
	000265/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre	
	000271/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 217	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Bartolomeu Perestrelo, Funchal	
	000273/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 934	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de S. Roque, Funchal	
	000274/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 142 170	AMBIRAM - Ambiente, Formação, Jardinação e Geraetria, Lda.	
	000222/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 713	Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente	
	000223/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 469	Escola Básica e Secundária da Calheta	
	000226/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 330	Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol	
	000230/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 810	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros, Funchal	
	000233/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 993	Escola Básica e Secundária da Camacha	
	000236/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional	
	000250/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação	
	000255/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.	
	000256/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	672 000 440	Escola Secundária de Jaime Moniz	
	000266/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 454	Escola Secundária de Francisco Franco	
	000267/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 454	Escola Secundária de Francisco Franco	
	000268/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre	

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	274.846	274.846	219.877	54.969	0	127.943	127.943	102.354	102.354
	49.352	49.352	39.482	9.870	0	23.835	23.835	19.068	19.068
	5.613	5.613	4.490	1.123	0	1.435	1.435	1.148	674
	119.926	119.926	95.941	23.985	0	43.210	43.210	34.568	14.391
	18.985	18.985	15.188	3.797	0	12.937	12.937	10.350	2.278
	19.650	19.650	15.720	3.930	0	14.040	14.040	11.232	3.300
	17.631	17.631	14.105	3.526	0	7.075	7.075	5.660	1.133
	91.010	91.010	72.808	18.202	0	48.396	48.396	38.717	15.114
	21.009	21.009	16.807	4.202	0	14.714	14.714	11.772	2.521
	2.045	2.045	1.636	409	0	518	518	415	245
	9.286	9.286	7.429	1.857	0	4.585	4.585	3.668	1.114
	73.639	73.639	58.911	14.728	0	59.122	59.122	47.298	26.794
	94.960	94.960	75.968	18.992	0	74.320	74.320	59.456	39.980
	94.482	94.482	75.586	18.896	0	77.976	77.976	62.381	11.338
	302.700	272.430	217.944	54.486	30.270	260.677	260.677	208.542	100.005
	107.105	107.105	85.684	21.421	0	99.884	99.884	79.907	49.141
	26.547	26.547	21.238	5.309	0	14.293	14.293	11.434	1.744
	82.182	82.182	65.746	16.436	0	63.079	63.079	50.463	9.702
	96.760	96.760	77.408	19.352	0	88.468	88.468	70.775	30.389
	207.743	207.743	166.194	41.549	0	18.303	18.303	14.643	14.643
	11.709	11.709	9.368	2.342	0	3.548	3.548	2.839	2.839
	19.925	19.925	15.940	3.985	0	1.596	1.596	1.277	3.276
	81.616	81.616	65.293	16.323	0	0	0	0	9.794
	7.859	7.859	6.287	1.572	0	0	0	0	525
	523.339	523.339	418.671	104.668	0	174.789	174.789	139.831	50.621
	398.694	398.694	318.955	79.739	0	264.176	264.176	211.340	193.949
	726.824	726.824	581.459	145.365	0	299.321	299.321	239.457	269.033
	250.441	250.441	200.352	50.088	0	0	0	0	29.520
	15.000	15.000	12.000	3.000	0	0	0	0	1.800
	92.012	92.012	73.610	18.402	0	2.336	2.336	1.869	11.041
	245.342	245.342	196.274	49.068	0	127.959	127.959	102.368	96.851

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000269/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 264	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António
	000275/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 142 170	AMBIRAM - Ambiente, Formação, Jardinação e Gereatρία, Lda.
	000276/2008/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 140	Escola Básica do Porto da Cruz
	000908/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 330	Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol
	000909/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 330	Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol
	000911/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 330	Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol
	000914/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 381	Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco
	000917/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 217	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Bartolomeu Perestrelo, Funchal
	000918/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 934	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de S. Roque, Funchal
	000919/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	000920/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 934	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de S. Roque, Funchal
	000924/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 248	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço
	000925/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 713	Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente
	000926/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 256	Escola Básica e Secundária do Carmo
	000927/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	680 012 664	Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, Santana
	000928/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 810	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros, Funchal
	000930/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
	000931/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 454	Escola Secundária de Francisco Franco
	000932/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 993	Escola Básica e Secundária da Camacha
	000933/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 264	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António
	000934/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 264	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António
	000935/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 000	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre, Câmara de Lobos
	000936/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação
	000940/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000945/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000947/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	17	Pública	671 000 250	Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares
	000949/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 142 170	AMBIRAM - Ambiente, Formação, Jardinação e Gereatρία, Lda.
	000951/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre
	000952/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre
	000954/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	31.487	31.487	25.190	6.297	0	2.135	2.135	1.708	5.293
	266.863	266.863	213.490	53.373	0	166.943	166.943	133.555	59.681
	35.227	35.227	28.182	7.045	0	0	0	0	4.227
	16.300	16.300	13.040	3.260	0	0	0	0	840
	25.000	25.000	20.000	5.000	0	0	0	0	1.200
	25.150	25.150	20.120	5.030	0	0	0	0	960
	57.977	57.977	46.382	11.595	0	0	0	0	0
	20.208	20.208	16.166	4.042	0	0	0	0	0
	72.615	72.615	58.092	14.523	0	0	0	0	2.905
	340.956	336.696	269.356	67.339	4.260	0	0	0	0
	12.005	12.005	9.604	2.401	0	0	0	0	480
	84.988	84.988	67.990	16.998	0	0	0	0	3.399
	122.368	122.368	97.894	24.474	0	0	0	0	9.789
	43.124	43.124	34.499	8.625	0	0	0	0	0
	60.793	60.793	48.634	12.159	0	0	0	0	2.189
	29.211	29.211	23.369	5.842	0	0	0	0	0
	303.588	303.588	242.870	60.718	0	0	0	0	10.918
	36.684	36.684	29.347	7.337	0	0	0	0	1.587
	59.172	59.172	47.338	11.834	0	0	0	0	2.705
	37.953	37.953	30.362	7.591	0	0	0	0	1.660
	11.957	11.957	9.566	2.391	0	0	0	0	630
	31.997	31.997	25.598	6.399	0	0	0	0	0
	343.810	343.810	275.048	68.762	0	43.520	43.520	34.816	13.956
	282.576	282.576	226.061	56.515	0	36.974	36.974	29.579	11.568
	349.126	349.126	279.301	69.825	0	0	0	0	0
	39.282	39.282	31.426	7.856	0	0	0	0	1.723
	261.039	261.039	208.831	52.208	0	6.899	6.899	5.520	8.832
	135.546	135.546	108.437	27.109	0	0	0	0	6.217
	227.045	227.045	181.636	45.409	0	0	0	0	10.031
	142.273	142.273	113.818	28.455	0	0	0	0	6.001

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário			
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação	
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	000956/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 010 362	APEL - Associação Promotora do Ensino Livre	
	000963/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	672 000 440	Escola Secundária de Jaime Moniz	
	000964/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 442	Escola Básica dos 1º 2º e 3º Ciclos com Pre Escolar Francisco Manuel Santana Barreto, Fajã Da Ovelha	
	000965/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 275 803	IPTL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.	
	000968/2009/113	Cursos de Educação e Formação	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 214 758	Espaço Diálogo - Projectos de Formação, S.A.	
	000005/2007/113	Educação e Formação 2007/2008	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional	
	000010/2007/113	Empregado de Mesa - nível II	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 001 469	Escola Básica e Secundária da Calheta	
	000006/2007/113	Empregado de Mesa e Bar	Público	Concluído	PT30	73	18	Pública	671 000 217	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Bartolomeu Perestrelo, Funchal	
	000262/2008/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Concluído	PT30	73	18	Privada	511 021 739	CENIL - Centro de Línguas, Lda.	
	000004/2007/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	
	000252/2008/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação	
	000910/2009/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 021 739	CENIL - Centro de Línguas, Lda.	
	000916/2009/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	
	000942/2009/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	504 826 328	INETESE - Associação para o Ensino e Formação	
	000962/2009/114	Cursos de Especialização Tecnológica	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	680 041 982	Universidade da Madeira	
	000054/2007/116	Educação Especial e Reabilitação	Público	Concluído	PT30	71	18	Pública	671 000 543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	
	000055/2008/116	Educação Especial e Reabilitação	Público	Concluído	PT30	71	18	Pública	671 000 543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	
	000567/2009/116	Educação Especial e Reabilitação	Público	Aprovado	PT30	71	18	Pública	671 000 543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	
	000086/2008/121	Ações de Formação - Consultadoria	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira	
	000144/2008/121	Ações de Formação - Consultadoria	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 047 630	ATMARAM - Associação de Transportes de Mercadorias em Aluguer da Região Autónoma da Madeira	
	000730/2009/121	Cursos de Qualif e Reconv./Aperfeiçoamento e Espec. de Activos	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.	
	000736/2009/121	Cursos de Qualif e Reconv./Aperfeiçoamento e Espec. de Activos	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.	
	000023/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	19	Privada	502 744 910	Fundação de Assistência Medica Internacional	
	000025/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	16	Privada	501 718 656	ETE - Sociedade Gestora Participações Sociais, S.A.	
	000048/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	3	Privada	511 001 720	Empresa de Cervejas da Madeira, Lda.	
	000049/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.	

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	130.553	130.553	104.442	26.111	0	0	0	0	5.519
	412.237	412.237	329.789	82.447	0	0	0	0	11.215
	74.780	74.780	59.824	14.956	0	0	0	0	0
	219.549	219.549	175.639	43.910	0	8.956	8.956	7.165	9.533
	135.570	135.570	108.456	27.114	0	0	0	0	0
	571.533	571.533	457.226	114.307	0	478.309	478.309	382.647	126.181
	12.029	12.029	9.623	2.406	0	3.548	3.548	2.839	1.443
	9.432	9.432	7.546	1.887	0	3.827	3.827	3.061	1.132
	392.146	391.421	313.137	78.284	725	297.330	295.805	236.644	188.744
	366.894	364.922	291.937	72.984	1.972	221.549	218.967	175.174	43.797
	320.355	320.355	256.284	64.071	0	129.496	129.496	103.597	85.493
	538.905	538.905	431.124	107.781	0	98.631	97.836	78.269	30.237
	522.014	517.729	414.184	103.546	4.285	0	0	0	0
	546.022	546.022	436.818	109.204	0	49.253	49.253	39.402	17.238
	446.877	446.877	357.502	89.375	0	0	0	0	0
	483.100	483.100	386.480	96.620	0	445.270	445.270	356.216	356.216
	483.050	483.050	386.440	96.610	0	455.279	455.279	364.223	57.966
	436.880	436.880	349.504	87.376	0	0	0	0	0
	30.875.484	29.396.867	23.517.493	5.879.373	1.478.617	6.849.474	6.193.560	4.954.848	3.945.140
	17.745	15.970	12.776	3.194	1.774	15.267	13.569	10.855	10.855
	14.359	12.923	10.338	2.585	1.436	1.548	428	343	1.551
	39.794	35.815	28.652	7.163	3.979	17.607	13.907	11.125	4.075
	43.408	39.067	31.254	7.813	4.341	21.676	19.001	15.201	4.176
	13.001	13.001	10.401	2.600	0	10.149	10.149	8.120	8.120
	20.997	6.369	5.095	1.274	14.629	13.178	3.725	2.980	2.980
	296.907	143.082	114.465	28.616	153.826	254.594	130.555	104.444	104.444
	48.493	43.644	34.915	8.729	4.849	43.499	38.309	30.648	30.648

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000050/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.
	000051/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.
	000061/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	11	Privada	511 013 094	Gustavo & Andreia 2 - Agência de Viagens e Turismo, Lda.
	000064/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 068 697	ACIPS - Associação Comercial e Industrial de Porto Santo
	000065/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 068 697	ACIPS - Associação Comercial e Industrial de Porto Santo
	000066/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 068 697	ACIPS - Associação Comercial e Industrial de Porto Santo
	000109/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 008 872	M. & J. Pestana - Sociedade de Turismo da Madeira, S.A.
	000111/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 159 951	Madeira Rural - Associação de Turismo em Espaço Rural da RAM
	000114/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000118/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 012 551	Lucullumar - Sociedade Hoteleira e Turismo S.A.
	000120/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 007 817	Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
	000123/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000125/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
	000127/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 159 951	Madeira Rural - Associação de Turismo em Espaço Rural da RAM
	000140/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 014 988	Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da RAM
	000156/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 158 190	AATALRAM - Associação de Armadores de Tráfego e Auxiliares Locais da RAM
	000160/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 000 421	Lignum - Investimentos Turísticos Madeira, SARL
	000166/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	11	Privada	511 026 340	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.
	000168/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	13	Privada	511 032 463	Jorge Sá, S.A.
	000169/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 161 883	Raga Hotel, S.A.

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	18.760	16.730	13.384	3.346	2.030	18.760	16.670	13.336	13.336
	4.277	3.849	3.079	770	428	3.146	2.646	2.117	2.117
	119.839	51.000	40.800	10.200	68.839	132.973	48.959	39.167	39.167
	53.460	53.460	42.768	10.692	0	43.084	43.084	34.467	34.467
	33.580	33.580	26.864	6.716	0	28.368	28.368	22.694	22.694
	29.263	29.263	23.410	5.853	0	26.240	26.240	20.992	20.992
	119.848	68.238	54.591	13.648	51.609	73.129	43.878	35.102	15.462
	18.500	18.500	14.800	3.700	0	7.787	7.787	6.230	6.230
	20.002	18.002	14.401	3.600	2.000	14.606	9.206	7.365	2.160
	13.730	5.987	4.790	1.197	7.743	9.938	6.399	5.119	5.119
	13.437	6.960	5.568	1.392	6.477	10.718	5.878	4.702	539
	22.483	22.483	17.986	4.497	0	22.085	5.585	4.468	3.291
	18.735	16.861	13.489	3.372	1.873	16.333	14.558	11.646	1.813
	9.333	9.333	7.466	1.867	0	7.365	7.365	5.892	5.892
	157.691	157.691	126.152	31.538	0	48.761	48.761	39.009	39.009
	37.853	34.067	27.254	6.813	3.785	17.458	15.378	12.303	4.117
	158.113	110.151	88.120	22.030	47.962	153.972	110.092	88.074	14.278
	115.981	40.593	32.475	8.119	75.388	75.392	17.204	13.763	13.763
	54.503	31.073	24.858	6.215	23.430	47.263	28.358	22.686	9.589
	6.689	4.589	3.671	918	2.100	6.627	2.894	2.316	1.689

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000174/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.
	000176/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.
	000182/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	980 151 341	Island Hotel (Madeira Limites) - Representação Permanente
	000184/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 030 711	Hipólito Franco & António Nobrega, SA
	000185/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	19	Privada	500 989 001	Instituto das Irmãs Hospitalerais do Sagrado Coração de Jesus
	000189/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	5	Privada	511 010 435	EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.
	000194/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 015 356	ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio e Industria da Madeira
	000196/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 015 356	ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio e Industria da Madeira
	000199/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	511 043 686	AIEM - Associação de Jovens Empresários Madeirenses
	000205/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 041 942	Quinta do Furão - Sociedade Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda.
	000212/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000215/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	16	Privada	511 120 729	Porto Bay - SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)
	000651/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	11	Privada	511 224 826	Opertrans - Transporte de Contentores, Lda.
	000652/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	14	Privada	511 261 322	Quinta do Lorde - Restauração, Lda.
	000043/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 028 628	AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo
	000103/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 699	ASSICOM - Associação da Industria, Construção da RAM
	000107/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 212 330	União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira
	000108/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 015 364	SITAM - Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comercio e Serviços da Região Autónoma da Madeira
	000126/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 699	ASSICOM - Associação da Industria, Construção da RAM
	000128/2008/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 699	ASSICOM - Associação da Industria, Construção da RAM

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	11.202	10.082	8.066	2.016	1.120	11.202	9.942	7.954	7.954
	5.895	5.305	4.244	1.061	589	5.156	4.641	3.712	3.712
	30.587	13.989	11.191	2.798	16.598	26.301	13.464	10.771	2.799
	32.317	17.597	14.078	3.519	14.720	23.920	11.960	9.568	7.410
	3.556	3.556	2.845	711	0	3.312	3.312	2.650	2.650
	20.862	4.024	3.219	805	16.837	19.039	5.477	4.382	483
	90.602	80.698	64.558	16.140	9.904	75.481	65.418	52.334	11.564
	9.981	8.935	7.148	1.787	1.046	7.909	6.284	5.027	5.027
	27.646	27.646	22.117	5.529	0	23.051	23.051	18.441	18.441
	15.812	11.340	9.072	2.268	4.472	17.826	10.499	8.399	2.210
	20.884	18.796	15.036	3.759	2.088	19.830	17.480	13.984	12.781
	40.963	19.224	15.379	3.845	21.739	33.299	17.589	14.071	14.071
	15.109	6.799	5.439	1.360	8.310	11.976	5.389	4.311	816
	34.777	15.650	12.520	3.130	19.128	27.254	12.264	9.811	1.878
	116.877	105.189	84.152	21.038	11.688	38.661	34.795	27.836	10.899
	147.584	147.584	118.068	29.517	0	15.987	15.987	12.789	17.710
	131.232	131.232	104.986	26.246	0	66.410	66.410	53.128	23.007
	180.020	180.020	144.016	36.004	0	96.407	96.407	77.126	36.391
	119.160	119.160	95.328	23.832	0	28.744	28.744	22.995	14.299
	57.672	57.672	46.138	11.534	0	7.290	7.290	5.832	6.921

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000129/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 699	ASSICOM - Associação da Indústria, Construção da RAM
	000155/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 275 803	IPTL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.
	000161/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 269 420	Carlos Saraiva - Madeira - Exploração Turística, S.A.
	000163/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	501 697 276	Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A.
	000164/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	501 697 276	Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A.
	000172/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 013 248	J. Cardoso, Lda.
	000191/2008/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	5	Privada	511 010 435	EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.
	000646/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 068 697	ACIPS - Associação Comercial e Industrial de Porto Santo
	000653/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	13	Privada	511 008 074	Brendle e CIA, Lda.
	000657/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	13	Privada	511 032 463	Jorge Sá, S.A.
	000681/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	19	Privada	500 989 001	Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus
	000685/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	11	Privada	511 026 340	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.
	000687/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 028 628	AJAMPS - Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo
	000692/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 699	ASSICOM - Associação da Indústria, Construção da RAM
	000697/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	11	Privada	511 035 543	Porto Santo Line - Transportes Marítimos, Lda.
	000710/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	3	Privada	511 001 720	Empresa de Cervejas da Madeira, Lda.
	000713/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	19	Privada	500 989 001	Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus
	000714/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	504 250 221	Sete-Pés - Projectos Artístico-Culturais Lda.
	000729/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 093 772	ACIM - Associação Comercial e Industrial de Machico
	000735/2009/121	Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	500 989 575	Associação para o Planeamento da Família

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	130.419	130.419	104.335	26.084	0	9.697	9.697	7.758	15.650
	29.409	26.468	21.174	5.294	2.941	5.322	4.801	3.841	256
	28.898	18.607	14.885	3.721	10.291	9.464	6.081	4.865	730
	21.240	12.744	10.195	2.549	8.496	4.344	2.607	2.085	2.085
	14.940	5.229	4.183	1.046	9.711	9.950	3.482	2.786	1.356
	231.433	116.683	93.346	23.337	114.750	116.480	58.726	46.981	26.313
	155.701	54.495	43.596	10.899	101.205	9.668	3.832	3.066	7.024
	36.956	36.956	29.565	7.391	0	0	0	0	3.673
	16.498	13.199	10.559	2.640	3.300	429	343	274	1.383
	53.010	18.553	14.843	3.711	34.456	427	150	120	0
	8.240	8.240	6.592	1.648	0	0	0	0	198
	144.657	50.630	40.504	10.126	94.027	0	0	0	6.076
	153.787	138.145	110.516	27.629	15.643	0	0	0	0
	35.871	35.871	28.696	7.174	0	0	0	0	2.686
	43.558	19.601	15.681	3.920	23.957	19.013	8.556	6.845	1.187
	47.241	21.131	16.905	4.226	26.110	0	0	0	2.454
	13.669	13.669	10.935	2.734	0	0	0	0	1.640
	35.499	31.949	25.559	6.390	3.550	3.635	3.271	2.617	3.834
	61.533	61.533	49.226	12.307	0	0	0	0	0
	27.554	27.554	22.043	5.511	0	0	0	0	3.306

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000740/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	506 294 285	Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo
	000753/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	501 718 656	ETE - Sociedade Gestora Participações Sociais, S.A.
	000754/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	13	Privada	511 016 263	Auto Zarco - Comércio de Automóveis, Lda.
	000755/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 043 686	AJEM - Associação de Jovens Empresários Madeirenses
	000757/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	3	Privada	511 003 501	SOCIPAMO - Sociedade de Padarias do Monte, S.A.
	000760/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	13	Privada	511 004 214	Madeira Impex Electro Mecânica, Lda.
	000761/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	13	Privada	511 023 715	Polícopia - Comércio de Equipamentos de Escritório, Lda.
	000762/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	511 113 110	Servbrava - Gestão de Condomínios, Lda.
	000769/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	11	Privada	511 013 094	Gustavo & Andreia 2 - Agência de Viagens e Turismo, Lda.
	000770/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 060 467	Turifonte - Empreendimentos Hoteleiros, S.A.
	000771/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 088 485	Bafinhos - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A.
	000775/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 100 531	Marcos Marques Rosa, Lda.
	000788/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 269 420	Carlos Saraiva - Madeira - Exploração Turística, S.A.
	000790/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 161 883	Raga Hotel, S.A.
	000791/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	501 697 276	Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A.
	000800/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	511 120 729	Porto Bay - SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)
	000801/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	10	Privada	511 283 733	Eutelsat Madeira, Unipessoal Lda. (Zona Franca da Madeira)
	000803/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	19	Privada	511 271 549	MMC - Madeira Medical Center, S.A.
	000813/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 264 879	QI Forma - Formação Profissional, Lda.
	000814/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 014 988	Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da RAM

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	51.933	51.933	41.546	10.387	0	0	0	0	0
	30.169	11.054	8.843	2.211	19.115	0	0	0	1.327
	28.030	22.396	17.917	4.479	5.634	0	0	0	2.688
	65.240	65.240	52.192	13.048	0	15.217	15.217	12.174	0
	16.607	13.282	10.626	2.656	3.325	0	0	0	0
	23.728	18.982	15.186	3.796	4.746	0	0	0	2.278
	13.805	11.044	8.835	2.209	2.761	0	0	0	1.325
	23.362	18.689	14.952	3.738	4.672	0	0	0	2.243
	71.314	36.196	28.957	7.239	35.118	10.744	5.581	4.465	0
	214.520	120.007	96.005	24.001	94.514	13.260	7.418	5.934	12.563
	38.874	22.862	18.290	4.572	16.011	0	0	0	1.880
	58.497	34.405	27.524	6.881	24.093	8.038	4.727	3.782	3.718
	25.344	14.688	11.750	2.938	10.656	0	0	0	1.312
	31.442	17.402	13.922	3.480	14.040	2.763	1.553	1.242	355
	32.906	19.418	15.534	3.884	13.488	6.749	3.871	3.097	1.982
	43.200	22.248	17.798	4.450	20.952	13.290	6.844	5.475	2.189
	251.085	200.868	160.694	40.174	50.217	33.127	26.502	21.201	24.104
	15.576	12.461	9.969	2.492	3.115	0	0	0	1.495
	9.140	7.571	6.057	1.514	1.569	0	0	0	909
	71.976	71.976	57.581	14.395	0	0	0	0	2.957

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
	000816/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 015 356	ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio e Industria da Madeira
	000819/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	980 151 341	Island Hotel (Madeira Limites) - Representação Permanente
	000822/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	980 151 341	Island Hotel (Madeira Limites) - Representação Permanente
	000826/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	14	Privada	511 041 942	Quinta do Furão - Sociedade Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda.
	000833/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 015 364	SITAM - Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comercio e Serviços da Região Autónoma da Madeira
	000837/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 212 330	União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira
	000853/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000871/2009/121	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Aprovado	PT30	62	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000099/2008/121	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	62	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000159/2008/122	Cursos de Qualificação / Reconversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	671 001 329	Vice - Presidência do Governo Regional
	000024/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	500 912 742	STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
	000033/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	509 079 911	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (SRPCBM)
	000045/2007/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	671 001 329	Vice - Presidência do Governo Regional
	000056/2007/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	18	Pública	671 000 543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação
	000072/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	20	Pública	511 063 938	Parque Natural da Madeira
	000082/2007/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	511 284 349	Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM
	000089/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	511 228 848	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.
	000093/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	502 889 926	Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino
	000143/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	502 551 720	ASPP/PSPP - Associação Sindical dos Profissionais da Policia
	000145/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	20	Privada	502 551 720	ASPP/PSPP - Associação Sindical dos Profissionais da Policia
	000177/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	671 001 329	Vice - Presidência do Governo Regional
	000178/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	671 001 299	SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais
	000881/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Concluído	PT30	62	17	Pública	671 001 310	SRPF - Secretaria Regional do Plano e Finanças
	000034/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	600 006 662	Policia de Segurança Pública
	000149/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	502 448 750	Sindicato dos Funcionários Judiciais
	000152/2008/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	501 374 680	Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notário

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	33.226	33.226	26.581	6.645	0	0	0	0	3.987
	20.707	11.857	9.486	2.371	8.849	0	0	0	1.423
	3.809	3.180	2.544	636	629	0	0	0	0
	13.425	8.010	6.408	1.602	5.415	0	0	0	0
	192.203	192.203	153.763	38.441	0	1.500	1.500	1.200	18.667
	126.886	126.886	101.509	25.377	0	0	0	0	15.226
	16.269	12.428	9.942	2.486	3.841	0	0	0	0
	37.574	18.217	14.573	3.643	19.358	0	0	0	0
	3.240	2.916	2.333	583	324	2.745	2.259	1.807	1.807
	142.015	142.015	113.612	28.403	0	142.015	142.015	113.612	113.612
	103.458	103.458	82.767	20.692	0	82.269	82.269	65.815	65.815
	9.300	9.300	7.440	1.860	0	5.599	5.599	4.479	4.479
	160.150	160.150	128.120	32.030	0	153.506	153.506	122.805	122.805
	42.186	42.186	33.749	8.437	0	33.600	33.600	26.880	6.958
	6.432	6.432	5.145	1.286	0	4.735	4.735	3.788	3.788
	124.337	124.337	99.469	24.867	0	111.535	111.535	89.228	89.228
	18.909	18.909	15.127	3.782	0	16.150	16.150	12.920	12.920
	9.241	9.241	7.392	1.848	0	4.707	4.707	3.766	1.109
	58.520	58.520	46.816	11.704	0	44.907	44.907	35.925	8.181
	4.380	4.380	3.504	876	0	3.352	3.352	2.682	2.682
	73.928	73.928	59.142	14.786	0	73.928	73.928	59.142	38.442
	23.574	23.574	18.859	4.715	0	0	0	0	2.829
	6.897	6.897	5.518	1.379	0	3.041	3.041	2.433	828
	155.637	155.637	124.510	31.127	0	28.639	28.639	22.912	22.912
	218.704	218.704	174.963	43.741	0	33.686	33.686	26.949	44.935
	368.536	368.536	294.829	73.707	0	177.183	177.183	141.747	80.825

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
	000872/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Pública	511 063 938	Parque Natural da Madeira
	000874/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	511 223 129	Espaço e Desenvolvimento Madeira - Estudos e Projectos, Lda.
	000875/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	511 284 349	Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM
	000877/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	13	Privada	511 254 725	Gest Líder II - Contabilidade, Informática e Gestão, Lda.
	000882/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	509 079 911	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (SRPCBM)
	000883/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	501 374 680	Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notário
	000884/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	671 001 329	Vice - Presidência do Governo Regional
	000886/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	500 912 742	STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
	000887/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	500 912 742	STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
	000888/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	511 217 315	Município do Funchal
	000893/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 027 303	AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira
	000894/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	502 551 720	ASPP/PSP - Associação Sindical dos Profissionais da Polícia
	000896/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	511 228 848	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.
	000898/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	509 079 911	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira (SRPCBM)
	000899/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	17	Pública	511 244 681	Município de Santa Cruz
	000900/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	504 250 221	Sete-Pés - Projectos Artístico-Culturais Lda.
	000901/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	505 299 402	Future Trends - Pesquisa e Desenvolvimento Organizacional, Lda.
	000902/2009/122	Formação Profissional da Administração Pública	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	502 216 336	Índice Consultores, Lda.
	000282/2008/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 494	ACS - Associação do Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira
	000283/2008/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 068 697	ACIPS - Associação Comercial e Industrial de Porto Santo
	000284/2008/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 010 699	ASSICOM - Associação da Indústria, Construção da RAM
	000323/2009/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 015 356	ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio e Industria da Madeira
	000324/2009/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 015 356	ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio e Industria da Madeira
	000384/2009/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	16	Privada	511 060 602	ECAM - Empresa de Consultoria e Assessoria Empresarial da Madeira, Lda.
	000400/2009/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000401/2009/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000402/2009/123	Ações de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 043 686	AJEM - Associação de Jovens Empresários Madeirenses

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	21
	14.140	14.140	11.312	2.828	0	0	0	0	1.697
	20.934	20.934	16.747	4.187	0	0	0	0	2.512
	72.921	72.921	58.337	14.584	0	0	0	0	8.751
	18.734	18.734	14.987	3.747	0	6.038	6.038	4.831	1.124
	10.808	10.808	8.646	2.162	0	0	0	0	0
	79.269	79.269	63.415	15.854	0	2.706	2.706	2.165	2.237
	152.841	152.841	122.273	30.568	0	0	0	0	15.399
	157.559	157.559	126.047	31.512	0	0	0	0	18.907
	21.641	21.641	17.313	4.328	0	0	0	0	0
	67.690	67.690	54.152	13.538	0	0	0	0	8.123
	5.589	5.589	4.471	1.118	0	0	0	0	671
	65.921	65.921	52.737	13.184	0	0	0	0	6.249
	101.421	101.421	81.137	20.284	0	0	0	0	12.171
	23.684	23.684	18.947	4.737	0	0	0	0	0
	35.589	35.589	28.471	7.118	0	0	0	0	0
	30.086	30.086	24.069	6.017	0	13.935	13.935	11.148	3.621
	12.156	12.156	9.725	2.431	0	0	0	0	0
	111.184	111.184	88.948	22.237	0	516	516	413	5.337
	575.713	575.713	460.570	115.143	0	66.968	66.968	53.575	42.091
	379.735	379.735	303.788	75.947	0	24.905	24.905	19.924	44.861
	565.656	565.656	452.525	113.131	0	68.788	68.788	55.030	81.228
	806.241	806.241	644.993	161.248	0	0	0	0	0
	2.329.980	2.329.980	1.863.984	465.996	0	0	0	0	0
	83.053	52.633	42.107	10.527	30.420	27.648	17.521	14.017	5.931
	110.895	99.805	79.844	19.961	11.089	0	0	0	0
	95.286	85.757	68.606	17.151	9.529	0	0	0	10.291
	88.333	88.333	70.667	17.667	0	0	0	0	0

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000403/2009/123	Acções de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000419/2009/123	Acções de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 214 847	Conselho Empresarial da Madeira Associação
	000436/2009/123	Acções de Formação - Consultoria	Público	Aprovado	PT30	62	20	Privada	511 015 356	ACIF - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comercio e Industria da Madeira
	000088/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000146/2008/124	Formação de Docentes	Público	Concluído	PT30	72	17	Pública	671 000 497	SREC - Secretaria Regional de Educação e Cultura
	000081/2007/124	Formação de Docentes	Público	Aprovado	PT30	72	17	Pública	671 000 497	SREC - Secretaria Regional de Educação e Cultura
	000035/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000037/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 054 432	Lusitanaforma - Formação e Consultoria, Lda.
	000038/2007/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	511 015 925	Sindicato dos Professores da Madeira
	000042/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 264 879	QI Forma - Formação Profissional, Lda.
	000057/2007/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Pública	671 000 543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação
	000062/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000080/2007/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	511 039 840	Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
	000096/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000105/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 214 758	Espaço Diálogo - Projectos de Formação, S.A.
	000181/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	506 659 305	SIPE - Sindicato Independente de Professores e Educadores
	000198/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	511 043 686	AJEM - Associação de Jovens Empresários Madeirenses
	000216/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000217/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 142 170	AMBIRAM - Ambiente, Formação, Jardinagem e Geraeatria, Lda.
	000218/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000580/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	13	Privada	511 071 876	Insularmática - Produtos e Serviços de Informática, Lda.
	000765/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Concluído	PT30	72	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000090/2008/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	507 632 907	Consulnear - Consultadoria de Negócios, Lda.
	000572/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	20	Privada	511 015 925	Sindicato dos Professores da Madeira
	000573/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000575/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	20	Privada	506 659 305	SIPE - Sindicato Independente de Professores e Educadores
	000581/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	13	Privada	511 071 876	Insularmática - Produtos e Serviços de Informática, Lda.
	000583/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	32.004	28.804	23.043	5.761	3.200	0	0	0	0
	313.345	313.345	250.676	62.669	0	0	0	0	37.601
	1.184.563	1.184.561	947.649	236.912	2	0	0	0	0
	33.092	33.092	26.474	6.618	0	29.084	29.084	23.267	23.267
	25.187	25.187	20.149	5.037	0	24.143	24.143	19.314	5.655
	41.302	41.302	33.042	8.260	0	27.336	27.336	21.869	9.020
	12.420	12.420	9.936	2.484	0	11.092	11.092	8.874	8.874
	77.770	77.770	62.216	15.554	0	72.082	72.082	57.665	33.504
	196.382	196.382	157.105	39.276	0	83.245	83.245	66.596	63.060
	5.700	2.564	2.051	513	3.137	1.058	358	286	653
	74.049	74.049	59.240	14.810	0	51.348	51.348	41.079	24.418
	43.211	43.211	34.569	8.642	0	38.049	38.049	30.439	30.439
	123.690	123.690	98.952	24.738	0	107.163	107.163	85.731	85.731
	3.110	3.110	2.488	622	0	2.414	2.414	1.931	1.931
	72.413	72.413	57.930	14.483	0	52.616	52.616	42.093	10.160
	64.613	64.613	51.690	12.923	0	54.174	54.174	43.339	15.672
	10.595	10.595	8.476	2.119	0	3.191	3.191	2.553	2.553
	16.045	16.045	12.836	3.209	0	14.776	14.776	11.821	6.856
	8.611	8.611	6.889	1.722	0	6.905	6.905	5.524	5.524
	23.754	23.754	19.003	4.751	0	18.622	18.622	14.898	4.800
	33.149	33.149	26.519	6.630	0	23.294	23.294	18.635	3.978
	6.353	6.353	5.083	1.271	0	5.185	5.185	4.148	762
	85.280	85.280	68.224	17.056	0	14.607	14.607	11.685	10.234
	127.638	127.638	102.111	25.528	0	64.900	64.900	51.920	15.317
	16.884	16.884	13.507	3.377	0	2.274	2.274	1.819	2.534
	59.790	59.790	47.832	11.958	0	9.626	9.626	7.701	7.175
	49.048	49.048	39.239	9.810	0	1.739	1.739	1.391	5.886
	61.729	61.729	49.383	12.346	0	0	0	0	0

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
	000584/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	17	Pública	671 000 497	SREC - Secretaria Regional de Educação e Cultura
	000585/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	17	Pública	671 000 497	SREC - Secretaria Regional de Educação e Cultura
	000597/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	20	Privada	511 039 840	Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
	000656/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000721/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.
	000815/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	502 513 985	Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, Cooperação e Formação Bento de Jesus Caraça
	000821/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000824/2009/124	Formação de Docentes e Formadores	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	507 632 907	Consulnear - Consultadoria de Negócios, Lda.
	000060/2008/124	Formação de Formadores	Público	Concluído	PT30	72	20	Privada	502 263 342	Fundação da Juventude
	000279/2008/125	Educação e Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000310/2009/125	Educação e Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	73	20	Privada	502 263 342	Fundação da Juventude
	000349/2008/125	Educação e Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000377/2008/125	Educação e Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	73	16	Privada	505 931 672	MRS - Assessoria de Gestão, Lda.
	000411/2009/125	Educação e Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 713	Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente
	000423/2009/125	Educação e Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 275 803	IPITL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.
	000923/2009/125	Educação e formação de adultos	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 248	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço
	000937/2009/125	Educação e formação de adultos	Público	Aprovado	PT30	73	17	Pública	511 209 991	Freguesia de São Gonçalo
	000938/2009/125	Educação e formação de adultos	Público	Aprovado	PT30	73	17	Pública	511 214 782	Freguesia do Imaculado Coração de Maria
	000939/2009/125	Educação e formação de adultos	Público	Aprovado	PT30	73	17	Pública	511 225 300	Freguesia de S. Martinho
	000944/2009/125	Educação e formação de adultos	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000948/2009/125	Educação e formação de adultos	Público	Aprovado	PT30	73	17	Pública	671 000 250	Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares
	000019/2007/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000026/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	20	Privada	511 078 234	Centro Social e Paroquial de Santa Cecília
	000027/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000028/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000036/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 054 432	Lusitanaforma - Formação e Consultoria, Lda.
	000039/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000040/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000041/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 264 879	QI Forma - Formação Profissional, Lda.
	000047/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 054 432	Lusitanaforma - Formação e Consultoria, Lda.
	000052/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 034 660	SULOG - Suportes Lógicos, Lda.
	000058/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	13	Privada	511 254 725	Gest Líder II - Contabilidade, Informática e Gestão, Lda.
	000070/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 021 739	CENIL - Centro de Línguas, Lda.

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	36.894	36.894	29.515	7.379	0	0	0	0	4.427
	109.355	109.355	87.484	21.871	0	0	0	0	13.123
	125.044	125.044	100.036	25.009	0	72.820	72.820	58.256	15.005
	17.298	17.298	13.838	3.460	0	3.432	3.432	2.745	2.076
	23.127	23.127	18.502	4.625	0	14.087	14.087	11.269	2.775
	151.503	151.503	121.202	30.301	0	13.014	13.014	10.411	12.025
	23.014	23.014	18.411	4.603	0	0	0	0	2.709
	19.028	19.028	15.222	3.806	0	0	0	0	2.283
	17.380	17.380	13.904	3.476	0	11.426	11.426	9.141	2.126
	654.790	654.790	523.832	130.958	0	153.292	153.292	122.633	15.349
	255.099	255.099	204.079	51.020	0	92.993	92.993	74.394	58.701
	608.379	608.379	486.704	121.676	0	104.246	104.246	83.396	38.558
	666.711	666.711	533.369	133.342	0	227.127	227.127	181.701	161.790
	180.647	180.647	144.518	36.129	0	0	0	0	0
	127.852	127.852	102.281	25.570	0	19.587	19.587	15.669	15.059
	96.686	96.686	77.349	19.337	0	0	0	0	1.934
	280.544	280.544	224.436	56.109	0	0	0	0	6.748
	254.164	254.164	203.331	50.833	0	0	0	0	6.114
	280.364	280.364	224.292	56.073	0	0	0	0	6.744
	260.554	260.554	208.443	52.111	0	0	0	0	0
	320.970	320.970	256.776	64.194	0	0	0	0	4.496
	28.990	28.990	23.192	5.798	0	25.221	25.221	20.177	20.177
	140.844	140.844	112.675	28.169	0	98.683	98.683	78.947	26.076
	22.750	22.750	18.200	4.550	0	17.742	17.742	14.194	14.194
	44.180	44.180	35.344	8.836	0	35.894	35.894	28.715	28.715
	84.420	84.420	67.536	16.884	0	73.233	73.233	58.586	24.516
	19.036	19.036	15.229	3.807	0	15.642	15.642	12.514	12.514
	48.198	48.198	38.558	9.640	0	44.604	44.604	35.683	35.683
	25.255	25.255	20.204	5.051	0	18.679	18.679	14.943	14.943
	208.770	208.770	167.016	41.754	0	152.983	152.983	122.387	122.387
	26.020	23.418	18.735	4.684	2.602	21.514	21.514	17.211	17.211
	42.178	42.178	33.743	8.436	0	31.702	31.702	25.362	22.065
	36.066	36.066	28.853	7.213	0	24.672	24.672	19.738	19.738

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
	000073/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000074/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	16	Privada	511 192 428	BEMFORMAR - Formação, Consultoria e Serviços, Lda.
	000076/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	19	Privada	500 989 001	Instituto das Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus
	000083/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000085/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000100/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 021 739	CENIL - Centro de Línguas, Lda.
	000131/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
	000147/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 142 170	AMBIRAM - Ambiente, Formação, Jardinagem e Geraeatria, Lda.
	000150/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 142 170	AMBIRAM - Ambiente, Formação, Jardinagem e Geraeatria, Lda.
	000179/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000203/2008/125	Formação de Adultos	Público	Concluído	PT30	71	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda.
	000077/2008/125	Formação de Adultos	Público	Aprovado	PT30	71	19	Privada	500 989 001	Instituto das Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus
	000286/2008/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000307/2009/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000386/2009/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	14	Privada	511 026 595	Madhotel Empreendimentos Turísticos S.A.
	000387/2009/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	14	Privada	511 120 443	Choupana Hills Resorts - Empreendimentos Turísticos, S.A.
	000659/2009/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000739/2009/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000811/2009/125	Formação Modular	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
	000437/2008/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	000438/2008/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	000439/2009/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000440/2008/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000441/2009/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 713	Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente
	000442/2009/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
	000998/2010/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 001 337	EPHTM - Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira
	001004/2010/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	97.665	97.665	78.132	19.533	0	77.656	77.656	62.125	46.832
	49.551	49.551	39.641	9.910	0	35.413	35.413	28.331	28.331
	64.422	64.422	51.538	12.884	0	44.908	44.908	35.927	17.596
	55.650	55.650	44.520	11.130	0	37.099	37.099	29.679	29.679
	26.244	26.244	20.995	5.249	0	23.313	23.313	18.650	18.650
	10.978	10.978	8.782	2.196	0	9.074	9.074	7.259	7.259
	54.122	54.122	43.297	10.824	0	40.382	40.382	32.305	32.305
	77.153	77.153	61.722	15.431	0	59.990	59.990	47.992	47.992
	244.084	244.084	195.267	48.817	0	193.233	193.233	154.586	154.586
	26.251	26.251	21.001	5.250	0	25.840	25.840	20.672	3.766
	140.332	140.332	112.265	28.066	0	104.352	104.352	83.481	76.247
	64.084	64.084	51.267	12.817	0	31.549	31.549	25.239	16.715
	80.311	80.311	64.249	16.062	0	5.766	5.766	4.613	5.595
	46.200	46.200	36.960	9.240	0	7.936	7.936	6.348	8.477
	90.574	90.574	72.460	18.115	0	0	0	0	4.891
	101.086	101.086	80.869	20.217	0	0	0	0	5.459
	132.627	132.627	106.102	26.525	0	13.312	13.312	10.650	27.854
	839.931	839.931	671.945	167.986	0	138.508	138.508	110.806	80.654
	823.971	823.971	659.177	164.794	0	273.417	273.417	218.733	70.737
	477.425	477.005	381.604	95.401	420	72.107	71.687	57.350	57.350
	248.806	248.206	198.565	49.641	600	24.772	24.172	19.338	4.265
	271.588	271.588	217.270	54.318	0	109.387	109.387	87.510	97.719
	410.966	410.966	328.773	82.193	0	76.970	76.970	61.576	49.316
	292.166	292.166	233.733	58.433	0	0	0	0	35.060
	397.251	397.251	317.801	79.450	0	95.857	95.857	76.686	74.818
	779.644	779.644	623.715	155.929	0	0	0	0	0
	536.326	536.326	429.061	107.265	0	0	0	0	0

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
Formação Avançada	001005/2010/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 713	Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, São Vicente
	001006/2010/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional
	001007/2010/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 050 950	CELFF - Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
	001008/2010/126	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Público	Aprovado	PT30	73	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000503/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 071 515	Escola Profissional Cristóvão Colombo
	000504/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	20	Privada	511 027 605	DTIM - Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira
	000506/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	506 430 847	Learn4U Consultoria, Lda.
	000508/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	503 821 012	Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.
	000509/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	503 157 309	SOPROFOR - Sociedade Promotora de Formação, Lda.
	000510/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	505 299 402	Future Trends - Pesquisa e Desenvolvimento Organizacional, Lda.
	000511/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação Multimédia, Lda.
	000512/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação Multimédia, Lda.
	000513/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação Multimédia, Lda.
	000514/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	18	Privada	511 256 000	Proinov - Consultoria em Gestão, Formação Multimédia, Lda.
	000516/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	506 355 080	Bee - Consulting, Lda.
	000517/2009/127	Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	Público	Aprovado	PT30	72	16	Privada	504 162 594	PROFOC - Projectos de Formação e Consultoria, Lda.
	000277/2008/131	Bolsas para Professores e Investigadores	Público	Concluído	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000020/2007/131	Bolsas para Professores e Investigadores	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000859/2009/131	Bolsas para Professores e Investigadores	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000022/2007/132	Programas de Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000492/2009/132	Programas de Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000278/2008/132	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutor. e Pós-doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000592/2010/132	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutor. e Pós-doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000860/2009/132	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutor. e Pós-doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000861/2009/132	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutor. e Pós-doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	226.590	226.590	181.272	45.318	0	0	0	0	0
	478.172	478.172	382.538	95.634	0	0	0	0	0
	897.200	897.200	717.760	179.440	0	0	0	0	0
	714.432	714.432	571.545	142.886	0	0	0	0	0
	142.000	142.000	113.600	28.400	0	20.871	20.871	16.697	6.453
	44.950	44.950	35.960	8.990	0	1.288	1.288	1.030	1.349
	33.840	33.840	27.072	6.768	0	24.520	24.520	19.616	4.061
	100.000	100.000	80.000	20.000	0	31.405	31.405	25.124	9.492
	104.926	104.926	83.941	20.985	0	47.113	47.113	37.691	25.006
	100.000	100.000	80.000	20.000	0	26.890	26.890	21.512	11.461
	79.000	79.000	63.200	15.800	0	12.279	12.279	9.823	4.740
	98.000	98.000	78.400	19.600	0	14.138	14.138	11.310	5.880
	118.500	118.500	94.800	23.700	0	16.023	16.023	12.819	7.110
	83.500	83.500	66.800	16.700	0	10.318	10.318	8.254	5.010
	38.650	38.650	30.920	7.730	0	11.814	11.814	9.451	4.638
	87.500	87.500	70.000	17.500	0	13.660	13.660	10.928	10.500
	5.330.181	5.296.115	4.236.892	1.059.223	34.066	1.807.249	1.796.846	1.437.477	1.120.638
	25.245	25.245	20.196	5.049	0	21.241	21.241	16.993	13.387
	102.289	102.289	81.832	20.458	0	71.287	71.287	57.029	46.199
	75.000	75.000	60.000	15.000	0	7.536	7.536	6.029	4.665
	2.646.332	2.646.332	2.117.065	529.266	0	1.248.269	1.248.269	998.615	654.914
	441.528	441.528	353.222	88.306	0	365.900	365.900	292.720	300.239
	616.638	616.638	493.311	123.328	0	90.290	90.290	72.232	59.744
	184.271	184.271	147.417	36.854	0	0	0	0	0
	196.582	196.582	157.265	39.316	0	0	0	0	11.760
	177.250	177.250	141.800	35.450	0	0	0	0	12.000

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário		
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12
Eixo II - Emprego e Coesão Social	000862/2009/132	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutor. e Pós-doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	001019/2010/132	Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutor. e Pós-doutoramento	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	511 060 408	CITMA - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
	000137/2008/133	Cursos de Formação Avançada	Público	Aprovado	PT30	74	18	Privada	511 275 803	IPTL - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Lda.
	000742/2009/133	Cursos de Formação Avançada	Público	Aprovado	PT30	74	16	Privada	506 294 285	Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo
	000807/2009/133	Cursos de Formação Avançada	Público	Aprovado	PT30	74	12	Privada	511 076 851	Quinta da Casa Branca - Sociedade de Empreendimentos Turísticos Lda.
	000444/2007/211	Estágios Profissionais	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000458/2008/211	Estágios Profissionais	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000620/2009/211	Estágios Profissionais	Público	Aprovado	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000622/2009/211	Estágios Profissionais	Público	Aprovado	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000470/2008/211	Estágios Profissionais - Europa	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
Transição para a Vida Activa	000611/2009/211	Estágios Profissionais - Europa	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000471/2007/211	Estágios Profissionais - Privados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000472/2008/211	Estágios Profissionais - Privados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000445/2007/221	Apoio à Contratação	AE	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000459/2008/221	Apoio à Contratação	AE	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000599/2009/221	Apoio à Contratação	AE	Aprovado	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000447/2007/222	Apoio à Criação do Próprio Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000461/2008/222	Apoio à Criação do Próprio Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000601/2009/222	Apoio à Criação do Próprio Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000446/2007/222	Criação do Próprio Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	000460/2008/222	Criação do Próprio Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000602/2009/222	Criação do Próprio Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000612/2009/223	Prémios à Auto-Colocação	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000448/2007/224	Iniciativas Locais de Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508960231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000462/2008/224	Iniciativas Locais de Emprego	AE	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000606/2009/224	Iniciativas Locais de Emprego	AE	Aprovado	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000449/2007/225	Formação / Emprego	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000463/2008/225	Formação / Emprego	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000603/2009/225	Formação / Emprego	Público	Aprovado	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
	000450/2007/226	Clubes de Emprego	Público	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
000464/2008/226	Clubes de Emprego	Público	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
000610/2009/226	Clubes de Emprego	Público	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
000451/2007/226	UNIVAS	Público	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	298.500	298.500	238.800	59.700	0	0	0	0	15.000
	469.213	469.213	375.370	93.843	0	0	0	0	0
	30.463	19.801	15.841	3.960	10.662	2.179	-8.033	-6.426	2.376
	44.754	29.090	23.272	5.818	15.664	0	0	0	0
	22.115	14.375	11.500	2.875	7.740	547	356	285	354
	20.020.466	20.020.466	16.016.372	4.004.093	0	14.478.393	14.478.393	11.582.715	8.106.628
	7.653.534	7.653.534	6.122.827	1.530.707	0	6.332.322	6.332.322	5.065.858	3.740.320
	1.429.526	1.429.526	1.143.621	285.905	0	1.429.275	1.429.275	1.143.420	1.143.420
	1.982.478	1.982.478	1.585.983	396.496	0	1.769.126	1.769.126	1.415.300	1.415.300
	682.090	682.090	545.672	136.418	0	0	0	0	0
	2.731.522	2.731.522	2.185.217	546.304	0	2.501.763	2.501.763	2.001.411	1.082.249
	28.244	28.244	22.595	5.649	0	2.824	2.824	2.260	3.389
	29.835	29.835	23.868	5.967	0	19.967	19.967	15.973	3.580
	227.098	227.098	181.678	45.420	0	227.042	227.042	181.633	27.252
	542.742	542.742	434.193	108.548	0	382.326	382.326	305.861	65.129
	5.437.059	5.437.059	4.349.647	1.087.412	0	2.470.905	2.470.905	1.976.724	1.093.087
	90.973	90.973	72.779	18.195	0	86.137	86.137	68.910	68.910
	363.286	363.286	290.629	72.657	0	183.078	183.078	146.462	43.594
	593.397	593.397	474.718	118.679	0	0	0	0	0
	7.254	7.254	5.803	1.451	0	7.254	7.254	5.803	5.803
	46.506	46.506	37.205	9.301	0	23.043	23.043	18.434	18.434
	64.292	64.292	51.434	12.858	0	20.794	20.794	16.635	24.350
	19.521	19.521	15.617	3.904	0	14.798	14.798	11.839	11.839
	63.137	63.137	50.510	12.627	0	16.771	16.771	13.417	13.417
	76.962	76.962	61.570	15.392	0	28.577	28.577	22.862	15.167
	104.285	104.285	83.428	20.857	0	22.491	22.491	17.993	12.514
	212.146	212.146	169.717	42.429	0	109.834	109.834	87.867	25.458
	402.194	402.194	321.755	80.439	0	42.941	42.941	34.353	48.263
	432.912	432.912	346.330	86.582	0	0	0	0	0
	324.154	324.154	259.323	64.831	0	324.154	324.154	259.323	259.323
	1.394.853	1.394.853	1.115.882	278.971	0	984.450	984.450	787.560	167.382
	624.333	624.333	499.466	124.867	0	0	0	0	0
	136.371	136.371	109.097	27.274	0	122.977	122.977	98.381	98.381
	123.164	123.164	98.531	24.633	0	93.792	93.792	75.034	75.034
	157.885	157.885	126.308	31.577	0	186.230	186.230	148.984	72.454
	55.253	55.253	44.202	11.051	0	68.577	68.577	54.861	54.861

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candidatura / Operação			Estado**	Localização NUT II	Código Tema Prioritário	Código Actividade Económica	Identificação do Beneficiário			
	Código	Designação	Tipo *					Tipologia***	NIF	Designação	
	1	2	3	4	5	8	9	10	11	12	
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	000465/2008/226	UNIVAS	Público	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000609/2009/226	UNIVAS	Público	Concluído	PT30	68	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000452/2007/231	Vida e Trabalho	Público	Concluído	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000466/2008/231	Vida e Trabalho	Público	Concluído	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000608/2009/231	Vida e Trabalho	Público	Aprovado	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000443/2007/232	Subsídios de compensação e prémios de integração	Público	Concluído	PT30	71	18	Pública	671000543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	
	000457/2008/232	Subsídios de compensação e prémios de integração	Público	Aprovado	PT30	71	18	Pública	671 000 543	Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	
	000453/2007/233	Empresas de Inserção	Público	Concluído	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000469/2008/233	Empresas de Inserção	Público	Concluído	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000607/2009/233	Empresas de Inserção	Público	Aprovado	PT30	71	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000455/2007/234	Programa Ocupacional de Desempregados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000468/2008/234	Programa Ocupacional de Desempregados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000605/2009/234	Programa Ocupacional de Desempregados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000454/2007/234	Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000467/2008/234	Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000604/2009/234	Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
	000613/2009/234	Programa Ocupacional para Seniores	Público	Concluído	PT30	66	17	Pública	508 960 231	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM	
Exo III - Assistência Técnica											
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica											
	000456/2007/311	Assistência Técnica	Público	Aprovado	PT30	85	17	Pública	511 280 521	Instituto de Desenvolvimento Regional	
	000576/2007/311	Assistência Técnica	Público	Aprovado	PT30	85	18	Pública	671 000 748	Direcção Regional de Qualificação Profissional	

* Público / AE

** Aprovado / Concluído

*** Privada / Pública

	Montantes Aprovados					Montantes Executados			Montante Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário
	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	CPN	Rec. Próprias + Financ. Privado	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	13=14+17	14=15+16	15	16	17	18	19	20	
	55.230	55.230	44.184	11.046	0	61.598	61.598	49.279	49.279
	88.950	88.950	71.160	17.790	0	73.409	73.409	58.727	28.623
	6.929.873	6.929.873	5.543.898	1.385.975	0	5.675.166	5.675.166	4.540.133	3.273.221
	72.243	72.243	57.794	14.449	0	72.243	72.243	57.794	57.794
	152.787	152.787	122.229	30.557	0	84.861	84.861	67.889	18.334
	200.542	200.542	160.434	40.108	0	0	0	0	0
	82.276	82.276	65.821	16.455	0	46.643	46.643	37.315	9.873
	106.447	106.447	85.158	21.289	0	0	0	0	12.774
	225.152	225.152	180.121	45.030	0	225.152	225.152	180.121	180.121
	416.014	416.014	332.811	83.203	0	414.424	414.424	331.539	49.922
	663.673	663.673	530.938	132.735	0	0	0	0	0
	731.656	731.656	585.325	146.331	0	731.656	731.656	585.325	585.325
	778.502	778.502	622.802	155.700	0	710.369	710.369	568.295	568.295
	880.061	880.061	704.049	176.012	0	978.167	978.167	782.533	386.092
	225.225	225.225	180.180	45.045	0	225.225	225.225	180.180	180.180
	1.088.918	1.088.918	871.135	217.784	0	787.101	787.101	629.681	629.681
	1.114.357	1.114.357	891.486	222.871	0	1.308.994	1.308.994	1.047.195	570.135
	192.019	192.019	153.615	38.404	0	90.331	90.331	72.265	24.694
	1.034.934	1.034.934	879.694	155.240	0	481.737	481.737	409.476	495.074
	1.034.934	1.034.934	879.694	155.240	0	481.737	481.737	409.476	495.074
	750.000	750.000	637.500	112.500	0	481.737	481.737	409.476	487.041
	284.934	284.934	242.194	42.740	0	0	0	0	8.033

Anexo 3 Acções de informação e publicidade 2009

Comunicação Social					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Jornal da Madeira	X	19.02.2009	Artigo: "Taxa de Insucesso escolar desceu em 2008"	Gratuito	15.000 exemplares/diário
	X	28.02.2009	Artigo: "Bons Rumos na formação"		
	X	04.04.2009	Artigo "Projecto de Formação/Consultadoria co-financiado pelo Fundo Social Europeu		
	X	11.05.2009	Artigo: "Governo vai formar 2.910 desempregados"		
	X	04.06.2009	Artigo: "Execução vai entrar em velocidade de cruzeiro"		
	X	17.08.2009	Artigo: "Ilha homenageou emigrante"		
	X	24.09.2009	Artigo: " Potencial humano e coesão social são prioridades"		
	X	07.10.2009	Artigo: "Juntas dão novos Rumos"		
	X	09.05.2009	1/2 página	Pago	
	X	17.07.2009			
	X	13.09.2009			
	X	01.11.2009			
Diário de Notícias	X	19.02.2009	"Rumos" formou mais de 27 mil	Gratuito	15.050 exemplares / diário
	X	25.08.2009	Artigo: " Madeira ainda só aproveitou 2% do dinheiro da Europa		
	X	27.08.2009	Artigo: " Formação de Formadores em <i>b-learning</i> "		
	X	16.09.2009	Artigo: "42 escolas da Região com "Murais Digitais"		
	X	24.10.2009	Artigo:"O dinheiro da CEE"		
	X	19.11.2009	Artigo: "Madeira Rural entrega diplomas a formandos"		
Jornal Cidade	X	26.05.2009	1/4 pág. Rumos	Pago	15.219 exemplares / diário
	X	19.06.2009			
	X	24.07.2009			
	X	28.08.2009			
	X	11.09.2009			
	X	25.09.2009			
	X	23.10.2009			
	X	27.11.2009			
Tribuna da Madeira	X	Abril	1/2 pág. Rumos	Pago	10.600 exemplares (Semanário - Sextas-feiras)
	X	Junho			
	X	Agosto			
	X	Outubro			
	X	Dezembro			
Correio da Manhã	X	7 de Abril	1/2 pág. Rumos	Pago	118.398 exemplares / diário
Rádio Televisão Portuguesa - Madeira - RTP-Madeira	X	18.05.2009 a 31.05.2009	2 anúncios x dia	Pago	90.000 a 120.000 de audiência/diário
	X	15.06.2009 a 28.06.2009			
	X	16.11.2009 a 29.11.2009			
	X	18.12.2009 a 31.11.2009			

Outros Meios de Publicitação					
Meio	Entidade	Data	Tipo de I&P	Condições de acesso	Tiragem/share
	AG				
Sítio Web [A partir de Setembro foi possível proceder-se à contagem por PO]	X	Janeiro	Rumos	n.a.	320
	X	Fevereiro	Rumos		274
	X	Março	Rumos		434
	X	Abril	Rumos		293
	X	Maio	Rumos		392
	X	Junho	Rumos		264
	X	Julho	Rumos		299
	X	Agosto	Rumos		245
	X	Setembro	Rumos		312
	X	Outubro	Rumos		269
	X	Novembro	Rumos		327
	X	Dezembro	Rumos		152
Painéis Electrónicos	X	Agosto a Dezembro	Imagens de projectos - Rumos	Pago	3 painéis (Mercado dos Lavradores + Av. Arriaga + Rua Dr. Brito Câmara)
	X				
	X				
	X				
Mupi's nos Aeroportos da RAM - Madeira e Porto Santo	X	Julho a Dezembro	2 mupi's - Imagem do Rumos		1 mupi no aeroporto da Madeira e 1 mupi no aeroporto do Porto Santo
Autocarro - Horários do Funchal	X	Janeiro a Junho	1 autocarro - de um lado com a imagem do Intervir+ e do outro com a imagem do Rumos		Circulação diária por todas as freguesias do concelho do Funchal
Street Show - Exposição de Rua - Semana da Europa - com autorização da Câmara Municipal do Funchal	X	9.05.2008 a 14.05.2008	Expositor de Rua com três painéis - Imagem e Informação sobre o PO		7 dias
Exposição - Estação do Rossio - Comissão Europeia	X	8 a10 de Maio	Um expositor com dois painéis do Rumos		3 dias
Revista UP - TAP	X	Agosto	1 pág. Rumos		65 Mil exemplares/mensal
	X	Outubro			
	X	Dezembro			
Revista Azorean Spirit - Sata	X	Jan/Março	1 pág. Rumos		20 Mil exemplares/trimestral
	X	Julho/Setembro			

Ficha Técnica

Título: Relatório de Execução do Programa Rumos

Ano 2009

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, n° 16

9000-715 Funchal

Região Autónoma da Madeira

Portugal

Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

Data de Edição: Junho 2010

Informação disponível em www.idr.gov-madeira.pt

